



---

RELATÓRIO  
E CONTAS CONSOLIDADAS  
DO GRUPO CP  
2018

## FICHA TÉCNICA

CP – Comboios de Portugal, E. P. E.

Calçada do Duque, n.º 20

1249-109 Lisboa

N.º Contribuinte: 500 498 601

Matriculada na C.R.C. Lisboa número 109º

Capital Estatutário - € 3 931 000 000,00 (a 31 de dezembro de 2018)

Conceção e coordenação:

Direção de Planeamento e Controlo de Atividade

Direção Financeira

Contactos: [webmaster@cp.pt](mailto:webmaster@cp.pt)

Este conteúdo respeita as normas do novo Acordo Ortográfico.

# ÍNDICE

FICHA TÉCNICA	2
<b>SUMÁRIO DO ANO</b>	<b>5</b>
<b>GRUPO CP</b>	<b>7</b>
RAMOS DE ATIVIDADE	9
<b>ENQUADRAMENTO</b>	<b>13</b>
CONTEXTO	14
RELATO NÃO FINANCEIRO	14
ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	14
MODELO DE GOVERNO	15
<b>O GRUPO EM AÇÃO</b>	<b>16</b>
CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.	17
EMEF - EMPRESA DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTO FERROVIÁRIO, S.A.	28
FERNAVE - FORMAÇÃO TÉCNICA, PSICOLOGIA APLICADA E CONSULTORIA EM TRANSPORTES E PORTOS, S.A.	35
ECOSAÚDE - EDUCAÇÃO, INVESTIGAÇÃO E CONSULTORIA EM TRABALHO, SAÚDE E AMBIENTE, S.A.	38
SAROS – SOCIEDADE DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS, LDA	42
<b>ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA</b>	<b>44</b>
CONTA DE EXPLORAÇÃO	45
BALANÇO	48
FINANCIAMENTO	51
PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO	52
<b>PERSPETIVAS PARA 2019</b>	<b>54</b>
CP	55
EMEF	57
FERNAVE	57
ECOSAÚDE	57
SAROS	58
<b>FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO</b>	<b>59</b>
<b>DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE</b>	<b>61</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>63</b>
<b>NOTAS ANEXAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>69</b>
IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E NOTAS DE OPERACIONALIDADE (NOTA 1)	70
REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (NOTA 2)	72
PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS (NOTA 3)	73
FLUXO DE CAIXA (NOTA 4)	106
POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS (NOTA 5)	107
COMPOSIÇÃO DO RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO (NOTA 6)	107

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (NOTA 7)	112
ATIVOS INTANGÍVEIS (NOTA 8)	115
PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL (NOTA 9)	116
OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS (NOTA 10)	117
IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (NOTA 11)	118
INVENTÁRIOS (NOTA 12)	120
CLIENTES (NOTA 13)	123
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (NOTA 14)	124
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER (NOTA 15)	125
DIFERIMENTOS (NOTA 16)	126
ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA (NOTA 17)	128
CAPITAL SUBSCRITO (NOTA 18)	129
RESERVAS LEGAIS (NOTA 19)	130
OUTRAS RESERVAS (NOTA 20)	130
RESULTADOS TRANSITADOS (NOTA 21)	131
AJUSTAMENTOS/OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO (NOTA 22)	131
PROVISÕES (NOTA 23)	132
FINANCIAMENTOS OBTIDOS (NOTA 24)	133
OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR (NOTA 25)	135
FORNECEDORES (NOTA 26)	135
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES (NOTA 27)	136
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS (NOTA 28)	136
SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO (NOTA 29)	136
GANHOS/PERDAS IMPUTADOS A SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS (NOTA 30)	137
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO (NOTA 31)	138
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE (NOTA 32)	138
CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS (NOTA 33)	139
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS (NOTA 34)	140
GASTOS COM PESSOAL (NOTA 35)	141
IMPARIIDADES DE INVESTIMENTO NÃO DEPRECIÁVEIS/AMORTIZÁVEIS (NOTA 36)	141
OUTROS RENDIMENTOS (NOTA 37)	142
OUTROS GASTOS (NOTA 38)	143
GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÃO (NOTA 39)	144
IMPARIIDADE DE INVESTIMENTOS DEPRECIÁVEIS E AMORTIZÁVEIS (NOTA 40)	144
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS (NOTA 41)	145
JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS (NOTA 42)	145
GARANTIAS E AVALES (NOTA 43)	145
REMUNERACÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS (NOTA 44)	146
ACONTECIMENTOS RELEVANTES APÓS A DATA DE BALANÇO (NOTA 45)	146
<b>ANEXOS</b>	<b>147</b>
RELATÓRIO DA AUDITORIA	148
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	155
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	163





# SUMÁRIO DO ANO

Indicadores Operacionais do Grupo	2018	2017	Variação	
			Valor	%
<b>Procura</b>				
Passageiros (10 <sup>3</sup> )	126 275	122 028	4 247	3,5%
Passageiros Quilómetro (10 <sup>3</sup> )	4 104 131	4 032 713	71 418	1,8%
<b>Oferta</b>				
Cks (10 <sup>3</sup> )	28 531	29 129	-598	-2,1%
<b>Recursos Humanos</b>				
CP	2 658	2 681	-23	-0,9%
EMEF	1 031	1 036	-5	-0,5%
Fernave	9	18	-9	-50,0%
Ecosaúde	27	27	0	0,0%
Saros	1	1	0	0,0%
Efetivo Final a Cargo	3 726	3 763	-37	-1,0%
<b>Frota - Parque Ativo</b>				
Automotoras	237	239	-2	-0,8%
Locomotivas	32	31	1	3,2%
Carruagens	104	104	0	0,0%

Indicadores Financeiros do Grupo (Valores em 10 <sup>3</sup> €)	2018	2017	Variação	
			Valor	%
<b>Conta de Exploração</b>				
Resultado Operacional <sup>(1)</sup>	-36 805	-33 905	-2 901	-8,6%
Resultado Líquido	-106 249	-111 067	4 818	4,3%
EBITDA <sup>(2)</sup>	17 823	21 776	-3 953	-18,2%
<b>Balanço</b>				
Ativo	589 807	629 186	-39 379	-6,3%
Capital Próprio	-2 271 614	-2 246 273	-25 341	-1,1%
Passivo	2 861 422	2 875 460	-14 038	-0,5%
Financiamentos Obtidos	2 587 478	2 615 920	-28 443	-1,1%

(1) Efetuada uma reclassificação das diferenças de câmbio desfavoráveis de 2017, da rubrica de "Juros e Gastos Similares Suportados", para "Outros Gastos", no valor de 278 mil euros relativamente aos dados divulgados em 2017.

(2) Antes de indemnizações por rescisão, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos e outras operações, nomeadamente diferenças de câmbio, não relacionadas com a atividade *core* do Grupo CP.



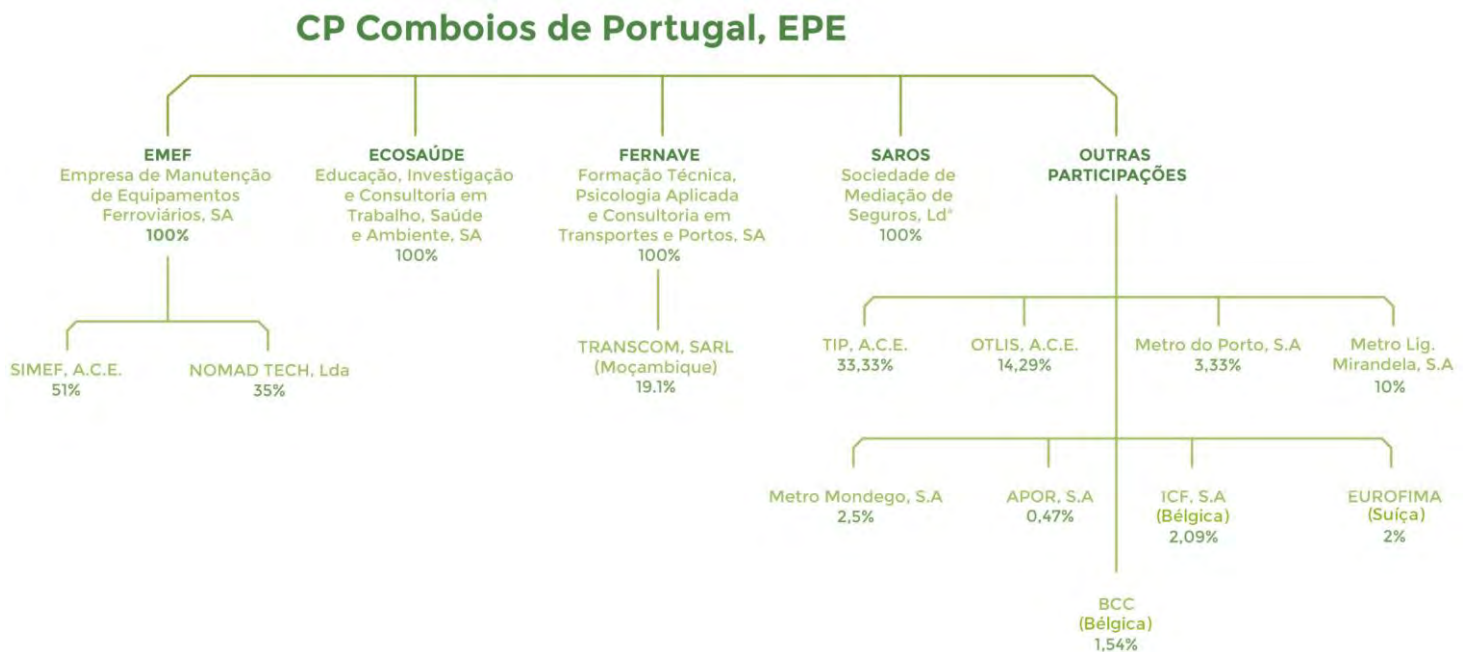
---

GRUPO CP

## ABRANGÊNCIA DO GRUPO

A CP é uma empresa pública de transporte ferroviário detida 100% pelo Estado. Controla empresas na esfera dos fornecimentos no sector, designadamente nas áreas de manutenção de material circulante, formação, cuidados de saúde e mediação de seguros e detém participações minoritárias casuísticas, numa lógica de cooperação, com outros operadores.

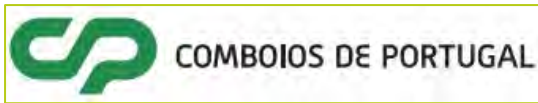
O diagrama seguinte apresenta as participações da CP e suas empresas participadas em 2018:



A participação da CP na sociedade APOR – Agência para a Modernização do Porto, S.A. foi liquidada em 2018.



## RAMOS DE ATIVIDADE



### **CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.**

A CP – Comboios de Portugal, E.P.E., tem por objeto principal a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros.



### **EMEF - EMPRESA DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTO FERROVIÁRIO, S.A.**

A EMEF tem um vasto objeto nos domínios da engenharia ferroviária. Realiza o fabrico, reabilitação, grande reparação e manutenção de equipamentos, veículos ferroviários, bem como o estudo de instalações oficinais para manutenção.



### **SIMEF, A.C.E**

O SIMEF realiza a manutenção de locomotivas “LE 5600” e “LE 4700”.



## **ECOSAÚDE - EDUCAÇÃO, INVESTIGAÇÃO E CONSULTORIA EM TRABALHO, SAÚDE E AMBIENTE, S.A.**

A ECOSAÚDE presta serviços de cuidados de saúde, ensino, formação e desenvolvimento técnico/profissional nas áreas das condições de trabalho, saúde e ambiente. Realiza ainda serviços no âmbito do recrutamento, seleção e avaliação de pessoas, assistência técnica, consultadoria e auditoria, designadamente, em matérias de saúde, higiene e segurança no trabalho, ambiente e gestão ambiental. Executa ações de controlo de droga e álcool, assegurando o encaminhamento para tratamento destas dependências.



## **FERNAVE - FORMAÇÃO TÉCNICA, PSICOLOGIA APLICADA E CONSULTORIA EM TRANSPORTES E PORTOS, S.A.**

A FERNAVE realiza formação e desenvolvimento técnico profissional, elaboração de estudos e projetos no âmbito da criação, organização e gestão de empresas, prestação de serviços no âmbito da psicologia aplicada e de avaliação médica e psicológica, ensino de natureza superior e a investigação científica no contexto dos transportes, comunicações ou em áreas tecnológicas que se situem na envolvente tecnológica destas.



## **SAROS – SOCIEDADE DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS, LDA.**

A SAROS presta serviços na área da mediação com a categoria de agente de seguros nos ramos VIDA e NÃO VIDA. A atividade da SAROS foca-se na gestão da carteira de seguros das empresas do Grupo CP.



## **TIP, A.C.E.**

O TIP é responsável pela implantação e gestão de um sistema de bilhética comum e exclusivo das Agrupadas (CP, STCP e Metro do Porto) na área do grande Porto, bem como a definição da estrutura de tarifário intermodal comum e exclusiva, para os meios de transporte público de passageiros explorados direta ou indiretamente pelas entidades Agrupadas.



## **OTLIS, A.C.E.**

A OTLIS é responsável pelo desenvolvimento do projeto de telebilhética na área da Grande Lisboa em associação com outros parceiros internacionais de acordo com os compromissos assumidos pelas empresas que integram o agrupamento no âmbito da proposta global do referido projeto (OTLIS, A.C.E).

## RELAÇÕES INTRAGRUPUO

O quadro seguinte mostra os serviços que as empresas do Grupo prestam entre si:

Prestador	Serviço	Recetor				
		CP	EMEF	Fernave	Ecosaúde	SAROS
CP	Aluguer Edifícios		<input checked="" type="checkbox"/>			
	Prestação Serviços (Contabilidade, Informática, Etc.)		<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	Refaturação (limpeza de instalações, vigilância, utilities, etc.)		<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
EMEF	Serviços de Manutenção e Reparação de Material Circulante	<input checked="" type="checkbox"/>				
Fernave	Formação	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>			<input checked="" type="checkbox"/>
EcoSaúde	Serviços de medicina, higiene e segurança no trabalho e testes de alcoolemia e substâncias psicotrópicas	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>
SAROS	Mediação de Seguros	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	





ENQUADRAMENTO

## CONTEXTO

Nos termos do artigo 4º do Regulamento n.º1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, as entidades cujos valores mobiliários estejam admitidos à negociação num mercado regulamentado devem elaborar as suas contas consolidadas de acordo com as normas internacionais de relato financeiro.

É neste contexto que a CP apresenta as suas demonstrações financeiras consolidadas que expressam a posição financeira e os resultados das operações do grupo como se de uma única entidade se tratasse, e pretendem evidenciar os resultados das operações que as empresas do grupo realizaram com terceiros.

A presente consolidação não terá impacto em termos fiscais, nomeadamente no que se refere a Impostos sobre o Rendimento, por se ter considerado que não existem expectativas de que o grupo venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados.

## RELATO NÃO FINANCEIRO

No que diz respeito ao Relato Não Financeiro do ano 2018, a CP elabora desde 2008 o seu Relatório de Sustentabilidade e publica-o no seu *site* em data posterior ao da publicação do Relatório & Contas ou Relatório Anual de Gestão. Para o exercício em apreço, procederá do mesmo modo, de acordo com o Artº 3º do Decreto-Lei nº 89/2017 de 28 de julho.

## ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Em 2018, segundo estimativas disponíveis à data da elaboração deste Relatório<sup>1</sup>, o Produto Interno Bruto (PIB) regressou aos níveis pré-crise e a taxa de desemprego decresceu 10 pontos percentuais, para 6,7% no final do ano, constituindo uma das reduções mais elevadas em qualquer País da OCDE na última década.

Depois de, no período seguinte à crise, a atividade económica ter sido incrementada pelas exportações, impulsionadas pelo rápido crescimento do turismo, a recuperação estendeu-se à procura interna. O investimento em

<sup>1</sup> OECD ECONOMIC SURVEYS: PORTUGAL 2019 © OECD 2019, Banco de Portugal - Boletim Estatístico-fev 2019 e [www.INE.pt](http://www.INE.pt).

equipamento registou um forte crescimento, tal como o imobiliário, fruto do crescimento dos preços neste sector.

O consumo privado contribuiu positivamente para a variação do PIB devido ao crescimento dos rendimentos das famílias.

O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) registou uma taxa de variação média anual de 1,2% em 2018, inferior aos 1,6% do ano anterior.

## MODELO DE GOVERNO

O Conselho de Administração da CP tem a seguinte constituição:

- / Dr. Carlos Gomes Nogueira - Presidente
- / Dr.<sup>a</sup> Ana Maria dos Santos Malhó - Vogal
- / Eng.<sup>o</sup> Sérgio Abrantes Machado - Vogal

Os Membros do Conselho de Administração da CP exercem os seguintes cargos de Administração:

Membro do Órgão de Administração	Acumulação de Funções - 2018		
	Entidade	Função	Regime (Pública/Privada)
Carlos Gomes Nogueira	EMEF	Presidente do C.A. (a partir de 20-08-2018)	Pública
	FMNF	Presidente interino do C.A. (a partir de 28-02-2018)	Pública
Ana Maria dos Santos Malhó	EMEF	Vogal do C.A.	Pública
	SIMEF	Presidente do C.A.	Pública
Sérgio Abrantes Machado	EMEF	Presidente do C.A. (até 18-07-2018)	Pública
		Vogal do C.A. (a partir de 20-08-2018)	
	Nomad Tech	Gerente	Privado

**Legenda:**

EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.

Nomad Tech, Lda

SIMEF A.C.E. - Serviços Integrados de Manutenção e Engenharia Ferroviária, A.C.E.

FMNF - Fundação do Museu Nacional Ferroviário Armando Ginestal Machado

C.A. - Conselho de Administração

As Participadas Fernave, Ecosaúde e Saros têm um Administrador único nomeado pela CP.





---

O GRUPO EM AÇÃO



# CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.

## SUMÁRIO EXECUTIVO

A CP encerrou o ano de 2018 com um total de mais de 126 milhões de passageiros transportados e cerca de 259 milhões de euros em rendimentos de tráfego, prosseguindo a trajetória de crescimento que se verifica desde 2013.

Comparativamente com o ano anterior, viajaram nos comboios da CP mais 4,2 milhões de passageiros, para um aumento dos rendimentos de tráfego de 9,1 milhões de euros, incrementos de 3,5% e 3,7%, respetivamente.

A CP manteve um EBITDA recorrente positivo de 9,5 milhões de euros e o Resultado Líquido apresentou uma melhoria de 5,6% face ao ano anterior (+6,3 milhões de euros), passando de -112 milhões de euros, em 2017, para -105,6 milhões de euros, em 2018.

Ao nível das ações realizadas durante o ano em apreço, destacam-se a preparação e entrega para apreciação das Tutelas Setorial e Financeira de proposta de contratualização de serviço público e a preparação de concurso internacional para a aquisição de material circulante para o serviço regional, entretanto já lançado no início de 2019.

## **ATIVIDADE EM 2018**

### **LANÇANDO AS BASES DO FUTURO**

#### **Concurso para Aquisição de Automotoras**

Durante o ano de 2018 foi preparado o concurso para aquisição de 22 Automotoras para o Serviço Regional e lançado em 7 de janeiro de 2019, contemplando a aquisição de 12 Automotoras Bi-Modo, que podem circular tanto em linhas eletrificadas como não eletrificadas, e de 10 Automotoras Elétricas.

#### **Preparação de Proposta de Contrato de Serviço Público**

A CP desenvolveu e apresentou uma proposta de contratualização com o Estado dos tráfegos objeto de obrigações de serviço público, de acordo com a regulamentação comunitária. O Contrato visa estabelecer os direitos e obrigações de cada parte e as características do serviço público de transporte ferroviário a prestar.

### **OFERTA**

#### **Alteração do Serviço na Linha da Beira Baixa**

Substituição das automotoras elétricas que circulavam nos comboios Intercidades da Linha da Beira Baixa por composições formadas por locomotiva e carruagens de 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> classe. Esta substituição permitiu encurtar o tempo total de trajeto, numa redução de até 22 minutos.

#### **Suportes para Bicicletas**

Foi concluído o projeto de instalação de suportes específicos para o transporte de bicicletas nos Intercidades das Linhas da Beira Alta (Lisboa-Guarda), do Alentejo (Lisboa-Évora) e do Sul (Lisboa-Faro). O serviço encontrava-se já disponível nos comboios Intercidades das linhas do Norte (Lisboa-Porto-Guimarães-Braga) e da Beira Baixa (Lisboa-Covilhã).

#### **Suspensão Temporária da Circulação entre Caíde e Marco de Canaveses**

No contexto das intervenções de eletrificação da Linha do Douro a IP decretou a suspensão temporária da circulação ferroviária entre Caíde e Marco de Canaveses,

durante um período estimado de três meses, com início no final de novembro de 2018. Foi implementado um serviço rodoviário de substituição no troço interdito.

## Alteração aos Horários na Linha do Norte

Por motivo de obras na infraestrutura a cargo da IP foi imposto um ligeiro aumento de tempo de trajeto aos comboios que circulam na Linha do Norte (no troço entre Entroncamento e Porto Campanhã), na ordem dos 6 minutos, o qual gerou uma maior estabilidade do horário. As obras obrigaram ainda à reformulação da oferta dos Serviços Urbanos do Porto, Linha de Aveiro, com a supressão da família Granja.

## TARIFÁRIO

### Atualização Tarifária Anual

Em 1 de janeiro de 2018 os serviços urbanos de Lisboa, Porto e Coimbra, conforme decisão da Tutela, foram atualizados em média em cerca de 1,7%<sup>2</sup>. Na mesma data os serviços de Longo Curso foram atualizados em 1,5% e o serviço Regional em 2%, em percursos até 50km, e em 1,5% nos restantes percursos.

### Yield Management - 3.ª fase

Foi disponibilizada uma tarifa promocional que confere descontos da ordem de 80% no Serviço Alfa Pendular e Intercidades num contingente limitado de lugares nos períodos de menor procura.

### Novos Passes Combinados

A CP e o Grupo Barraqueiro criaram um novo passe combinado que dá acesso aos comboios da CP e aos autocarros das empresas Boa Viagem, Mafrense e Ribatejana. Representa uma nova alternativa integrada para os Clientes utilizadores das estações de Carregado, Vila Franca de Xira, Alhandra, Alverca e Portela de Sintra. A CP e a Scotturb lançaram na época de verão um novo produto combinado, o Wave Bus, dirigido ao segmento Jovem.

<sup>2</sup> Aumento de 1,4% para os títulos próprios e de 2% para os títulos combinados

## CONTROLO DE RECEITA / DISTRIBUIÇÃO

### Reforço de Validadores

Com o objetivo de melhorar o combate à fraude, foram colocados 58 validadores adicionais nas estações dos Urbanos de Lisboa onde não existem equipamentos de controlo de acessos (*gates*).

### Nova Bilheteira no Rossio

Face ao crescimento significativo da procura, sobretudo do segmento lazer, abriu um novo posto de venda personalizado na Estação do Rossio.

### Nova APP "ANDA"

Foi lançada uma nova aplicação móvel que permite viajar, de forma simples, rápida e cómoda, nos transportes públicos da Área Metropolitana do Porto aderentes ao sistema intermodal Andante.

### Novos Equipamentos Portáteis de Venda e Controlo

Foi iniciada a substituição do parque de equipamentos portáteis de venda e controlo (que verificam e vendem títulos de transporte a bordo) com um teste piloto na Linha do Sado. A nova solução comporta dois equipamentos, um *smartphone* com Sistema Operativo Android e um Terminal de pagamentos (TPA).

## COMUNICAÇÃO

### "Radar de Lentidão" em Lisboa e no Porto

Com o objetivo de chamar a atenção para as vantagens do comboio na mobilidade urbana das duas áreas metropolitanas, a CP mediu a lentidão dos automobilistas, com o acompanhamento da Comunicação Social. Ao serem "apanhados" pelo radar de velocidade muitos dos condutores foram "multados por excesso de lentidão" e, por esse motivo, "notificados" com a oferta de Assinaturas mensais para a rede de serviços Intercidades, Regional e Urbanos de Lisboa, Porto e Coimbra, mediante a compra da primeira mensalidade.

### Paypal

Sob o mote "Seguro e Rápido de Viajar Combina com Seguro e Rápido de Pagar", a campanha visou incentivar pagamentos com Paypal nos canais "Bilheteira Online" e "App CP".



## "Passe a Passe"

No âmbito da Semana Europeia da Mobilidade decorreu a iniciativa "Passe a Passe", liderada pela Área Metropolitana de Lisboa (AML) em colaboração com os Operadores de Transportes, visando a promoção da utilização regular do transporte público. Consistiu na oferta do segundo mês de passe aos novos utilizadores do cartão Lisboa Viva.

## "Sempre à Distância de um Desconto"

Foi lançada uma nova campanha com foco no Bilhete Jovem e *Promo*, com o *claim* "Sempre à Distância de um Desconto", para divulgação dos descontos do serviço de Longo Curso. Teve presença na televisão, rádio, no meio digital e nas redes sociais e nas plataformas de compras digitais.

## Promoção dos canais *online* CP

Sob o mote "Tenha todas as viagens no seu bolso" foi lançada uma campanha para incentivar a utilização dos canais digitais da CP – o *site* CP e a App CP.

# GESTÃO DOS MEIOS

## RECURSOS HUMANOS

A empresa terminou o ano de 2018 com 2 683 trabalhadores vinculados, ou seja, menos 26 que no final do ano anterior.

Durante o ano de 2018 entraram no quadro vinculado da empresa 29 colaboradores e saíram 55, maioritariamente por revogação do contrato de trabalho por mútuo acordo ou por reforma.

A taxa de absentismo manteve-se estável em 6,9% e a de trabalho suplementar registou uma ligeira redução em 2018 face ao ano anterior, para 12,8%.

Em 2018 a Empresa manteve a sua política de desenvolvimento do capital humano através da formação e qualificação contínua dos seus trabalhadores, nomeadamente, no âmbito da segurança da circulação e aperfeiçoamentos de carácter técnico e regulamentar.

Foram realizadas 285 ações de formação, tendo a grande maioria sido ministrada através da sua Participada Fernave.

## FROTA

No final de 2018 a CP dispunha de 373 unidades de material circulante afetas ao parque ativo em serviço comercial com a seguinte tipologia:

Tipologia do Material	2018	2017	Δ 18-17
Automotoras Elétricas	189	189	0
Automotoras <i>Diesel</i>	48	50	-2
Locomotivas Elétricas	24	24	0
Locomotivas <i>Diesel</i>	8	7	1
Carruagens	104	104	0
<b>Total</b>	<b>373</b>	<b>374</b>	<b>-1</b>

No parque ativo encontram-se incorporadas 20 automotoras *diesel* das séries 592 e 592.2 alugadas à RENFE.

A manutenção da maior parte do material circulante é realizada pela EMEF, empresa participada da CP. A manutenção da série de locomotivas 5600 é prestada pelo SIMEF, ACE, empresa ferroviária detida pela EMEF, em 51%, e pela Siemens, em 49%.

## PROCURA E OFERTA

Em 2018 foram transportados pela CP mais de 126 milhões de passageiros, correspondendo a um aumento de 3,5% relativamente a 2017 e representando, em termos absolutos, um acréscimo de aproximadamente 4,2 milhões de passageiros transportados.

Para este crescimento destacam-se os contributos do Serviço Urbano de Lisboa com um aumento de 5,1% e do Serviço Urbano do Porto com um acréscimo de 1,8%.

Esta evolução é justificada pelas diversas ações de carácter comercial e de combate à fraude, bem como pelo incremento do turismo e pela recuperação dos indicadores económicos do País.

Passageiros (10 <sup>3</sup> )	2018	2017	2016	2018-2017	2018 /2017
Serv. Urbano Lisboa	87 235	83 005	77 375	4 230	5,1%
Serv. Urbano Porto	21 979	21 591	20 794	389	1,8%
Serv. Longo Curso	6 386	6 388	6 025	-2	0,0%
Serv. Regional	10 674	11 044	10 647	-370	-3,4%
<b>TOTAL</b>	<b>126 275</b>	<b>122 028</b>	<b>114 841</b>	<b>4 247</b>	<b>3,5%</b>

Em 2018 a oferta da CP avaliada em Comboios\*Quilómetro foi de 28.531 milhares de CK, valor 2% inferior ao registado no ano anterior.

Esta variação deveu-se, essencialmente a diversas ocorrências que afetaram a regularidade de serviço prestado em 2018, designadamente:

- / Greves, da IP e da CP, responsáveis por cerca de 71% das supressões totais registadas no período;
- / Elevada taxa de indisponibilidade de material circulante de tração *diesel*, que originou supressões, designadamente, nas Linhas do Oeste, Alentejo e Algarve;
- / Descarrilamentos nas Linhas da Beira Alta, Norte e Douro.

Em 2018 procedeu-se a uma reformulação temporária dos horários das Linhas do Oeste, Cascais e Sintra durante o período de verão.

Motivados pelas intervenções da IP na infraestrutura foram ainda introduzidos alguns ajustamentos programados à oferta, descritos no capítulo relativo à atividade da CP em 2018.

Comboios Quilómetro ( $\cdot 10^3$ )	2018	2017	2016	2018- 2017	2018 /2017
Serv. Urbano Lisboa	6 471	6 651	6 670	-180	-2,7%
Serv. Urbano Porto	4 463	4 601	4 604	-137	-3,0%
Serv. Longo Curso	8 687	8 592	8 593	95	1,1%
Serv. Regional	8 909	9 286	9 260	-376	-4,1%
<b>TOTAL</b>	<b>28 531</b>	<b>29 129</b>	<b>29 128</b>	<b>-598</b>	<b>-2,1%</b>

## PROVEITOS

Os proveitos de tráfego ultrapassaram em 2018 os 259 milhões de euros, representando um acréscimo de 9,1 milhões de euros face ao ano anterior (+3,7%).

Os proveitos acompanharam a tendência de crescimento da procura e refletiram a atualização tarifária ocorrida no início de 2018, em média cerca de 1,7%<sup>3</sup> para os serviços urbanos de Lisboa, Porto e Coimbra, de 1,5% para os serviços de Longo Curso e de 2% para o serviço Regional em percursos até 50km, e de 1,5% nos restantes itinerários.

Proveitos Tráfego ( $\cdot 10^3$ €)	2018	2017	2016	2018-2017	2018 /2017
Serv. Urbano Lisboa	91 682	86 322	78 396	5 360	6,2%
Serv. Urbano Porto (*)	28 147	26 898	25 189	1 249	4,6%
Serv. Longo Curso	110 461	107 085	98 616	3 376	3,2%
Serv. Regional	28 734	29 585	28 121	-851	-2,9%
<b>TOTAL</b>	<b>259 025</b>	<b>249 890</b>	<b>230 322</b>	<b>9 135</b>	<b>3,7%</b>

(\*) O valor referente a 2017 difere do divulgado no R&C de 2107 em 26,6 milhares de euros por motivo de regularizações do Andante.

<sup>3</sup> Aumento de 1,4% para os títulos próprios e de 2% para os títulos combinados.

## INVESTIMENTOS

A CP realizou em 2018 um total de 15,5 milhões de euros em investimentos, 80% dos quais destinados a material circulante.

As decisões de investimento foram, tal como nos últimos anos, avaliadas na perspectiva de assegurar as intervenções indispensáveis para garantir a segurança e a operacionalidade do material circulante, dos sistemas, dos equipamentos e das instalações ferroviárias.

No material circulante, os investimentos mais relevantes continuaram a ser em “Grandes Reparações (do tipo R)”, com um valor de 6,3 milhões de euros, relativos a intervenções de manutenção programada em várias séries de material, com o objetivo de repor o nível de operacionalidade e segurança das mesmas, e na “intervenção de meia-vida dos CPA”, no valor de 4,6 milhões de euros, com a entrega de três unidades intervencionadas.



# RESULTADOS

(valores em milhares de euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS		Variação 2018/2017	
	REAL 31-12-2018	REAL 31-12-2017	Valor	%
Vendas e serviços prestados	266 636	258 650	7 986	3%
Subsídios à exploração		21	-21	-100%
Outros rendimentos	21 923	20 007	1 916	10%
	288 559	278 678	9 881	4%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-5 881	-6 243	361	6%
Fornecimentos e serviços externos	-163 429	-159 350	-4 079	-3%
Gastos com o pessoal (s/ Indemnizações e acordo de variáveis)	-104 607	-98 514	-6 093	-6%
Outros gastos	-5 153	-3 407	-1 746	-51%
	-279 071	-267 514	-11 557	-4%
<b>Resultado operacional da atividade de transportes* (EBITDA)</b>	<b>9 488</b>	<b>11 164</b>	<b>-1 676</b>	<b>-15%</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-53 738	-56 860	3 122	5%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	722	574	148	26%
Indemnizações por rescisão	-1 006	-1 360	354	26%
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	7 509	6 960	549	8%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-239	-412	173	42%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	414	-437	851	195%
Provisões (aumentos/reduções)	-1 067	-144	-923	-641%
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	1 573		1 573	s/s
Diferenças de câmbio (aumento/reduções) **	-1 364	3 183	-4 547	-143%
Outros rendimentos (venda ativos diversos: imóveis, eq. básico não afeto à op., sucata...)	2 968	1 530	1 438	94%
Outros gastos (outros abates de material circulante)	-2 157		-2 157	s/s
<b>Resultado operacional</b>	<b>-36 899</b>	<b>-35 802</b>	<b>-1 097</b>	<b>-3%</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	436	467	-31	-7%
Juros e gastos similares suportados	-68 304	-76 292	7 989	10%
<b>Resultado financeiro</b>	<b>-67 867</b>	<b>-75 825</b>	<b>7 958</b>	<b>10%</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>-104 766</b>	<b>-111 627</b>	<b>6 861</b>	<b>6%</b>
Imposto sobre o rendimento do período	-861	-324	-537	-165%
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-105 627</b>	<b>-111 952</b>	<b>6 325</b>	<b>6%</b>

\*Antes de indemnizações por rescisão, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos e outras operações, nomeadamente diferenças de câmbio, não relacionadas com a atividade core da empresa.

\*\*Efetuada uma reclassificação das diferenças de câmbio desfavoráveis de 2017, da rubrica de "juros e gastos similares suportados", para "outros gastos", no valor de 278 mil euros relativamente aos dados divulgados em 2017.

O *Resultado Líquido* de 2018 apresentou uma melhoria de 6% face ao ano anterior (6,3 milhões de euros), passando de -112 milhões de euros, em 2017, para -105,6 milhões de euros em 2018.

Esta variação ficou a dever-se, fundamentalmente, ao crescimento registado nas *Vendas e Serviços Prestados* (+8 milhões de euros) e à melhoria do *Resultado Financeiro* (-8 milhões de euros), ainda que parcialmente compensados pelo

aumento dos *Gastos Com Pessoal* (+6,1 milhões de euros) e pelo impacto das *Diferenças de Câmbio* (-4,5 milhões de euros).

O *EBITDA recorrente* em 2018 foi positivo em 9,5 milhões de euros, ainda que inferior ao registado no ano anterior em 1,7 milhões de euros (-15%). O *Resultado Operacional* de 2018, no valor de -36,9 milhões de euros, apresentou um agravamento de 1,1 milhões de euros (-3%) face ao ano anterior.

Os *Gastos com Pessoal* (sem indemnizações por rescisão) aumentaram 6,1 milhões de euros, em resultado, nomeadamente, dos seguintes fatores:

- / reposição das progressões na carreira, 50% em julho de 2017 (art.º 21º da LOE 2017) e os restantes 50% em janeiro de 2018 (art.º 23º da LOE 2018);
- / implementação dos acordos com as Organizações Representativas dos Trabalhadores relativos ao regulamento de carreiras;
- / acréscimo dos gastos com trabalho extraordinário e outros abonos.

No caso do aumento dos *Gastos com Fornecimentos e Serviços Externos* (+4,1 milhões de euros), destaca-se o acréscimo de gastos relativos à utilização de estações e apeadeiros (+2,3 milhões de euros), em virtude de a IP ter reintroduzido a faturação deste serviço no Diretório de Rede de 2018, e à energia para tração (+1,6 milhões de euros).

A variação desfavorável das *Diferenças de Câmbio*, em 4,5 milhões de euros, decorre, essencialmente, da variação cambial do franco suíço, em resultado de participação subscrita, mas não realizada, na Eurofima.

O *Resultado Financeiro* em 2018 foi negativo em 67,9 milhões de euros, verificando-se uma melhoria face ao registado em 2017 de 8 milhões de euros (+10%). Para este facto contribuiu, fundamentalmente, a diminuição do passivo financeiro da empresa.

# EMEF - EMPRESA DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTO FERROVIÁRIO, S.A.

## SUMÁRIO EXECUTIVO

A EMEF fechou o exercício de 2018 registando, pelo quinto ano consecutivo, um Resultado Líquido positivo (6,4 milhões de euros, +0,4 milhões de euros que em 2017). O EBITDA (com indemnizações por rescisão) também foi positivo, tendo-se fixado nos 9,2 milhões de euros (-2% que no ano anterior).

No ano de 2018 verificou-se uma diminuição nos serviços prestados pela EMEF (-4%), acompanhada por decréscimos de 4% e 3%, respetivamente, no efetivo médio total e nos gastos operacionais variáveis (consumos faturáveis e subcontratos).

O ano de 2018 ficou marcado pelos seguintes acontecimentos:

**/ Preparação da constituição do ACE entre a EMEF e a Medway** - a EMEF e a Medway, SA encetaram negociações com vista à constituição de um Agrupamento Complementar de Empresas (ACE) dedicado à manutenção de vagões daquele Operador, em resultado do propósito daquela empresa de internalizar a manutenção da sua frota de vagões;

**/ Preparação da autonomização da atividade de manutenção do Metro do Porto** - a EMEF procedeu às diligências necessárias para a separação da sua unidade de negócio dedicada à manutenção do material circulante da Metro do Porto, SA, sita em Guifões;

**/ Alteração da composição do Conselho de Administração** - A CP decidiu alterar os estatutos da EMEF, bem como a composição do seu Conselho de Administração, que passa a ser composto pelos mesmos Membros do Conselho de Administração da CP - Comboios de Portugal E.P.E, a seguir indicados: Presidente - Carlos Gomes Nogueira, Vogais - Ana Maria dos Santos Malhó e Sérgio Abrantes Machado;

**/ Autorização governamental de 102 admissões** - Tendo em vista o cumprimento das obrigações contratuais assumidas, foi possível obter autorização governamental para o recrutamento de 102 trabalhadores na EMEF;

/ **Manutenção do material circulante do Metro do Porto** - Desde abril de 2018, a manutenção da frota do Metro do Porto passou a ser prestada ao cliente Via Porto, subconcessionária para a manutenção do material circulante da Metro do Porto para o período de 2018 a 2024;

/ **Manutenção do material automotor da RENFE** - foi celebrado novo contrato de manutenção das automotoras *diesel* da RENFE, a operar em Portugal;

/ **Revisão dos 960.000 Km de 32 veículos Eurotram do Metro do Porto - 2º lote** - A EMEF participou no concurso lançado pela Metro do Porto para a prestação de serviços de revisão dos 960.000 Km de 32 veículos da frota Eurotram (2º lote), no valor de cerca de 8,5 milhões de euros e com uma duração de 36 meses, apresentando uma proposta de prestação de serviços que resultou vencedora do concurso;

/ **Ajustamento na estrutura organizativa da Unidade de Mercadorias (UMER)** - Decorrente das análises e diligências efetuadas à adequação do modelo de negócio da EMEF introduziram-se os seguintes ajustamentos na estrutura organizativa da UMER: desanexação da Oficina de apoio e reparação de acidentes, passando esta a integrar a Unidade de Rotáveis; desanexação da Oficina de Material de Via passando esta a integrar o Parque Oficinal Centro.

## OPERAÇÃO

### REPARAÇÃO E MODERNIZAÇÃO

Esta atividade continuou a integrar os tipos de reparações programadas no material motor e rebocado de passageiros (reparações tipo R), no material rebocado de mercadorias (reparações de segurança - RS e RSP) e nos equipamentos (reparações gerais - RG e reparações intermédias - RI). Para além destas, integra ainda outras reparações por causas imprevistas ou acidentais sobre os veículos ferroviários (reparações por avaria - RAV e reparações por acidente - RAC) e modificações/modernizações no material circulante de acordo com pedido específico dos clientes.

O plano de reparações para o Cliente CP sofreu em 2018 uma redução relativamente às necessidades planeadas por aquele cliente em virtude das dificuldades de contratação de mão de obra que se verificaram e que se mantiveram ao longo do ano.

Permaneceu em curso a intervenção de meia-vida - R1 aos CPA4000, concretizando-se a entrega de mais três unidades.

No que se refere às reparações de material motor e rebocado de passageiros, foram concluídas 12 intervenções de grande reparação (R) à frota do Cliente CP (2 em carruagens, 4 em automotoras elétricas, 1 em locomotivas *diesel* e 5 em automotoras *diesel*), 2 Rs a automotoras 592 para o cliente RENFE e 1 R numa locomotiva *diesel* para o cliente Medway.

Quanto às reparações programadas de vagões, foram realizados 307 RSP dos 486 planeados à frota do Cliente Medway, tendo ainda sido realizados mais 31 RSP a vagões de outros clientes.

Foi concluído o contrato de prestação de serviços relativo à revisão geral dos 960.000 km em 40 veículos da frota Eurotram da Metro do Porto, realizando-se as 19 intervenções em falta.

No seu conjunto, o segmento da reparação permitiu à Empresa realizar, em 2018, rendimentos de 33.634 milhares de euros, o que correspondeu a 48,6% do valor de rendimentos globais da Empresa.

## MANUTENÇÃO

O objetivo desta atividade centrou-se no cumprimento dos programas de manutenção constantes dos contratos específicos da frota/segmento de mercado, de cada cliente: CP, Medway, Metro do Porto e RENFE.

Estes programas foram genericamente cumpridos para todas as frotas com manutenção contratada, ainda que os valores de disponibilidade e fiabilidade alcançados tenham sido genericamente inferiores aos conseguidos em anos anteriores, em virtude das dificuldades sentidas na prestação de serviço devido à escassez de mão de obra, em resultado das dificuldades de contratação que se verificaram ao longo do ano e das novas regras de aposentação, que originaram a saída de um número significativo de efetivos, alguns dos quais altamente especializados.

Manteve-se a prestação de serviços de manutenção aos comboios sazonais Miradouro e Históricos, de via larga e de via estreita.

No seu conjunto, este segmento gerou rendimentos de 35.578 milhares de euros em 2018, o que correspondeu a 51,4% do valor de rendimentos globais da Empresa.



## REABILITAÇÃO

Neste domínio, não existiram intervenções relevantes a assinalar.

## ENGENHARIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Em 2018, a atividade de Engenharia manteve o foco nas especificações de compra de materiais (atualização de nomenclaturas) e na revisão da documentação de suporte à manutenção do material circulante, bem como na elaboração, atualização e disponibilização da informação técnica, em suporte único acessível a toda a empresa, contribuindo assim para a otimização e uniformização dos processos.

Em paralelo, foram também iniciados/prosseguídos estudos destinados a suportar projetos de remodelação em preparação, designadamente de adaptação de material circulante às exigências atuais decorrentes da evolução do mercado e da responsabilidade social e legal inerente ao serviço de transporte público ferroviário e destinados a ultrapassar problemas técnicos que afetam a fiabilidade, disponibilidade e custo de manutenção de algumas séries.

Foi assegurada a interlocução de caráter técnico com as entidades de supervisão do sistema ferroviário, bem como a participação em vários fóruns técnicos no âmbito ferroviário, nomeadamente o grupo de implementação de ETI's, promovido pelo IMT, e as reuniões das CTE9 e CT143 promovidas pela APNCF.

A EMEF continuou a participar, na qualidade de terceira parte ligada à CP, que por sua vez integra o consórcio EUROOC, na componente WP6 do projeto IMPACT2 do programa europeu Shift2rail designada por "*Smart Maintenance*".

Na área de Metalurgia, Soldadura e Ensaio não Destrutivos foi dada continuidade às ações de qualificação de soldadores e de formação em ensaios não destrutivos.

Foram concluídos com sucesso, no início de 2018, os trabalhos de ensaio de verificação da capacidade estrutural de uma caixa de carruagem fabricada pela Colway em Cartagena e que deverá vir a operar no Egito.

## RECURSOS HUMANOS

No final de 2018 (31 de dezembro), a EMEF contava com 1.031 colaboradores ao serviço, o que representa uma redução de 0,5% face ao final de 2017 (1.036).

O absentismo situou-se nos 9,6%, tendo aumentado 0,7 p.p. relativamente a 2017. A principal causa de absentismo foi a doença.

No âmbito do desenvolvimento de competências profissionais, a EMEF continuou a apostar na concretização de um plano de formação transversal, integrando trabalhadores (as) de vários órgãos da Empresa, tendo para isso recorrido a formação externa.

## INVESTIMENTOS

Em 2018, os investimentos realizados confinaram-se aos estritamente necessários para a prossecução da atividade da empresa, ascendendo a cerca de 735 mil euros (+43% que em 2017).

## PROVEITOS

O Volume de Negócios da EMEF registou em 2018 um decréscimo de cerca de 3,9% face a 2017.

Segmento de Atividade (Valores em €)	2018	2017	Variação	
			Valor	%
Reparação*	33 634 184	37 394 380	-3 760 196	-10%
Manutenção*	35 578 475	34 271 932	1 306 543	4%
Reabilitação*	0	371 944	-371 944	-100%
<b>TOTAL</b>	<b>69 212 659</b>	<b>72 038 257</b>	<b>-2 825 597</b>	<b>-4%</b>

\* Vendas + SP + VIP

Em termos da evolução do volume de negócios por cliente, a CP, a Medway e o Metro do Porto continuam a ser os clientes mais importantes da empresa. Os três em conjunto representam 92% das vendas e prestações de serviço da empresa.

Cliente	Valor em € 2018	Valor em € 2017	% do Total da Faturação em 2018
CP	42 100 431	44 871 754	61%
MEDWAY	8 090 045	8 683 605	12%
METRO DO PORTO	12 838 449	12 002 134	19%
EMEF / SIEMENS ACE	3 214 414	3 582 254	5%
RENFE	1 270 133	1 288 257	2%
INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL	783 765	562 407	1%
Outros	972 354	1 080 591	1%
<b>Total</b>	<b>69 269 590</b>	<b>72 071 002</b>	

## RESULTADOS

RENDIMENTOS E GASTOS (valores em euros)	PERÍODOS		Variação	
	31-12-2018	31-12-2017	Valor	%
Vendas e serviços prestados	69 269 590	72 071 002	-2 801 412	-3,9%
Subsídios à exploração	7 571	2 073	5 499	265,3%
Ganho/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	559 477	627 865	-68 389	-10,9%
Variação nos inventários de produção	-56 931	-32 745	-24 185	-73,9%
Trabalhos para a própria entidade	0	0	0	0,0%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-18 853 255	-20 138 665	1 285 411	6,4%
Fornecimentos e serviços externos	-15 714 518	-14 970 494	-744 025	-5,0%
Gastos com o pessoal	-28 121 351	-27 053 205	-1 068 146	-3,9%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-412 397	-775 990	363 594	46,9%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-66 769	-1 019 811	953 041	93,5%
Provisões (aumentos/reduções)	-30 806	-19 813	-10 993	-55,5%
Outros rendimentos e ganhos	4 590 738	2 320 011	2 270 726	97,9%
Outros gastos e perdas	-1 931 023	-1 584 590	-346 433	-21,9%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	9 240 326	9 425 637	-185 312	-2,0%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-847 480	-973 800	126 320	13,0%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	8 392 845	8 451 837	-58 992	-0,7%
Juros e gastos similares suportados	-331 022	-431 587	100 566	23,3%
Resultado antes de impostos	8 061 824	8 020 250	41 574	0,5%
Imposto sobre o rendimento do período	-1 698 592	-2 099 349	400 757	19,1%
Resultado líquido do período	6 363 232	5 920 902	442 331	7,5%

A EMEF obteve em 2018 um Resultado Operacional positivo de 8.393 milhares de euros, ligeiramente abaixo do registado no ano transato (-0,7%).

Esta evolução é justificada pelo decréscimo nos rendimentos operacionais da empresa, parcialmente compensada pela diminuição dos gastos operacionais, designadamente:

- / Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (-1,3 milhões de euros);
- / Gastos com pessoal sem rescisões (-1,1 milhões de euros);
- / Perdas por imparidade totais (-1,3 milhões de euros).

O Resultado Líquido melhorou 7,5% face ao ano anterior, situando-se nos 6,4 milhões de euros (mais 0,4 milhões de euros que em 2017).

# FERNAVE - FORMAÇÃO TÉCNICA, PSICOLOGIA APLICADA E CONSULTORIA EM TRANSPORTES E PORTOS, S.A.

## SUMÁRIO EXECUTIVO

O exercício de 2018 constituiu para a Fernave um ano de profunda mudança, com a conclusão do processo de reestruturação empresarial iniciado em 2017, envolvendo:

- / mudança de instalações nas três grandes zonas geográficas em que a FERNAVE atua: Porto, Entroncamento e Lisboa;
- / mudança da sede social para as instalações cedidas pela acionista única, no complexo do Rossio, em Lisboa;
- / reorganização das Equipas internas e ampliação da Base de Dados de Colaboradores externos.

Em 2018 a FERNAVE alcançou o equilíbrio operacional, com um EBITDA positivo no valor de 168.763 €.

## OPERAÇÃO

No âmbito da prestação de serviços de formação verificou-se um acréscimo, face ao ano anterior, de horas de formação e do volume associado (+45% e +43%, respetivamente). Registou-se, no entanto, um decréscimo de 27% do número de ações realizadas e do número de participantes nas mesmas (-29%). Estes números são consequência do tipo de ações de formação desenvolvidas que, embora em menor número, tiveram uma duração média mais longa do que a verificada no ano transato.

A atividade no âmbito da psicologia (exames de seleção, de controlo periódico e de avaliação psicológica) registou um incremento de cerca de 29%, face ao ano transato, tendo sido realizados 954 exames.



## EFETIVO

No final do exercício de 2018 a Fernave contava com 9 trabalhadores ao serviço, dos quais 2 em regime de cedência pela CP.

Relativamente a 2017 a empresa terminou o ano com menos 9 elementos, tendo 2 rescidido por mútuo acordo, 5 sido integrados no acionista e 2 regressado à empresa de origem (CP).

## PROVEITOS

Em 2018, a FERNAVE obteve um acréscimo de 51% de proveitos, transversal às suas principais áreas de atividade.

Proveitos (Valores em euros)	2018	2017	Variação	
			Valor	%
Formação	994 641	650 586	344 055	53%
Psicologia	48 367	34 566	13 801	40%
Consultadoria	16 075	10 300	5 775	56%
Outros Serviços	50	4 786	-4 736	-99%
<b>TOTAL</b>	<b>1 059 133</b>	<b>700 238</b>	<b>358 895</b>	<b>51%</b>

## RESULTADOS

A FERNAVE encerrou o exercício de 2018 com um *Resultado Líquido* positivo de 64 milhares de euros (-287,3 milhares de euros em 2017).

O *Resultado Operacional* situou-se nos 164,5 milhares de euros e o EBITDA nos 168,8 milhares de euros.

RENDIMENTOS E GASTOS (valores em euros)	PERÍODOS		Variação 2018/2017	
	31-12-2018	31-12-2017	Valor	%
Vendas e serviços prestados	1 059 133	700 238	358 895	51,3%
Fornecimentos e serviços externos	-400 856	-410 109	9 253	2,3%
Gastos com o pessoal	-509 289	-610 051	100 762	16,5%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	413	1 015	-602	-59,3%
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	36 905	17 166	19 739	115,0%
Outros rendimentos e ganhos	34 933	151 581	-116 648	-77,0%
Outros gastos e perdas	-52 476	-12 411	-40 065	-322,8%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	168 763	-162 571	331 334	203,8%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-4 237	-23 932	19 695	82,3%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	164 526	-186 503	351 029	188,2%
Juros e gastos similares suportados	-95 698	-95 644	-54	-0,1%
Resultado antes de impostos	68 828	-282 147	350 975	124,4%
Imposto sobre o rendimento do período	-4 785	-5 141	356	6,9%
Resultado líquido do período	64 043	-287 288	351 331	122,3%

Os Gastos com Pessoal reduziram-se em cerca de 17 %, apesar das indemnizações de 124,9 milhares de euros, pagas por duas rescisões por mútuo acordo. Excluindo este impacto, a redução dos Gastos com Pessoal seria de 37 %, relativamente a 2017.

Registo ainda para a diminuição dos Fornecimentos e Serviços Externos na ordem dos 2 %, apesar do aumento substancial da atividade.

# ECOSAÚDE - EDUCAÇÃO, INVESTIGAÇÃO E CONSULTORIA EM TRABALHO, SAÚDE E AMBIENTE, S.A.

## SUMÁRIO EXECUTIVO

O ano de 2018 registou uma recuperação do Volume de Negócios da Ecosaúde, com um crescimento face ao período homólogo de 3% (+54 milhares de euros), com uma relevante recomposição do peso relativo das áreas de negócios da empresa, uma vez que, a principal área de negócios, a Saúde no Trabalho, reduziu o nível de vendas em cerca de 7%, enquanto as áreas das Especialidades Médicas e da Segurança no Trabalho registaram significativos crescimentos.

A escassez de quadros médicos e de enfermagem no mercado, originou um aumento dos custos da empresa.

## OPERAÇÃO

A Ecosaúde desenvolve a sua atividade em diversas áreas do conhecimento, que no seu conjunto e de forma integrada, contribuem para a melhoria das condições de trabalho e do bem-estar dos trabalhadores e, por consequência, para o aumento da produtividade das empresas suas clientes no médio e longo prazo.

### MEDICINA NO TRABALHO

Através da vigilância e acompanhamento por Médicos Especialistas de Medicina do Trabalho, Enfermeiros de Trabalho e outros Técnicos de Saúde, a Ecosaúde implementa ações de prevenção de riscos para a saúde do trabalhador e ações de mitigação da doença profissional. No ano de 2018 foram realizados 11.455 atos médicos, menos 6% que no ano anterior.

### SEGURANÇA NO TRABALHO

As atividades de auditoria de segurança no trabalho e consultadoria de segurança permitem aos Clientes melhorar as condições de trabalho e a prevenção de acidentes e incidentes de trabalho, mitigando as nefastas consequências humanas e patrimoniais destas ocorrências. No ano de 2018 realizaram-se 1.435 intervenções nesta valência, menos 1% que no ano anterior.

## PREVENÇÃO E CONTROLO DE DEPENDÊNCIAS

Tendo como principais objetivos a inibição da influência negativa do consumo de álcool e drogas no ambiente de trabalho, assim como apoiar a assistência a trabalhadores afetados pelos consumos excessivos destas substâncias, realizaram-se 9.646 intervenções de controlo durante o ano de 2018, -10% que no ano de 2017.

## GESTÃO DE SINISTROS

No âmbito da Gestão de Sinistros, foram prestados 679 atos médicos de acompanhamento e tratamento de acidentes de trabalho e de passageiros, menos 12% que no ano anterior.

## ESPECIALIDADES MÉDICAS

Para complementar a atividade da saúde no trabalho, a empresa apoia as organizações e os seus colaboradores através da prestação de serviços de saúde em diversas especialidades médicas, criando condições para a prevenção, deteção e tratamento de cada situação. No ano de 2018 foram realizadas 4223 ações deste tipo, um aumento de 25% face a 2017.

## FORMAÇÃO

A atividade formativa nas áreas de Segurança e Saúde tem por objetivo estimular a cultura de segurança e saúde, assim como desenvolver as condições de trabalho. A Ecosaúde presta serviços de formação interempresas, nas temáticas e conteúdos transversais a todas as organizações e sectores de atividade, mas também ministra formação intraempresa, à medida das necessidades específicas de cada organização.

No ano de 2018 foram realizadas mais 34% de ações de formação, num total de 78, com um volume de formação de 6.535 horas, ministradas a um universo de 723 Formandos.

## RESUMO DA ATIVIDADE

Indicadores de atividade	2018	2017
Medicina do trabalho (atos médicos)	11 455	12 200
Segurança no trabalho (intervenções de condições de trabalho)	1 435	1 453
Prevenção e controlo de dependências (testes nos locais de trabalho)	9 646	10 672
Especialidades médicas e de enfermagem	4 233	3 381
Gestão de sinistros (consultas e tratamentos de AT's)	679	768
Formação - Volume de horas de formação	6 535	8 436
Formação - N.º de ações formação	78	58
Formação - N.º de formandos	723	646

## RECURSOS HUMANOS

A empresa dispõe de 27 colaboradores no quadro (21 contratados sem termo, 4 a termo certo e 2 a termo incerto) e 60 prestadores de serviços altamente qualificados.

## RESULTADOS

RENDIMENTOS E GASTOS (valores em euros)	PERÍODOS		Variação	
	31-12-2018	31-12-2017	Valor	%
Vendas e Prestações de Serviços	2 131 194	2 077 053	54 141	2,6%
Fornecimentos e Serviços Externos	-1 337 325	-1 296 630	-40 695	-3,1%
Gastos com o pessoal	-754 455	-682 149	-72 306	-10,6%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-10 865	-5 065	-5 800	-114,5%
Provisões (aumentos/reduções)	0	0	0	0,0%
Outros Rendimentos e Ganhos	1 516	6 030	-4 514	-74,9%
Outros Gastos e Perdas	-24 249	-15 562	-8 687	-55,8%
Resultados Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos	5 816	83 677	-77 861	-93,0%
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização	-63 191	-66 483	3 292	5,0%
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)	-57 375	17 194	-74 569	-433,7%
Juros e Gastos Similares Suportados	-12 245	-11 801	-444	-3,8%
Resultado Antes de Impostos	-69 620	5 393	-75 013	-1390,9%
Imposto sobre o rendimento do exercício	-7 360	-4 725	-2 635	-55,8%
Resultado Líquido do Período	-76 980	668	-77 648	-11624,0%



No ano de 2018 a Ecosaúde registou um EBITDA positivo de 5,8 milhares de euros, um Resultado Operacional negativo de 57,4 milhares de euros e um Resultado Líquido negativo de 77 milhares de euros.

O volume de Prestação de Serviços apresentou um aumento de 2,6% (+54,1 milhares de euros), que foi, no entanto, compensado, nomeadamente, pelo aumento dos Fornecimentos e Serviços Externos e dos Gastos com Pessoal.

O aumento dos Fornecimentos e Serviços Externos deveu-se ao crescimento registado na área de negócios das Especialidades Médicas que tem um significativo peso de gastos variáveis. Os Gastos com Pessoal registaram um aumento devido, essencialmente, aos seguintes factos:

- / Rescisão de contrato de trabalho por mútuo acordo com um trabalhador;
- / Reposição das diuturnidades congeladas;
- / Atualização do salário mínimo de uma trabalhadora.

Os fluxos gerados pela atividade operacional da empresa foram suficientes para cobrir integralmente o pagamento dos investimentos, dos juros, e, quase integralmente, o plano de amortização da dívida à acionista. O Passivo da empresa manteve-se estável, tendo crescido residualmente em 6 milhares de Euros.

# SAROS – SOCIEDADE DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS, LDA

## SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2018 a SAROS registou um acréscimo das *Vendas e Serviços Prestados* de 1 % face ao ano anterior, tendo obtido um EBITDA positivo de 495 milhares de euros, valor superior ao verificado em 2017 (486 milhares de euros).

A empresa encerrou o ano de 2018 com um *Resultado Líquido* positivo de 402 milhares de euros, 1,7% superior ao registado no ano anterior.

## OPERAÇÃO

As atividades desenvolvidas pela empresa, no decurso do ano de 2018, estiveram focadas em quatro pilares essenciais:

- / Assessoria personalizada e apoio técnico permanente, atento às especificidades do setor de atividade de cada uma das empresas do Grupo CP;
- / Apoio na execução dos contratos de seguro vigentes;
- / Auxílio na contratação de novos seguros, nomeadamente no que se refere à revisão das peças dos procedimentos que servem de base ao lançamento de Concursos Públicos;
- / Apoio na análise de risco e procura de soluções que melhor salvaguardem os interesses e as responsabilidades das empresas.

## RECURSOS HUMANOS

A empresa desenvolveu a sua atividade com o funcionamento corrente assegurado apenas pela Gerência. Esta é constituída por dois Gerentes, sendo legalmente obrigatório que um dos Gerentes se encontre habilitado como mediador de seguros.

## PROVEITOS

Em 2018 o valor de *Vendas e Serviços Prestados* pela SAROS cifrou-se nos 482 milhares de euros, o que representou um acréscimo de 1% face ao verificado em 2017.

Ramos (Valores em milhares de euros)	2018	2017	Variação	
			Valor	%
Acidentes Trabalho	230	190	40	21%
Saúde	162	194	-32	-17%
Responsabilidade Civil	67	64	3	5%
Multiriscos empresas	17	20	-4	-18%
Outros	7	8	-1	-18%
<b>TOTAL</b>	<b>482</b>	<b>476</b>	<b>6</b>	<b>1%</b>

À semelhança do ano anterior, os Ramos de Saúde, Acidentes de Trabalho e Responsabilidade Civil representaram a parcela mais significativa das comissões auferidas, reunindo, conjuntamente, 95%.

## RESULTADOS

O *Resultado Líquido* da empresa totalizou 402 milhares de euros, o que representou uma variação positiva de 1,7% face ao ano anterior. Para este resultado contribuiu fundamentalmente a rubrica *Vendas e Serviços Prestados*, com uma variação positiva de 6,2 milhares de euros face ao ano anterior.

De relevar ainda a redução dos *Fornecimentos e Serviços Externos* de cerca de 1 milhão de euros. Os *Gastos com o Pessoal* foram semelhantes aos registados no ano anterior.

RENDIMENTOS E GASTOS (valores em euros)	PERÍODOS		Variação	
	31-12-2018	31-12-2017	Valor	%
Vendas e Serviços prestados	482 452	476 238	6 214	1,3%
Fornecimentos e Serviços Externos	-10 168	-11 125	957	8,6%
Gastos com o pessoal	-51 169	-51 274	105	0,2%
Outros Rendimentos	84 576	82 883	1 693	2,0%
Outros Gastos	-10 352	-10 433	81	0,8%
Resultados Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos	495 339	486 289	9 050	1,9%
Gastos/Reversões de Depreciações e de Amortização	-1 158	-484	-674	-139,3%
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)	494 181	485 805	8 376	1,7%
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	0	181	-181	-100,0%
Resultado Antes de Impostos	494 181	485 986	8 195	1,7%
Imposto sobre o rendimento do exercício	-92 080	-90 617	-1 463	-1,6%
Resultado Líquido do Período	402 101	395 369	6 732	1,7%



---

# ANÁLISE ECONÓMICO- FINANCEIRA

# CONTA DE EXPLORAÇÃO

(valores em milhares de euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS		Variação 2018/2017	
	REAL 31-12-2018	REAL 31-12-2017	Valor	%
Vendas e serviços prestados	298 053	286 660	11 393	4%
Subsídios à exploração	8	23	-15	-67%
Trabalhos para a própria entidade	9 014	12 521	-3 507	-28%
Outros rendimentos	18 649	17 405	1 243	7%
	325 724	316 609	9 115	3%
Variação nos inventários da produção	-57	-33	-24	-74%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-24 735	-26 381	1 647	6%
Fornecimentos e serviços externos	-145 143	-139 059	-6 084	-4%
Gastos com o pessoal (s/ Indemnizações e acordo de variáveis)	-132 037	-125 192	-6 845	-5%
Outros gastos	-5 929	-4 168	-1 762	-42%
	-307 901	-294 833	-13 068	-4%
<b>Resultado operacional da atividade core<sup>(1)</sup> (EBITDA)</b>	<b>17 823</b>	<b>21 776</b>	<b>-3 953</b>	<b>-18%</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-54 654	-57 924	3 271	6%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	722	574	148	26%
Indemnizações por rescisão	-1 638	-1 754	116	7%
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	1 303	1 202	101	8%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-652	-1 188	536	45%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	337	-1 461	1 798	123%
Provisões (aumentos/reduções)	-1 101	141	-1 242	-881%
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	1 610	17	1 592	s/s
Diferenças de Câmbio (aumento/reduções) <sup>(2)</sup>	-1 364	3 183	-4 547	-143%
Outros rendimentos (venda ativos diversos: imóveis, eq. básico ñ afeto à opr., suca)	2 968	1 530	1 438	94%
Outros gastos (outros abates de material circulante)	-2 157		-2 157	s/s
<b>Resultado operacional</b>	<b>-36 805</b>	<b>-33 905</b>	<b>-2 901</b>	<b>-9%</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	39	8	32	417%
Juros e gastos similares suportados	-68 332	-76 372	8 040	11%
<b>Resultado financeiro</b>	<b>-68 293</b>	<b>-76 364</b>	<b>8 072</b>	<b>11%</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>-105 098</b>	<b>-110 269</b>	<b>5 171</b>	<b>5%</b>
Imposto sobre o rendimento do período	-1 151	-798	-353	-44%
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-106 249</b>	<b>-111 067</b>	<b>4 818</b>	<b>4%</b>

(1) Antes de indemnizações por rescisão, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos e outras operações, nomeadamente diferenças de câmbio, não relacionadas com a atividade core do Grupo CP.

(2) Efetuada uma reclassificação das diferenças de câmbio desfavoráveis de 2017, da rubrica de "Juros e Gastos Similares Suportados", para "Outros Gastos", no valor de 278 mil euros relativamente aos dados divulgados em 2017.

## RESULTADO LÍQUIDO

O *Resultado Líquido* do Grupo CP em 2018 situou-se nos -106,3 milhões de euros, o que representou uma melhoria de 4,8 milhões de euros (4%) face ao registado no ano anterior (-111,1 milhões de euros).

Esta melhoria é explicada, fundamentalmente, pelo crescimento registado nas *Vendas e Serviços Prestados* (+11,4 milhões de euros) e pela melhoria do *Resultado Financeiro* (+8,1 milhões de euros), ainda que parcialmente compensados pelo aumento dos *Gastos Com Pessoal* (+6,8 milhões de euros), *Gastos com Fornecimentos e Serviços Externos* (+6,1 milhões de euros) e pelo impacto das *Diferenças de Câmbio* (+4,5 milhões de euros).



## RESULTADO OPERACIONAL DA ATIVIDADE CORE (EBITDA)

O *EBITDA recorrente* do Grupo em 2018 foi positivo em 17,8 milhões de euros, ainda que inferior ao registado no ano anterior em 4 milhões de euros (-18%). Contribuíram, essencialmente, para esta evolução as seguintes variações:

- / Aumento das *Vendas e Serviços Prestados* em 11,4 milhões de euros, com origem, fundamentalmente, no crescimento dos réditos relativos ao transporte de passageiros e dos serviços de manutenção e reparação dos veículos integrantes da frota de material circulante do Metro do Porto;
- / Diminuição dos *Trabalhos Para a Própria Entidade* em 3,5 milhões de euros, decorrente da diminuição das intervenções realizadas, nomeadamente, das relacionadas com reparações periódicas do tipo R1 e R2 no material circulante;
- / Aumento dos *Outros Rendimentos* em 1,2 milhões de euros, devido, designadamente, à formalização de acordo com a IP para a repartição de gastos com energia em espaços partilhados, o que implicou correção de rendimentos e gastos de exercícios anteriores de materialidade semelhante;
- / Diminuição dos *Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas* em 1,6 milhões de euros, decorrente do abrandamento da atividade de reparação de material circulante;
- / Aumento dos *Gastos com Fornecimentos e Serviços Externos* em 6,1 milhões de euros, destacando-se o acréscimo de gastos relativos à utilização de estações e apeadeiros (em virtude de a IP ter reintroduzido a faturação deste serviço no Diretório de Rede de 2018), a subcontratos relacionados com serviços acessórios à manutenção de bogies, motores diesel e AVAC, e à energia para tração;
- / Aumento dos *Gastos com Pessoal* (sem indemnizações por rescisão) em 6,8 milhões de euros, em resultado dos seguintes fatores:
  - / reposição das progressões na carreira, 50% em julho de 2017 (art.º 21º da LOE 2017) e os restantes 50% em janeiro de 2018 (art.º 23º da LOE 2018);
  - / implementação dos acordos assinados em dezembro de 2017 e fevereiro de 2018 com as Organizações Representativas dos Trabalhadores relativos ao regulamento de carreiras;
  - / acréscimo dos gastos com trabalho extraordinário e outros abonos;
  - / diminuição do efetivo a cargo;
- / Aumento dos *Outros Gastos* em 1,8 milhões de euros, decorrente, fundamentalmente, da, já referida, formalização de acordo com a IP para a repartição de gastos de energia em espaços partilhados, da contabilização de gastos decorrentes de insuficiente estimativa de impostos e de gastos de ofertas de títulos.



## RESULTADO OPERACIONAL

O *Resultado Operacional* de 2018, no valor de -36,8 milhões de euros, apresentou um agravamento de 2,9 milhões de euros (-9%) face ao ano anterior. Contribuíram para esta situação, para além dos motivos já referidos para o EBITDA recorrente, fundamentalmente os seguintes factos:

- / Diminuição das *Depreciações* em 3,3 milhões de euros, em virtude de alguns ativos terem atingido o final da vida útil e este efeito não ter sido totalmente compensado pelo investimento realizado;
- / Variação favorável das *Imparidades de Dívidas a Receber* em 1,8 milhões de euros, na sequência das ações de cobrança desenvolvidas que permitiram recuperar o valor de alguns créditos a clientes para os quais já haviam sido constituídas imparidades;
- / Aumento das *Provisões* em 1,2 milhões de euros, decorrente, fundamentalmente, da necessidade de reforço da provisão para acidentes ferroviários no montante de cerca de 1,1 euros, em face da avaliação efetuada aos processos em curso;
- / Aumento da variação favorável das *Imparidades de Investimentos não Depreciáveis / Amortizáveis*, em 1,6 milhões de euros, pelo facto de, em 2018, se terem revertido imparidades constituídas em resultado de novas avaliações de imóveis detidos para venda e de abate de material circulante não afeto à atividade de transporte;
- / Variação desfavorável das *Diferenças de Câmbio* em 4,5 milhões de euros em resultado, essencialmente, da variação cambial do franco suíço, decorrente de participação subscrita, mas não realizada, na Eurofima;
- / Aumento dos *Outros Rendimentos resultantes da venda de ativos e sucata* em cerca de 1,4 milhões de euros, em virtude, fundamentalmente, da venda, em 2018, de um imóvel detido pelo Grupo na Rua Castilho;
- / Aumento dos *Outros Gastos* em 2,2 milhões de euros, na sequência do abate de material circulante não afeto à atividade de transporte, já referido anteriormente.

## RESULTADO FINANCEIRO

O *Resultado Financeiro* em 2018 foi negativo em 68,3 milhões de euros, verificando-se uma melhoria face ao registado em 2017 de 8,1 milhões de euros (+11%). Para este facto contribuiu, fundamentalmente, a diminuição do passivo financeiro remunerado do Grupo.

# BALANÇO

(valores em milhares de euros)

RUBRICAS	PERÍODOS		Variação 2018/2017	
	31-12-2018	31-12-2017	Valor	%
<b>ATIVO</b>				
Ativo Não Corrente	503.625	542.517	-38.892	-7%
Ativo Corrente	86.183	86.669	-487	-1%
<b>Total do Ativo</b>	<b>589.807</b>	<b>629.186</b>	<b>-39.379</b>	<b>-6%</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>				
Capital Próprio que inclui:	-2.271.614	-2.246.273	-25.341	-1%
Resultado Líquido do período	-106.249	-111.067	4.818	4%
<b>Total do Capital Próprio</b>	<b>-2.271.614</b>	<b>-2.246.273</b>	<b>-25.341</b>	<b>-1%</b>
<b>PASSIVO</b>				
Passivo Não Corrente	1.318.546	2.228.203	-909.658	-41%
Passivo Corrente	1.542.876	647.256	895.620	138%
<b>Total do Passivo</b>	<b>2.861.422</b>	<b>2.875.460</b>	<b>-14.038</b>	<b>0%</b>
<b>Total do Capital Próprio + Passivo</b>	<b>589.807</b>	<b>629.186</b>	<b>-39.379</b>	<b>-6%</b>

## ATIVO

Em 2018 o Ativo do Grupo CP diminuiu 39,4 milhões de euros, sendo de realçar os seguintes impactos mais significativos:

- / Diminuição dos *Ativos Fixos Tangíveis*, em cerca de 39,7 milhões de euros, fundamentalmente, em resultado das depreciações não terem sido compensadas pela realização de investimento;
- / Aumento das *Participações Financeiras - método de equivalência patrimonial* (MEP), em 0,8 milhões de euros, decorrente da aplicação do MEP às contas das empresas participadas do Grupo, destacando-se o aumento do valor da participação financeira da TIP, por via da variação positiva nos seus resultados;
- / Diminuição do saldo de *Inventários*, no valor de 1,5 milhões de euros, em virtude de os consumos terem sido superiores às aquisições efetuadas;
- / Diminuição do saldo de *Estado e Outros Entes Públicos*, no valor de 7,4 milhões de euros, em resultado, fundamentalmente, da diminuição do valor de IVA a recuperar. Recorde-se que em 2017 apenas no final do ano houve condições para a aceitação de uma parte significativa da faturação da IP relativa à utilização de infraestruturas, o que originou um valor não habitual do IVA a recuperar no final do exercício;
- / Aumento do saldo de *Clientes e de Outros Créditos a Receber* em 1 milhão de euros. De referir que continuaram durante o ano de 2018 a ser efetuadas diversas

diligências junto das diferentes entidades no sentido de se assegurar o recebimento dos valores em dívida;

- / Diminuição da rubrica *Ativos Não Correntes Detidos Para Venda* em 0,3 milhões de euros, em resultado do abate de material circulante não afeto à atividade do Grupo;
- / Aumento do saldo de *Caixa e Depósitos Bancários*, em 7,3 milhões de euros.

## CAPITAL PRÓPRIO

No decorrer do ano 2018 foram realizados pelo Estado Português, em numerário, aumentos de capital no valor de 80,9 milhões de euros. Os aumentos de capital estatutário foram aprovados por despachos conjuntos do Secretário de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado das Infraestruturas, nos seguintes termos:

- / No mês de fevereiro, 22,9 milhões de euros, totalmente realizados no final daquele mês;
- / No mês de junho, 32 milhões de euros, tendo sido realizados 14 milhões de euros no mês de junho e os restantes 18 milhões de euros no final do mês de agosto;
- / No mês de outubro, 23 milhões de euros, tendo sido realizados 13 milhões de euros no mês de outubro e os restantes 10 milhões de euros em novembro;
- / No mês de dezembro, 3 milhões de euros, tendo sido totalmente realizados naquele mês.

## PASSIVO

O *Passivo* do Grupo CP registou em 2018 uma diminuição de 14 milhões de euros, sendo de realçar os seguintes impactos mais significativos:

- / Diminuição dos *Financiamentos Obtidos* em cerca de 28 milhões de euros, na sequência de amortizações parciais de empréstimos do Banco Europeu de Investimentos (BEI);
- / Aumento do saldo de *Fornecedores e Outras Dívidas a Pagar* em 29,8 milhões de euros, devido fundamentalmente à especialização de gastos com juros a liquidar, com fornecimentos e serviços externos e taxa de utilização de infraestruturas ainda não faturados;
- / Diminuição dos *Diferimentos* em cerca de 7,9 milhões de euros, devido ao reconhecimento, como rendimento do exercício, numa base sistemática e racional durante a vida útil do ativo, dos subsídios ao investimento recebidos;

- / Aumento do saldo de *Provisões* em 0,3 milhões de euros, em resultado de ajustamentos relacionados com responsabilidades relativas a processos judiciais.

# FINANCIAMENTO

## POLÍTICA DE FINANCIAMENTO

Com a integração em 2015 no perímetro de consolidação do Orçamento de Estado, a CP deixou de recorrer a financiamento junto das instituições de crédito, passando as suas necessidades de financiamento a ser supridas por empréstimos do Estado Português, conforme estipulado na legislação em vigor para as Empresas Públicas Reclassificadas (EPR).

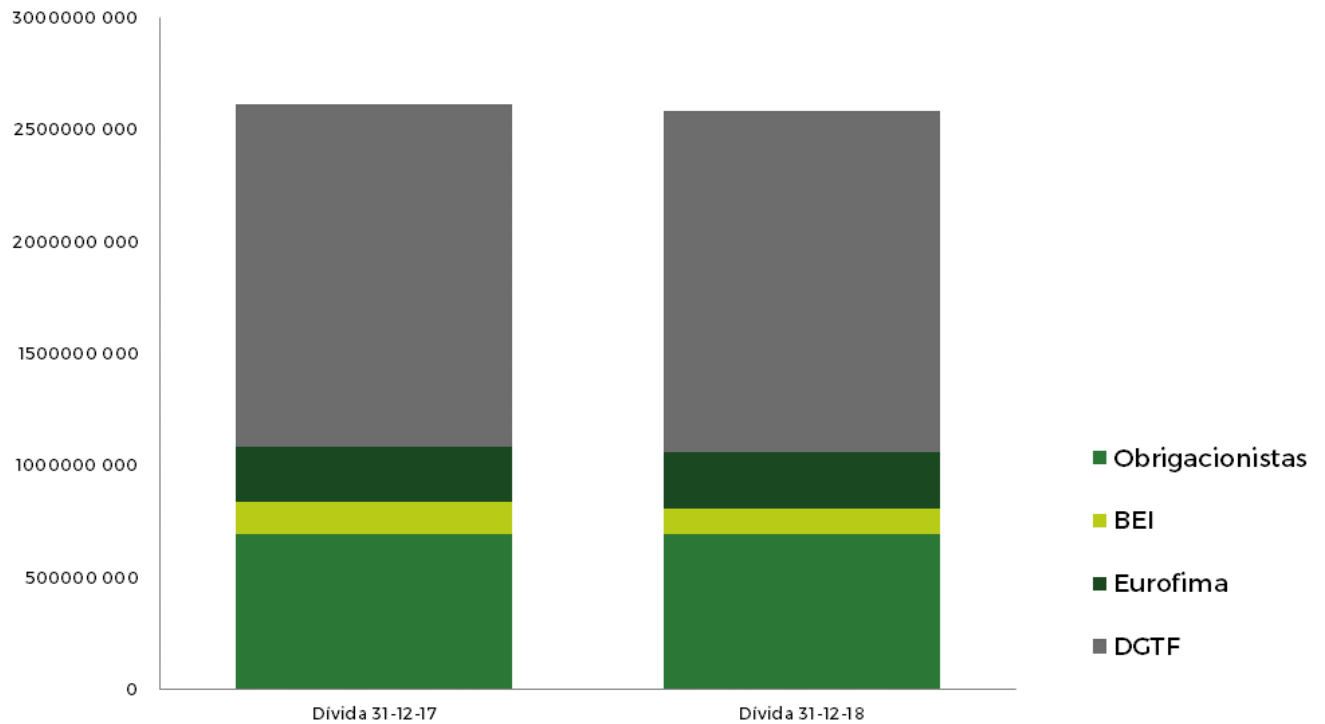
Neste contexto, em 2018, por despachos conjuntos das Tutelas Financeira e Setorial (detalhe no ponto relativo às variações do Capital Próprio) foram realizados pelo Estado Português aumentos do capital estatutário da CP no valor total de 80,9 milhões de euros.

Estes valores tinham como objetivo suprir as necessidades decorrentes do serviço da dívida (amortizações, juros e outros encargos), dos investimentos e de despesas com pessoal relativas ao acordo histórico sobre os abonos variáveis.

## DÍVIDA REMUNERADA

A dívida remunerada do Grupo CP a 31 de dezembro de 2018 apresentou uma diminuição de cerca de 28 milhões de euros em relação ao ano anterior, na sequência de amortizações de empréstimos do BEI.

O valor da dívida final de 2018 ascendia, assim, a cerca de 2,6 mil milhões de euros, com o seguinte detalhe por fontes de financiamento:



Na estrutura da dívida, a de médio e longo prazo representa cerca de 50% do total da dívida.

## PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO

O Grupo CP tem desenvolvido todos os esforços para assegurar o cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, centrando o máximo de serviços no IGCP.

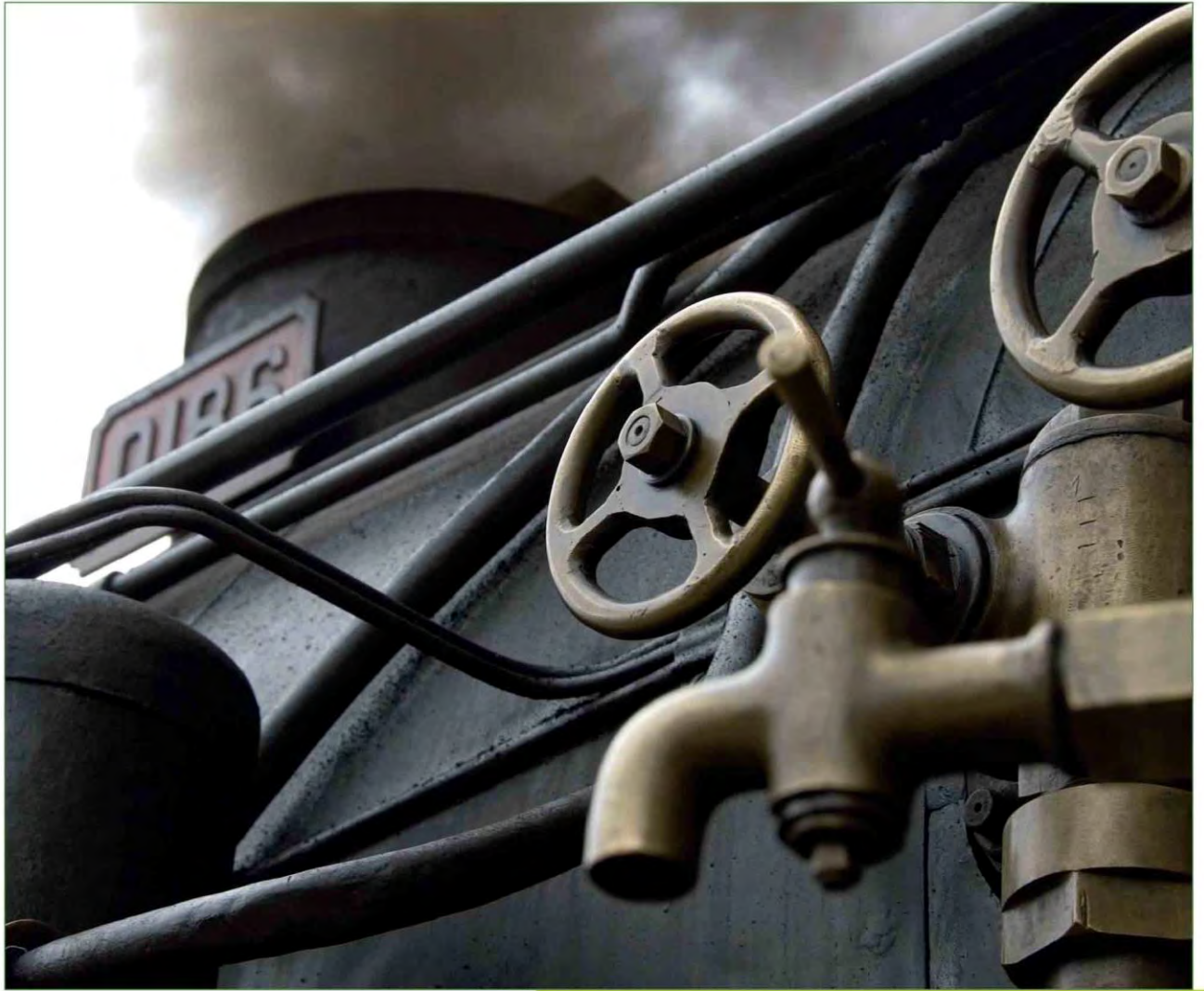
No entanto, dadas as especificidades das suas atividades, tem sido necessário manter a movimentação de algumas contas bancárias junto da banca nacional, pela impossibilidade de alguns serviços necessários ao seu funcionamento serem prestados pelo IGCP.

Nesse contexto, dando cumprimento ao estabelecido na legislação sobre o princípio da Unidade de Tesouraria do Estado a que as empresas públicas estão sujeitas, as empresas do Grupo CP têm requerido a dispensa do seu cumprimento



para alguns serviços, tendo sido obtida a referida exceção, nomeadamente, para os valores objeto de recolha, transporte e contagem de valores, empréstimos bancários, garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados e a guarda de títulos de empresas participadas, entre outros.

Assim, considera-se que o Grupo CP está a cumprir a legislação aplicável nesta matéria.



PERSPETIVAS PARA 2019



Definem-se os seguintes objetivos estratégicos para o período 2019-2021:

- / Acréscimo do número de passageiros transportados;
- / Melhoria da qualidade do serviço prestado;
- / Reforço da coesão territorial;
- / Promoção da sustentabilidade económico-financeira.

Para a sua persecução definem-se os seguintes eixos estratégicos:

1. Modernização do material circulante, através de investimento de magnitude apropriada para assegurar níveis de eficiência operacional competitivos;
2. Manutenção e reparação da frota atual para tornar sustentável o modelo de exploração e fazer face aos sucessivos incrementos da procura;
3. Contratualização do serviço público de mobilidade;
4. Digitalização da empresa com particular ênfase na área da bilhética, do serviço ao cliente e dos processos operacionais;
5. Otimização do modelo de gestão de recursos humanos.

Em termos regulatórios, o ano de 2019 marca o início do processo de liberalização do mercado que consubstancia a abertura do setor ferroviário de passageiros a vários operadores, públicos e privados, assegurando a igualdade de acesso à infraestrutura, alteração estruturante do contexto em que a CP irá realizar a sua atividade, com especial relevo para a inevitável obrigatoriedade de partilhar a capacidade instalada na Rede Ferroviária Nacional.

Assim, num contexto de liberalização, impondo as regras de um mercado concorrencial, será necessário dotar a CP dos meios necessários para atingir níveis de rentabilidade e de autonomia financeira adequados e garantir a sua sustentabilidade num universo empresarial fortemente competitivo.

Para o efeito, a CP apresentou oportunamente o quadro legal aplicável e proposta de contratação por ajuste direto pelo prazo de 10 mais 5 anos, subordinada à condição de o contrato obrigar o operador a investir em ativos relevantes, e.g., material circulante. Apresentou-se igualmente às Tutelas Setorial e Financeira, no final do ano, uma proposta de Contrato de Serviço Público, em que se definem as condições de prestação dos serviços e as de compensação financeira pelo Estado Português. Esta proposta encontra-se em apreciação.

Em complemento afigura-se primordial a assinatura de um contrato de utilização da infraestrutura entre a CP e a IP, em discussão entre as partes.

Em termos de sustentabilidade económica, a CP enfrenta atualmente fortes constrangimentos à sua operação tanto no que se refere à obsolescência do material circulante de tração *diesel* e dos equipamentos e sistemas de venda e informação, como às condições da infraestrutura ou à capacidade produtiva do principal prestador de serviços de manutenção, EMEF.

Neste âmbito, a concretização dos Planos de Investimentos Ferrovia 2020 e de Aquisição de Material Circulante, constituirão uma oportunidade para a CP reestruturar o seu parque de material e os seus modelos produtivos.

Ao nível do material circulante, no dia 7 de janeiro de 2019 foi lançado o concurso para a aquisição de novo material automotor para o serviço regional (12 automotoras bi-modo e 10 automotoras elétricas), com um preço base de 168.210.000 euros. Prevê-se a assinatura do contrato até ao final de 2019, com a entrega das primeiras unidades em 2022. Encontram-se em fase de qualificação cinco entidades candidatas.

Iniciar-se-á, ainda, o processo de modernização de 25 carruagens para o serviço Intercidades. Está em curso o aluguer de mais 4 automotoras de tração a *diesel* à RENFE.

Paralelamente, para responder às necessidades do negócio, é urgente o rejuvenescimento e reforço do seu quadro de efetivos, sem os quais não será possível manter a regularidade da operação.

Ao nível dos equipamentos comerciais, atendendo a que grande parte dos mesmos apresenta problemas de obsolescência operacional, dar-se-á continuidade aos respetivos processos de substituição.

A sustentabilidade financeira futura da CP passa ainda pela conclusão do processo de saneamento financeiro em curso.

## EMEF

Decorrente da necessidade de posicionar o enfoque da sua atividade na manutenção e na reparação do material circulante do seu cliente e acionista CP, indo ao encontro das disposições jurídico-legais em matéria da “contratação *in house*”, está em curso um processo de ajustamento no modelo empresarial da EMEF, que visa o aumento do volume percentual da sua atividade para a CP. Está prevista a criação de uma unidade empresarial autónoma integrada no mesmo Grupo societário, dedicada à manutenção e reparação dos veículos integrantes da frota de material circulante do Metro do Porto. Este ajustamento do modelo empresarial tem subjacente a imprescindível salvaguarda da sustentabilidade económica e financeira da EMEF e da nova entidade empresarial.

Devido à decisão da Medway de internalizar a atividade de manutenção e reparação de vagões (inviabilizando o ACE com a EMEF inicialmente previsto), será assegurada pela EMEF a transição das atividades, de forma progressiva e controlada, precavendo a existência de eventuais disrupções ou questões de conflitualidade neste processo.

## FERNAVE

No que respeita à FERNAVE, perspectiva-se a manutenção da tipologia de serviços disponibilizados pela empresa e da orientação estratégica implementada no sentido de melhoria do Resultado Operacional, assim como a aprovação da proposta de reestruturação financeira apresentada pela CP às Tutelas Setorial e Financeira.

Prosseguirão os esforços para alienar a participação financeira detida pela FERNAVE na Transcom e será lançado um processo de modernização tecnológica, nomeadamente ao nível dos recursos pedagógicos afetos à atividade formativa.

## ECOSAÚDE

A Ecosaúde prosseguirá a sua linha estratégica no sentido da manutenção do equilíbrio financeiro e da recuperação do equilíbrio económico da empresa.

Em paralelo deverá ser mantido um nível de qualidade intrínseca significativo, enquanto empresa prestadora de serviços internos de saúde e segurança no trabalho do Grupo CP.

Em 2019 serão desenvolvidas ações tendentes a inverter a redução do nível de prestação de serviços na área da Saúde no Trabalho e da reorganização e racionalização das áreas de suporte

## SAROS

Quanto à SAROS as perspectivas para o ano de 2019 serão no sentido da continuidade do enquadramento da empresa, potenciando os interesses estratégicos do Grupo, mantendo-se mediadora cativa da generalidade das apólices de seguro das empresas.

Irá manter o objetivo da maximização dos resultados obtidos, sendo expectável um ano bastante positivo para a Empresa.





---

# FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Como acontecimentos relevantes após a data de balanço, ressalvam-se um diferendo relacionado com a propriedade do conjunto urbanístico da sede da CP, entre a CP e o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS, I.P.), e o facto de a CP, por motivos externos, não ter ainda concluído a recomendação constante do Acórdão do Tribunal de Contas nº5/2018, de conclusão da implementação do novo modelo empresarial da EMEF, S.A.

Encontra-se em curso um processo de ajustamento no modelo empresarial da EMEF, S.A., que visa o aumento do volume percentual da sua atividade para a CP, recorrendo para o efeito à criação de uma unidade empresarial autónoma integrada no mesmo Grupo societário, dedicada à manutenção e reparação dos veículos integrantes da frota de material circulante do Metro do Porto.

Por outro lado, correspondendo a uma decisão da Medway de internalizar a atividade de manutenção e reparação de vagões (sem o ACE), a EMEF assegurará esta transição de forma progressiva e controlada, precavendo a existência de eventuais disrupções ou questões de conflitualidade neste processo.

Importa referir que este ajustamento do modelo empresarial tem subjacente a imprescindível salvaguarda da sustentabilidade económica e financeira da EMEF e da nova entidade empresarial.





---

# DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

(nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários)

Tanto quanto é do nosso conhecimento: a informação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da CP-Comboios de Portugal, EPE e das empresas incluídas no perímetro de consolidação (Grupo CP), e o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do Grupo CP e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que o mesmo se defronta.

Lisboa, 10 de abril de 2019

**O Conselho de Administração**

**Presidente:** Dr. Carlos Gomes Nogueira

**Vogal:** Dra. Ana Maria dos Santos Malhó

**Vogal:** Engº Sérgio Abrantes Machado



---

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS DO GRUPO CP 2018

Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 31 de dezembro de 2018

(valores em euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2018	31-12-2017
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	7	473 069 536	51 2 757 959
Ativos intangíveis	8	1 22 647	1 93 279
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	9	2 353 741	1 541 490
Outros investimentos financeiros	10	28 078 847	28 024 305
		<b>503 624 771</b>	<b>542 51 7 033</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	12	26 801 955	28 273 068
Clientes	13	13 705 395	13 494 452
Estado e outros entes públicos	14	7 881 455	15 257 232
Outros créditos a receber	15	8 682 720	7 868 077
Diferimentos	16	1 744 257	1 363 675
Ativos não correntes detidos para venda	17	5 583 434	5 908 397
Caixa e depósitos bancários	4	21 783 443	14 504 270
		<b>86 182 659</b>	<b>86 669 171</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>589 807 430</b>	<b>629 186 204</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital subscrito	18	3 931 000 000	3 850 091 940
Reservas legais	19	24 703	24 703
Outras reservas	20	1 306 650	1 306 650
Resultados transitados	21	(6 189 186 647)	(6 078 119 710)
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	22	91 490 008	91 490 008
Resultado líquido do período		(1 06 249 189)	(1 111 066 936)
<b>Total do capital próprio</b>		<b>(2 271 61 4 475)</b>	<b>(2 246 273 345)</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	23	14 286 998	13 959 460
Financiamentos obtidos	24	1 304 258 630	2 206 237 291
Outras dívidas a pagar	25	-	8 006 555
		<b>1 318 545 628</b>	<b>2 228 203 306</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	26	12 988 150	13 376 668
Adiantamentos de clientes	27	374 000	374 000
Estado e outros entes públicos	14	3 841 187	3 643 320
Financiamentos obtidos	24	1 283 218 910	409 682 868
Outras dívidas a pagar	25	1 35 969 058	1 05 823 010
Diferimentos	16	1 06 484 972	114 356 377
		<b>1 542 876 277</b>	<b>647 256 243</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>2 861 421 905</b>	<b>2 875 459 549</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>589 807 430</b>	<b>629 186 204</b>

Para ser lido em conjunto com as notas anexas às demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado - Dr.<sup>a</sup> Ana Coelho

Presidente - Dr. Carlos Gomes Nogueira

Vogal - Dr.<sup>a</sup> Ana Maria dos Santos Malhó

Vogal - Eng. Sérgio Abrantes Machado



## RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS DO GRUPO CP 2018

Demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral  
Período findo em 31 de dezembro de 2018

(valores em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		31-12-2018	31-12-2017
Vendas e serviços prestados	28	298 053 160	286 659 853
Subsídios à exploração	29	7 571	22 762
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	30	1 302 650	1 202 043
Variação nos inventários da produção	31	( 56 931 )	( 32 745 )
Trabalhos para a própria entidade	32	9 014 150	12 520 674
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	33	( 24 734 713 )	( 26 381 446 )
Fornecimentos e serviços externos	34	( 145 143 187 )	( 139 058 818 )
Gastos com o pessoal	35	( 133 674 810 )	( 126 946 302 )
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	12	( 651 860 )	( 1 188 335 )
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13/15	336 636	( 1 460 963 )
Provisões (aumentos/reduções)	23	( 1 101 420 )	1 40 990
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	36	1 609 616	171 63
Outros rendimentos	37	23 600 574	22 396 933
Outros gastos	38	( 11 434 587 )	( 4 167 564 )
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>17 126 849</b>	<b>23 724 245</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	39	( 54 653 747 )	( 57 924 291 )
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	40	721 647	573 769
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>( 36 805 251 )</b>	<b>( 33 626 277 )</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	41	39 341	7 612
Juros e gastos similares suportados	42	( 68 332 038 )	( 76 650 283 )
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>( 1 05 097 948 )</b>	<b>( 110 268 948 )</b>
Imposto sobre o rendimento do período	11	( 1 151 241 )	( 797 988 )
<b>Resultado líquido e integral do período</b>		<b>( 1 06 249 189 )</b>	<b>( 111 066 936 )</b>

Para ser lido em conjunto com as notas anexas às demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado - Dr.<sup>a</sup> Ana Coelho

Presidente - Dr. Carlos Gomes Nogueira

Vogal - Dr.<sup>a</sup> Ana Maria dos Santos Malhó

Vogal - Eng. Sérgio Abrantes Machado

(valores em euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe							Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital Subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período		
Posição no início do período de 2017	1	3 333 713 276	24 703	1 306 650	(5 933 918 492)	-	91 490 003	(1 43 999 549)	(2 651 383 404)	(2 651 383 404)
Alterações no período		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de excedentes de revalorização		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedentes de revalorização		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	22	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do período	3	-	-	-	-	-	-	(111 066 936)	(111 066 936)	(111 066 936)
Resultado integral	4 = 2 + 3	-	-	-	-	-	-	(111 066 936)	(111 066 936)	(111 066 936)
<b>Operações com detentores de capital no período</b>										
Realizações de capital		516 378 664	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações	5	516 378 664	-	-	(1 44 201 218)	-	-	1 43 999 549	1 43 999 549	1 43 999 549
		-	-	-	(1 44 201 218)	-	-	1 43 999 549	51 617 695	51 617 695
<b>Posição no fim do período de 2017 = 1 + 2 + 3 + 5</b>		<b>3 850 091 940</b>	<b>24 703</b>	<b>1 306 650</b>	<b>(6 078 119 710)</b>	<b>-</b>	<b>91 490 003</b>	<b>(111 066 936)</b>	<b>(2 246 273 345)</b>	<b>(2 246 273 345)</b>

Para ser lida em conjunto com as notas anexas às demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado - Dr. Ana Coelho

Presidente - Dr. Carlos Gomes Nogueira

Vogal - Dr.ª Ana Maria dos Santos Melhó

Vogal - Eng. Sérgio Abrantes Machado

(valores em euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital Subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período						
Posição no início do período de 2018	1	3 850 091 940	24 705	1 306 650	(6 078 119 710)	-	91 490 008	(111 066 936)	(2 246 273 345)	-	(2 246 273 345)	-	(2 246 273 345)	
Alterações no período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Alterações de políticas contabilísticas	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Realização de excedentes de revalorização		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Excedentes de revalorização		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Resultado líquido do período	3	-	-	-	-	-	-	(1 06 249 189)	(1 06 249 189)	-	(1 06 249 189)	-	(1 06 249 189)	
Resultado integral	4 = 2 + 3	-	-	-	-	-	-	(1 06 249 189)	(1 06 249 189)	-	(1 06 249 189)	-	(1 06 249 189)	
<b>Operações com detentores de capital no período</b>														
Realizações de capital		80 908 060	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outras operações		-	-	-	(111 066 937)	-	-	111 066 936	111 066 936	-	111 066 936	-	111 951 646	
	5	80 908 060	-	-	(111 066 937)	-	-	111 066 936	80 908 059	-	80 908 059	-	80 908 059	
<b>Posição no fim do período de 2018 = 1+2+3+5</b>		<b>3 931 000 000</b>	<b>24 705</b>	<b>1 306 650</b>	<b>(6 189 186 647)</b>	<b>-</b>	<b>91 490 008</b>	<b>(1 06 249 189)</b>	<b>(2 271 614 475)</b>	<b>-</b>	<b>(2 271 614 475)</b>	<b>-</b>	<b>(2 271 614 475)</b>	

Para ser lido em conjunto com as notas anexas às demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado - D<sup>a</sup> Ana Coelho

Presidente - Dr. Carlos Gomes Nogueira

Vogal - D<sup>a</sup> Ana Maria dos Santos Malhó

Vogal - Eng. Sérgio Abrantes Machado

## RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS DO GRUPO CP 2018

Demonstração consolidada de fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2018

Período findo em 31 de dezembro de 2018

(valores em euros)

RUBRICAS	31-12-2018	31-12-2017
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</b>		
Recebimentos de clientes	332 808 167	317 737 826
Pagamentos a fornecedores	(215 317 975)	(211 712 477)
Pagamentos ao pessoal	(138 880 651)	(130 884 096)
Caixa gerada pelas operações	(21 390 459)	(24 858 747)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(704 996)	(348 179)
Outros recebimentos/pagamentos	14 320 590	(4 127 781)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	(7 774 865)	(29 334 707)
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Ativos fixos tangíveis	(5 701 516)	(4 970 240)
Ativos intangíveis	(48 011)	(308 176)
Investimentos financeiros	-	-
Outros ativos	(154 000 000)	(179 516 477)
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Ativos fixos tangíveis	5 128 349	1 859 758
Ativos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	119 573	-
Outros ativos	154 000 000	179 514 154
Subsídios ao investimento	1 800 000	1 535 625
Juros e rendimentos similares	11	136
Dividendos	454 342	460 418
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	1 752 748	(1 424 802)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Financiamentos obtidos	-	6 000 000
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	80 908 060	98 086 724
Cobertura de prejuízos	-	-
Doações	-	-
Outras operações de financiamento	-	-
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Financiamentos obtidos	(28 942 209)	(36 930 188)
Juros e gastos similares	(38 686 594)	(38 808 003)
Dividendos	-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Outras operações de financiamento	-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	13 279 257	28 348 533
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	7 257 140	(2 410 976)
Efeito das diferenças de câmbio	201	(66)
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>14 277 611</b>	<b>16 688 653</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>21 534 952</b>	<b>14 277 611</b>

Para ser lido em conjunto com as notas anexas às demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado - Dr.<sup>a</sup> Ana Coelho

Presidente - Dr. Carlos Gomes Nogueira

Vogal - Dr.<sup>a</sup> Ana Maria dos Santos Malhó

Vogal - Eng. Sérgio Abrantes Machado



---

# NOTAS ANEXAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

# IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E NOTAS DE OPERACIONALIDADE (NOTA 1)

## IDENTIFICAÇÃO

A CP – Comboios de Portugal, E.P.E., é uma entidade pública empresarial, pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com sede social na Calçada do Duque, n.º 20, 1249-109 Lisboa, cujo atual regime jurídico e estatutos foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho.

O objeto principal da atividade da CP é a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros em linhas férreas, troços de linha e ramais que integram ou venham a integrar a rede ferroviária nacional, bem como o transporte internacional de passageiros.

O transporte de mercadorias foi objeto de cisão, em 2009, tendo passado a ser realizado pela CP Carga – Logística e Transporte Ferroviário de Mercadorias, S.A., com capital social detido integralmente pela CP até 2015, e alienado em 2016, à Mediterranean Shipping Company Rail (Portugal) – Operadores Ferroviários, S.A..

Através das suas subsidiárias e associadas, o Grupo CP desenvolveu, em 2018, as seguintes atividades:

- / Fabrico e reabilitação, grande reparação e manutenção de equipamentos, veículos ferroviários, navios e autocarros, bem como o estudo de instalações oficiais para manutenção (EMEF, S.A.);
- / Mediação de seguros (Saros, Lda.);
- / Sinergia e otimização das atividades no que respeita à manutenção de locomotivas “LE 5600” e “LE 4700” (SIMEF, A.C.E.);
- / Formação e desenvolvimento técnico profissional, elaboração de estudos e projetos no âmbito da criação, organização e gestão de empresas, prestação de serviços no âmbito da psicologia aplicada e da avaliação médica e psicológica, ensino de natureza superior e a investigação científica no contexto dos transportes, comunicações ou em áreas tecnológicas que se situem na envolvente tecnológica destas (Fernave, S.A.);
- / Prestação de cuidados de saúde; ensino, formação e desenvolvimento técnico/profissional nas áreas das condições de trabalho, saúde e ambiente; prestação de serviços no âmbito do recrutamento, seleção e avaliação de pessoas;



assistência técnica, consultoria e auditoria, designadamente, em matérias de saúde, higiene e segurança no trabalho, ambiente e gestão ambiental; execução de ações de controlo de droga e álcool, assegurando o encaminhamento para tratamento destas dependências (Ecosaúde, S.A.);

/ Implantação e gestão de um sistema de bilhética comum e exclusivo das Agrupadas (CP, STCP e Metro do Porto) na área do grande Porto, bem como a definição da estrutura de tarifário intermodal comum e exclusiva, para os meios de transporte público de passageiros explorados direta ou indiretamente pelas entidades Agrupadas (TIP, A.C.E.);

/ Garantir o desenvolvimento do projeto de telebilhética em associação com outros parceiros internacionais, de acordo com os compromissos assumidos pelas empresas que integram o agrupamento, no âmbito da proposta global do referido projeto (OTLIS, A.C.E).

De referir ainda a participação de 35% da EMEF S.A na NOMAD TECH, Lda. e a participação de 19,1% da Fernave na TRANSCOM – Sociedade de Formação, Consultoria e Auditoria em Transportes e Comunicações, S.A.R.L. (Moçambicana).

A CP como entidade pública empresarial está sujeita às orientações de gestão definidas pelo Governo, à Tutela setorial e financeira, dos Ministérios da Economia e das Finanças, bem como ao controlo financeiro do Tribunal de Contas e da Inspeção Geral de Finanças.

Para além deste controlo, está previsto nos estatutos da empresa uma estrutura dualista de fiscalização composta por Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas.

A CP é a empresa mãe de um grupo de empresas subsidiárias e associadas, atuando em diferentes segmentos de atividade, cuja caracterização se apresenta, de forma mais detalhada, na nota 3 e estas são as suas demonstrações financeiras consolidadas.

# REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (NOTA 2)

## REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CP foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos das empresas incluídas no perímetro de consolidação, de acordo com as normas internacionais de relato financeiro, conforme adotadas pela União Europeia (EU) emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2018.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) emitidas pelo *International Accounting Standards Committee* (IASC) e respetivas interpretações (IFRIC e SIC), emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC) e *Standing Interpretation Committee* (SIC). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por IFRS.

Estas demonstrações financeiras, expressas em euros, foram apreciadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 10 de abril de 2019, que deliberou submetê-las à aprovação da Tutela.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas para o período findo a 31 de dezembro de 2018 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2017.

## DERROGAÇÕES ÀS IFRS

Não foram feitas derrogações às disposições das IFRS.

## VALORES COMPARATIVOS

Não foram efetuadas alterações de políticas contabilísticas ou detetados erros que afetem de forma material a comparação de valores entre os exercícios.

## PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS (NOTA 3)

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo e foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados.

### BASES DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros detidos para negociação, exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Ativos não correntes detidos para venda e os grupos de ativos detidos para venda são registados ao menor entre o seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respetivos custos de venda.

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as IFRS, requer a formulação de julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados nos pontos de Juízos de Valor, Principais Pressupostos Relativos ao Futuro, e Principais Fontes de Incerteza das Estimativas, constantes desta nota.

# CONSOLIDAÇÃO

## INTRODUÇÃO

Nos termos da legislação em vigor, as entidades cujos valores mobiliários estejam admitidos à negociação num mercado regulamentado devem elaborar as suas contas consolidadas de acordo com as normas internacionais de relato financeiro.

É neste contexto que a CP apresenta as suas demonstrações financeiras consolidadas que expressam a posição financeira e os resultados das operações do Grupo como se de uma única entidade se tratasse, e pretendem evidenciar os resultados das operações que as empresas do Grupo realizaram com terceiros.

## O GRUPO E A EMPRESA

### Considerações Gerais

Ao longo do ano 2018 a CP manteve como objetivo o desenvolvimento de uma estratégia de Grupo sustentável, estruturando as participações sociais existentes e desenvolvendo uma cultura de eficiência e valor acrescentado focada no respetivo *core business*.

A CP tem autonomizado em empresas, segmentos de atividade como a manutenção de equipamentos ferroviários e a formação técnica, procurando criar sinergias positivas à sua atividade.

Em todas as empresas subsidiárias, a CP detém a maioria do capital. Detém também algumas participações minoritárias numa lógica de cooperação com outros Operadores.

### A CP

A CP - Comboios de Portugal E.P.E. é, desde de julho de 2009, uma entidade pública empresarial, detida a 100% pelo Estado Português. É responsável pela prestação de serviços de transporte ferroviário nacional e internacional de passageiros.

Opera em todo o território nacional oferecendo serviços essenciais para o desenvolvimento do País e para a sua coesão social e territorial.

## EMPRESAS PARTICIPADAS

As participações financeiras da CP em 31 de dezembro de 2018 caracterizam-se como segue:

### Subsidiárias

#### **EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.**

Participação CP - 100%

Capital Subscrito - 8.100.000 euros

A EMEF, SA foi constituída em 1992 e tem por objeto o fabrico bem como a reabilitação, grande reparação e manutenção de equipamentos, veículos ferroviários, navios e autocarros; engenharia de reabilitação, reparação e manutenção de veículos de transporte; estudo de instalações oficiais para manutenção. Esta empresa reveste-se, assim, da maior importância para o mercado nacional.

#### **SAROS – Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.**

Participação CP - 100%

Capital Subscrito - 5.000 euros

A sociedade tem por objeto a atividade de mediação de seguros.

#### **FERNAVE – Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A.**

Participação CP - 100%

Capital Subscrito - 50.000 euros

Constituída em 1992, tem por objeto:

- / A formação e desenvolvimento técnico-profissional do pessoal da empresa acionista, bem como do pessoal de outras empresas dos setores de transportes, comunicações, portuário e das que se situem na sua envolvente tecnológica;
- / A elaboração de estudos e projetos no âmbito da criação, organização e gestão de empresas de transportes, comunicações, portuárias e das que se situem na envolvente tecnológica destas;
- / A prestação de serviços no âmbito da psicologia aplicada e da avaliação médica e psicológica às empresas de transportes, comunicações, portuárias e às que se situem na envolvente tecnológica destas;
- / O ensino de natureza superior e a investigação científica no contexto dos transportes, comunicações ou em áreas tecnológicas que se situem na envolvente tecnológica destas, diretamente ou por instituições participadas ou associadas.

## **ECOSAÚDE - Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.**

Participação CP - 100%  
Capital Subscrito - 50.000 euros

Sociedade constituída em 1995 que tem como objeto social a prestação de cuidados de saúde, a criação e gestão de unidades de cuidados de saúde e condições de trabalho; o ensino, a formação e o desenvolvimento técnico/profissional de nível superior e médio, designadamente nas áreas das condições de trabalho, saúde e ambiente; a prestação de serviços no âmbito do recrutamento, seleção e avaliação de pessoal; a assistência técnica, consultoria e auditoria, designadamente, em matérias de saúde, higiene e segurança no trabalho, ambiente e gestão ambiental; elaboração de estudos e diagnósticos, tendo alargado a sua atividade a estratégias de prevenção e controlo nos âmbitos da toxicodependência, alcoolismo e tabagismo, execução de ações de controlo de droga e álcool, e ainda o encaminhamento e tratamento de adictos de álcool e droga.

## **Entidades conjuntamente controladas**

### **SIMEF, A.C.E.**

Participação EMEF - 51%  
Capital - não tem

Agrupamento complementar de empresas constituído em 2009, tem por objeto social a sinergia e otimização das atividades das entidades agrupadas no que respeita à manutenção de locomotivas “LE 5600” e “LE 4700” ao abrigo do contrato entre o Agrupamento e a CP - Comboios de Portugal, E.P.E.

### **TIP, A.C.E - Transportes Intermodais do Porto**

Participação CP - 33,33%  
Capital Subscrito - 30.000 euros

É um agrupamento complementar de empresas constituído em 2002 que tem por objeto a implantação e gestão de um sistema de bilhética comum e exclusivo das agrupadas (CP, STCP e Metro do Porto) na área do grande Porto, bem como a definição da estrutura de tarifário intermodal comum e exclusiva, para os meios de



transporte público de passageiros explorado direta ou indiretamente pelas entidades agrupadas.

### **OTLIS, A.C.E. – Operadores de Transportes da Região de Lisboa**

Participação CP - 14,29%

Capital Subscrito – 392.832,02 euros

É um agrupamento complementar de empresas constituído em 1996, com o objetivo de garantir o desenvolvimento do projeto de telebilhética em associação com outros parceiros internacionais de acordo com os compromissos assumidos pelas empresas que integram o agrupamento no âmbito da proposta global do referido projeto.

### **Associadas**

#### **TRANSCOM – Sociedade de Formação, Consultoria e Auditoria em Transportes e Comunicações, S.A.R.L. (Moçambicana)**

Participação via Fernave – 19,1%

Capital Social – 74.025.000 meticais

A sociedade foi constituída em 1998 e tem por objeto o ensino superior universitário e a investigação científica, particularmente no âmbito tecnológico, da gestão, da logística, da distribuição, dos transportes, das comunicações e da informática; a educação e formação técnica de futuros e atuais quadros médios particularmente nos âmbitos tecnológicos, da gestão, da logística, da distribuição, dos transportes, das comunicações e da informática; a formação e o desenvolvimento técnico-profissional de pessoal inserido, especialmente, em organizações de transportes, comunicações e informática; a consultoria e auditoria em empresas e outras organizações, especialmente ligadas aos transportes, comunicações e informática.

#### **NOMAD TECH, Lda.**

Participação via EMEF -35%

Capital Subscrito – 160.000 euros

A sociedade foi constituída em 2013 desenvolvendo a sua atividade no âmbito da engenharia, inovação e tecnologia aplicada ao setor dos transportes, fabrico, reparação e manutenção de componentes eletrónicos e desenvolvimento de soluções informáticas.

## Outras participações

A CP detém ainda um conjunto de pequenas participações em empresas com atividades relacionadas com as desenvolvidas pelas empresas do Grupo.

Estas participações encontram-se reconhecidas ao custo menos perdas de imparidade, dado o valor destas participações não ser publicamente negociado e não ser possível obter de forma fiável o seu justo valor.

### **Medway – Operador Ferroviário e Logístico de Mercadorias, S.A. (ex-CP Carga)**

Participação CP - 5%

Capital Subscrito -121.312.810 euros

Tem por objeto social o transporte ferroviário de mercadorias, atividades logísticas e operações conexas.

A sociedade foi constituída por cisão simples, dando cumprimento ao compromisso de liberalização para o setor assumido por Portugal junto da União Europeia.

O capital social foi detido integralmente pela CP até 2015, e alienado em 2016, à Mediterranean Shipping Company Rail (Portugal) – Operadores Ferroviários, S.A.. Em 31 dezembro de 2018 a CP ainda detém uma participação de 5%, que é temporária, e aguarda a conclusão de alguns procedimentos previstos no acordo de venda de referência.

### **Metro do Porto, S.A.**

Participação CP - 3,33%

Capital Social - 7.500.000 euros

Constituída em 1993, tem por objeto a exploração, em regime de concessão atribuída pelo Estado, de um sistema de metro ligeiro na área metropolitana do Porto.

### **Metropolitano Ligeiro de Mirandela, S.A.**

Participação CP - 10%

Capital Social - 125.000 euros

Sociedade constituída em 1995, tem por objeto a exploração em regime de exclusivo, do transporte de metropolitano de superfície no Município de Mirandela, no troço Carvalhais-Cachão.

**Metro Mondego, S.A.**

Participação CP - 2,5%  
Capital Social - 1.075.000 euros

Esta sociedade, constituída em 2002, tem por objeto principal a exploração, em regime de exclusivo, de uma rede de metropolitano ligeiro de superfície da área dos Municípios de Coimbra, Lousã e Miranda do Corvo.

**APOR – Agência para a Modernização do Porto, S.A.**

Participação CP - 0,47%  
Capital Social - 1.064.825 euros

Foi constituída em 1997 e tem por objeto a modernização de base económica do Porto incluindo a qualificação urbana através do desenvolvimento de ações destinadas a contribuir para a introdução de fatores de correção do tecido social, económico e cultural da cidade.

A participação da CP nesta sociedade foi liquidada em 2018.

**ICF - Intercontainer - Interfrigo, S.A. (Bélgica)**

Participação CP - 2,09%  
Capital Social - 18.300.000 euros

A sociedade tem por objeto a organização e o desenvolvimento de transportes combinados e de transportes frigoríficos a temperatura adequada, compreendendo todas as operações destinadas à obtenção e manutenção da temperatura conveniente às várias mercadorias, bem como à disponibilidade de serviços auxiliares relativos a estes transportes.

**EUROFIMA - Société Européenne pour le Financement de Matériel Ferroviaire (Suíça)**

Participação CP - 2%  
Capital Social - 2.600.000.000 CHF

Tem como objeto social o financiamento necessário aos investimentos na renovação e modernização do material circulante, com vista a garantir uma integração progressiva dos caminhos de ferro no plano europeu, desempenhando um papel muito competitivo na concessão de fundos aos acionistas.

### **BCC – Bureau Central de Clearing (Bélgica)**

Participação CP - 1,54%

Capital Social - 110.250 euros

A sociedade tem objeto prestar serviços aos associados na área financeira bem como todas as operações comerciais necessárias a esse fim e em particular de reduzir o número e o montante dos pagamentos entre as suas associadas através da centralização e compensação dos seus débitos e créditos recíprocos.

## **MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO**

A obrigatoriedade de elaboração de contas consolidadas ocorre para a empresa mãe que detenha o controlo sobre uma ou mais subsidiárias. De acordo com o previsto nas IFRS, foram incluídas na consolidação e utilizado o método de consolidação integral em todas as empresas do Grupo sobre as quais a empresa exerce controlo.

Assim, tendo por base o definido na IFRS 10, as demonstrações financeiras foram elaboradas agrupando, numa base de linha a linha, elementos idênticos de ativos, de passivos, de capitais próprios, de rendimentos e de gastos.

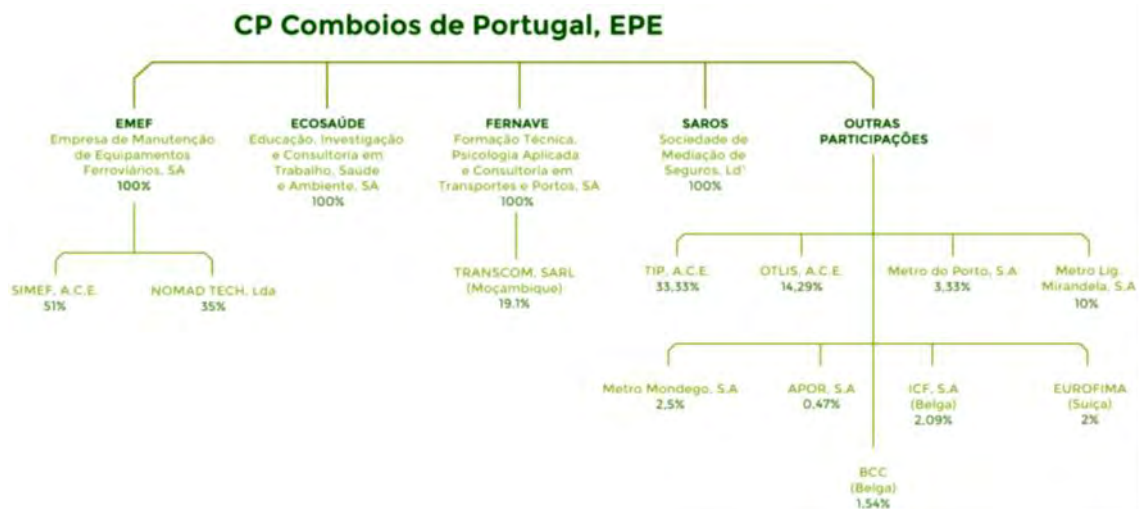
Os procedimentos de consolidação envolveram ainda a eliminação do investimento da empresa mãe em cada subsidiária por contrapartida do capital próprio e a eliminação dos saldos, transações, rendimentos e ganhos e gastos e perdas intragrupo.

No que respeita aos empreendimentos conjuntos, passou a ser aplicado o método de equivalência patrimonial, em substituição da consolidação proporcional, a partir de janeiro de 2013, de acordo com o previsto na IFRS 11.

Seguindo o previsto na norma no que respeita à aplicação do método de equivalência patrimonial, o investimento foi inicialmente reconhecido pelo custo e a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a parte do investidor nos resultados da investida depois da data da constituição/aquisição do empreendimento conjunto. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada do investimento, podendo igualmente ser efetuados ajustamentos na

quantia escriturada para alterações no interesse proporcional do investidor no empreendimento conjunto resultantes de alterações no capital próprio que não tenham sido reconhecidas nos resultados do empreendimento conjunto.

## PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO



O capital social da CP Carga- Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A, foi alienado em 2016 à Mediterranean Shipping Company Rail (Portugal)- Operadores Ferroviários, S.A. Em 31 dezembro de 2018 a CP detêm ainda uma participação residual de 5%, meramente temporária (e ajustada com imparidade), visto aguardar a conclusão de alguns procedimentos previstos no acordo para a alienação corresponder à totalidade da participação. Por este motivo não está representada no respetivo organograma do perímetro de consolidação.

## EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO PELO MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO INTEGRAL

As empresas incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, suas sedes e proporção do capital detido, direta e indiretamente pelo Grupo, em 31 de dezembro de 2018, são as seguintes:

Empresa	Sede Social	Detentores de Capital	% do capital detido
EMEF, S.A	Entroncamento	CP, E.P.E.	100%
SAROS, LDA	Lisboa	CP, E.P.E.	100%
FERNAVE, S.A	Lisboa	CP, E.P.E.	100%
ECOSAÚDE, S.A	Lisboa	CP, E.P.E.	100%

## EMPRESAS ASSOCIADAS CONTABILIZADAS PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

As empresas incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial, suas sedes e proporção do capital detido, em 31 de dezembro de 2018, são as seguintes:

Empresa	Sede Social	Detentores de Capital	% do capital
TIP, ACE	Porto	CP, E.P.E.	33%
SIMEF, ACE	Entroncamento	EMEF, S.A	51 %
OTLIS, ACE	Lisboa	CP, E.P.E.	14%
NOMAD TECH, LDA	Porto	EMEF, S.A	35%

## OUTRAS PARTICIPAÇÕES

Os investimentos financeiros em que não seja possível identificar com fiabilidade os seus justos valores são mensurados pelo seu custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

## POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

### ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

#### Reconhecimento e valorização

Os ativos fixos tangíveis relacionados com o segmento de transporte de passageiros são detidos pela empresa mãe e encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Na data da transição para as IFRS a CP decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo mensurado de acordo com as IFRS.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a entidade. Todas as despesas com a manutenção e reparação corrente que não aumentem a vida útil do bem ou que não correspondam a substituições a intervalos regulares



(grandes intervenções realizadas com intervalos que variam entre os 2 e os 15 anos) de itens do ativo são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os ativos fixos tangíveis da CP incluem ativos propriedade do Estado (ativos constantes do despacho conjunto nº 261/99 de 24 de março) e que se encontram alocados à exploração operacional da empresa. Estes ativos são registados nas demonstrações financeiras de forma a permitir uma apreciação da *performance* económica da empresa.

Esta política foi também adotada no reconhecimento e mensuração dos ativos fixos tangíveis utilizados pelas restantes subsidiárias no desenvolvimento da respetiva atividade, nomeadamente no fabrico e manutenção de equipamentos e veículos ferroviários, na formação técnica e psicologia aplicada e na prestação de serviços de medicina e de higiene e segurança no trabalho.

O custo de todos os ativos fixos tangíveis inclui o preço de compra, os direitos de importação, os impostos não reembolsáveis e os custos necessários para colocar o ativo na localização e condição de funcionamento, nomeadamente as despesas de transporte e montagem e exclui os descontos comerciais e abatimentos.

Os gastos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. Todas as despesas com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil do bem são reconhecidos como gastos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

## DESPEAS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO

### Material circulante afeto ao transporte de passageiros:

- / As despesas com a manutenção corrente incorridas durante a vida útil do material circulante são reconhecidas como gastos operacionais;
- / As despesas incorridas em grandes reparações plurianuais imprescindíveis para que o bem continue a operar são reconhecidas em ativos fixos tangíveis como componentes específicas do material circulante e depreciadas pela sua vida útil estimada, separadamente da componente principal. Quando cada grande reparação é efetuada, o seu custo é reconhecido na quantia escriturada do item do ativo fixo tangível como substituição, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Qualquer quantia escriturada remanescente do custo da grande reparação anterior é desreconhecida; e

/ As despesas incorridas no final da vida útil da componente principal, que incluem a transformação e modernização desta, são reconhecidas em ativos fixos tangíveis e depreciados pela extensão da vida útil esperada.

### Edifícios e instalações fixas:

/ As despesas de manutenção corrente e de reparação (contratos de manutenção, inspeções técnicas, etc.) são reconhecidos como gastos operacionais;

/ As despesas incorridas com planos de manutenção plurianual programados são reconhecidas em ativos fixos tangíveis, através da substituição parcial ou total da componente substituída; e

/ Os custos de manutenção e reparação são registados nos resultados do período em que são incorridos, em conformidade com o princípio da especialização dos exercícios.

### DEPRECIAÇÃO

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos fixos tangíveis é calculada pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens.

Descritivo do bem	Anos
Edifícios e outras construções -Estado	3 a 50
Edifícios e outras construções -CP	3 a 50
<i>Material circulante:</i>	
<i>Locomotoras a diesel e elétricas:</i>	
- Componente Principal	17 a 35
- Componente Secundária	5 a 15
<i>Automotoras a diesel e elétricas:</i>	
- Componente Principal	14 a 30
- Componente Secundária	2 a 15
<i>Carruagens de passageiros:</i>	
- Componente Principal	15 a 30
- Componente Secundária	2 a 12
Equipamento de transporte	4 a 12
Equipamento administrativo e utensílios	3 a 18
Outros ativos fixos tangíveis	5 a 20

Os ativos fixos tangíveis que são propriedade do Estado (ativos constantes do despacho conjunto nº 261/99, de 24 de março) encontram-se a ser depreciados, desde 1999, à taxa de 2%, conforme o decreto regulamentar 25/2009, de 14 de setembro.

Na determinação das quantias depreciáveis não foram considerados valores residuais.

## **SUBSÍDIOS GOVERNAMENTAIS**

Os subsídios governamentais relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são reconhecidos inicialmente como rendimento diferido, quando existe segurança que o subsídio será recebido e que serão cumpridas as condições associadas à sua atribuição. Posteriormente são reconhecidos na demonstração dos resultados, numa base sistemática, de acordo com a vida útil do ativo.

Os subsídios que compensam gastos e perdas incorridos são reconhecidos como rendimento na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas.

## **CAPITALIZAÇÃO DE CUSTOS COM EMPRÉSTIMOS E OUTROS CUSTOS DIRETAMENTE ATRIBUÍVEIS**

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas.

## **IMPARIDADE DE MATERIAL CIRCULANTE AFETO AO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS**

Atendendo à natureza do material circulante afeto ao transporte de passageiros e, em particular, a ausência de interoperabilidade com a rede europeia, torna-se inviável o apuramento de um valor de mercado apropriado para estes ativos, pela

ausência de um mercado ativo onde os mesmos sejam transacionados. Assim, este valor apenas é determinado quando existem propostas de compra para material específico.

No que respeita à determinação do valor de uso, este deve refletir os fluxos de caixa esperados, atualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. Considera-se que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, deve ter-se em conta as características do serviço público prestado bem como as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.

Na ausência de contratualização da prestação de serviço público, entende-se que não é possível a determinação do valor de uso conforme definido na IAS 36, dado que não se encontram definidas regras específicas para empresas prestadoras de serviço público.

Não obstante, quando se verificam situações específicas que evidenciam que um ativo possa estar em imparidade, nomeadamente quando o material circulante deixou de prestar serviço, é determinado o valor recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas em resultados.

## **RECONHECIMENTO DE IMPARIDADE NOS RESTANTES ATIVOS DO GRUPO**

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, de acordo com o definido na IAS 36, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido contabilístico de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

## **LOCAÇÕES**

As empresas do Grupo classificam as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e vantagens inerentes à posse de um ativo são substancialmente transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

## Locações operacionais

Os pagamentos de uma locação operacional são reconhecidos como um gasto numa base linear durante o prazo de locação.

## Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo menor entre o justo valor da propriedade locada ou o valor atual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e pela redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são reconhecidos como gastos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Os ativos adquiridos em locação financeira são depreciados de acordo com a política estabelecida para os ativos fixos tangíveis.

## ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis das empresas do Grupo encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

As empresas do Grupo procedem a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes pelo período de 3 anos.

## INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS E CONTABILIDADE DE COBERTURA

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (“*trade date*”) pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os

ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente nos resultados do período, exceto no que se refere aos derivados de cobertura de fluxos de caixa. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura, nos resultados do período, depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, sendo na sua ausência determinado por entidade externa (IMF – Informação de Mercados Financeiros, SA) tendo por base técnicas de valorização utilizadas no mercado.

## OUTROS ATIVOS/PASSIVOS FINANCEIROS

As empresas do Grupo CP apenas reconhecem um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio quando se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo CP classifica os seus investimentos, na data da sua negociação (“*trade date*”) de acordo com o objetivo que despoletou a sua aquisição, nas seguintes categorias: ativos financeiros ao justo valor através de resultados (detidos para negociação e opção justo valor); empréstimos e contas a receber; ativos detidos até à maturidade; e ativos financeiros disponíveis para venda, em conformidade com o preconizado pela IAS 39 – Instrumentos financeiros.

## ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta categoria inclui:

- (i) os ativos financeiros de negociação, que são adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo, e
- (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Nesta categoria integram-se os derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura. As alterações ao seu justo valor são reconhecidas diretamente em resultados do exercício.



## ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Estes investimentos são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades definidas, para os quais existe a intenção e capacidade de deter até à maturidade.

Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva e são deduzidos de perdas de imparidade. As perdas por imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas, associadas aos créditos de cobrança duvidosa na data das demonstrações financeiras.

As perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro. Estes ativos são apresentados na demonstração da posição financeira, líquidos da imparidade reconhecida.

## EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER

Correspondem a ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determinados, para os quais não existe um mercado de cotações ativo. São originados pelo decurso normal das atividades operacionais, no fornecimento de mercadorias ou serviços, e sobre os quais não existe a intenção de negociar.

Os empréstimos e contas a receber são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizados ao custo amortizado, com base no método de taxa de juro efetiva.

São registadas perdas por imparidade quando existem indicadores de que a empresa do Grupo CP não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como:

- (i) Análise de incumprimento;
- (ii) Incumprimento há mais de 6 meses;
- (iii) Dificuldades financeiras do devedor;
- (iv) Probabilidade de falência do devedor.

As perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro.

Estes ativos são apresentados na demonstração da posição financeira, líquidos da imparidade reconhecida.

## ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que o Grupo CP tem intenção de manter por tempo indeterminado, são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, as respetivas variações de justo valor, reconhecidas diretamente nos capitais próprios na rubrica reservas de justo valor, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. Caso não exista um valor de mercado, os ativos são mantidos ao custo de aquisição, sendo, contudo, efetuados testes de imparidade.

Os juros corridos de instrumentos de rendimento fixo, quando classificados como ativos disponíveis para venda e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

## MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE DOS ATIVOS/PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos/passivos financeiros são mensurados ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade ou ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados, de acordo com o preconizado na IAS 39.

Após o reconhecimento inicial, o Grupo CP mensura os ativos financeiros, incluindo os derivados que sejam ativos, pelos seus justos valores sem qualquer dedução para os custos de transação em que possa incorrer na venda ou outra alienação, exceto quanto aos seguintes ativos financeiros:

- a) Empréstimos concedidos e contas a receber, os quais são mensurados pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo;
- b) Investimentos detidos até à maturidade, os quais são mensurados pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo; e

- c) Investimentos em instrumentos de capital próprio que não tenham um preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados resultem na entrega de tais instrumentos, os quais são mensurados pelo custo menos perdas de imparidade.

Os ativos financeiros que sejam designados como itens cobertos estão sujeitos a mensuração segundo os requisitos da contabilidade de cobertura contidos na IAS 39.

Todos os ativos financeiros, exceto aqueles mensurados pelo justo valor por via dos resultados, estão sujeitos a revisão quanto à imparidade, de acordo com a IAS 39.

Após o reconhecimento inicial, o Grupo CP mensura todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo, exceto passivos financeiros pelo justo valor por via dos resultados. Tais passivos, incluindo derivados que sejam elementos do passivo, são mensurados pelo justo valor, exceto no caso de um passivo derivado que esteja ligado a e deva ser liquidado pela entrega de um instrumento de capital próprio não cotado, cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado, o qual deverá mensurado pelo custo.

Os passivos financeiros designados como itens cobertos estão sujeitos aos requisitos da contabilidade de cobertura contidos na IAS 39.

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, o preço de mercado é aplicado. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7.

No caso de não existir um mercado ativo, o que é o caso para alguns ativos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado. Este constitui o nível 2 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7, e utilizado pelo Grupo CP.

Neste nível 2 da hierarquia do justo valor, o Grupo CP inclui instrumentos financeiros não cotados, tais como, derivados. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções que incorporam, por exemplo, as curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado.

Para alguns tipos de derivados mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são

diretamente observáveis em mercado. Este constitui o nível 3 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7.

## IMPARIDADE

De acordo com a IAS 36 – Imparidade de ativos, sempre que o valor contabilístico de um ativo excede a sua quantia recuperável, o seu valor é reduzido ao montante recuperável sendo a perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

À data de cada período de relato financeiro, é avaliada a imparidade dos ativos, e caso exista evidência objetiva de imparidade, é reconhecida uma perda por imparidade nas demonstrações de resultados.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

## INVENTÁRIOS

Nas componentes de transporte ferroviário, os inventários de mercadorias e de matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registados ao custo de aquisição, adotando-se como método de custeio das saídas o custo médio ponderado. Quando necessário, é reconhecida a imparidade para inventários obsoletos, de lenta rotação e defeituosos, sendo apresentado como dedução ao ativo.

Na manutenção de material ferroviário, os inventários (matérias-primas e subsidiárias, produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) encontram-se registados ao custo de aquisição (no caso das matérias-primas e subsidiárias) ou ao custo de produção (no caso dos produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

O custo de aquisição ou de produção inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição de utilização ou venda. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda, conforme previsto pela IAS 2 - Inventários.

O valor dos inventários é reduzido para o seu valor realizável líquido, sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

No reconhecimento e mensuração dos inventários relativos a produtos e trabalhos em curso e produto acabados, o Grupo CP tem adicionalmente em consideração o definido na IAS 11 – Contratos de construção, no que respeita aos custos associados a contratos de construção.

## **MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO**

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se mensuradas ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. São considerados como custo os valores inerentes à compra, conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição de utilização ou venda.

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são ajustadas com base na rotação, obsolescência, natureza e vida útil dos bens. A quantia de qualquer ajustamento dos inventários para o valor realizável líquido é reconhecida como gasto do período em que a perda ocorra. Quando as circunstâncias que anteriormente resultavam em ajustamento ao valor dos inventários deixarem de existir, ou quando houver um aumento no valor realizável líquido devido à alteração nas circunstâncias económicas, a quantia dos ajustamentos é revertida, sendo a reversão limitada à quantia do ajustamento original.

O método adotado para o custeio das saídas é o custo médio ponderado.

## **PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO**

Os inventários de produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao mais baixo de entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias incorporadas e da subcontratação de serviços, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico) e o valor realizável líquido.

É considerado, como valor realizável líquido, o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial, subtraído dos custos estimados de acabamento e dos custos estimados necessários para efetuar a venda.

## **PRODUTOS ACABADOS**

Esta rubrica regista os produtos transferidos de produtos e trabalhos em curso, após a sua conclusão e encontram-se valorizados ao custo de produção ou ao valor realizável líquido, caso este seja mais baixo.

## CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Esta rubrica inclui a caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de elevada liquidez e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica de financiamentos obtidos.

## EMPRÉSTIMOS E DESCOBERTOS BANCÁRIOS

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data. Subsequentemente, os empréstimos são mensurados pelo método do custo amortizado. Qualquer diferença entre a componente de passivo e a quantia nominal a pagar, à data de maturidade, é reconhecida como gastos de juro utilizando o método da taxa de juro efetiva.

São classificados em passivo corrente os montantes em dívida dos contratos de financiamento que satisfaçam qualquer um dos seguintes critérios:

- / Se espere que sejam liquidados durante o ciclo operacional normal da entidade;
- / Estejam detidos essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- / Devam ser liquidados num período até doze meses após a data do balanço;
- / A entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros empréstimos são classificados como passivo não corrente.

Desta forma, é classificado em passivo não corrente o montante em dívida dos contratos de financiamento cuja exigibilidade estabelecida contratualmente é superior a um ano.

## ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E OPERAÇÕES EM DESCONTINUAÇÃO

Os ativos não correntes ou grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente), são classificados como detidos para venda quando o seu custo for recuperado principalmente através de venda, os ativos ou grupos de ativos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável, de acordo com o preconizado na IFRS 5.



As empresas do Grupo CP também classificam como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objetivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, a mensuração de todos os ativos não correntes e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda, é efetuada de acordo com as normas aplicáveis. Após a sua classificação, estes ativos ou grupos de ativos são mensurados ao menor entre a sua quantia escriturada e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

## **TRANSAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA**

### **Moeda Funcional e de Apresentação**

Os elementos incluídos nas demonstrações financeiras das empresas do Grupo CP são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (“a moeda funcional”). As Demonstrações financeiras são apresentadas em euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação da CP.

### **Transações e Saldos**

As transações em outras divisas, que não o euro, são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor na data da transação.

Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças/pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do período.

Ativos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

## RECONHECIMENTO DO RÉDITO

### Transporte de Passageiros

As receitas geradas neste segmento de atividade referem-se à prestação de serviços de transporte de passageiros, à venda de bens e outros serviços relacionados com o transporte ferroviário, deduzidos de descontos e deduções ao preço. As receitas são reconhecidas ao seu justo valor.

Os serviços prestados são normalmente concluídos dentro de cada período de relato. Os rendimentos decorrentes da atividade são reconhecidos na demonstração dos resultados, no momento em que o serviço seja prestado o qual se refere à data do início da viagem, e que seja provável que a quantia das receitas e das despesas seja fiavelmente mensurável e que os benefícios económicos associados reverterão para a entidade.

### Manutenção de Material Circulante

No reconhecimento do rédito deste segmento de atividade é seguido o preconizado na IAS 11 – Contratos de construção, sendo aferido se se encontram satisfeitas as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transação fiavelmente estimado, o que permitirá aplicar o método de percentagem de acabamento.

O método de percentagem de acabamento aplicado à prestação de serviços tem em consideração os custos totais estimados, montante que é apurado pela parte operacional, tendo em consideração o trabalho a desenvolver e a experiência passada em trabalhos similares.

Quando as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transação fiavelmente estimado não se encontram satisfeitas, é aferido em que medida serão recuperáveis os gastos reconhecidos. Caso não exista indicadores que evidenciem que será provável que os custos incorridos serão recuperados, o rédito não é reconhecido e os custos incorridos são reconhecidos como um gasto.

### Restantes Áreas de Atividade

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- / Quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- / Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade;
- / A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada;
- / Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

## RECONHECIMENTO DE GASTOS E RENDIMENTOS

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o pressuposto subjacente do regime de acréscimo (periodização económica).

As demonstrações financeiras preparadas informam não somente das transações passadas envolvendo o pagamento e o recebimento de caixa mas também das obrigações de pagamento de futuro e de recursos que representem caixa a ser recebida no futuro.

A especialização dos exercícios é efetuada através da utilização da rubrica de outras contas a receber e a pagar e da rubrica de diferimentos.

## PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando

- (i) existe obrigação presente, legal ou construtiva, proveniente de um acontecimento passado
- (ii) seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e
- (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

O valor provisionado é o valor considerado necessário para fazer face a perdas económicas estimadas. Quando o efeito temporal do dinheiro for material, a quantia de provisão é apresentada pelo valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.

## **JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS E JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS**

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

Sendo reconhecidos em gastos e perdas do período, o seu reconhecimento é efetuado de acordo com o regime de acréscimo e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

## **IMPOSTO SOBRE LUCROS**

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas, tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, previsto no artigo 69º do Código do IRC, que integra, para além da própria CP, as filiais EMEF - empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, SA, a SAROS-Sociedade de Mediação de Seguros, Lda. e, desde o exercício de 2014, a Fernave - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A. e a Ecosaúde - Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.

O Grupo CP não contabiliza ativos por impostos diferidos relacionados com o reporte de prejuízos fiscais e imparidades e provisões temporárias não aceites fiscalmente, por considerar que não existem expectativas de que o referido grupo de sociedades, abrangido pelo regime especial de tributação, venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados da CP. No final de 2018, o total dos prejuízos fiscais dedutíveis do Grupo CP ascendem aproximadamente a 286 milhões de euros, os quais podem ser utilizados entre 2018 e 2028.

Da mesma forma, não foram contabilizados passivos por impostos diferidos relacionados com ativos fixos tangíveis reavaliados (material circulante) em períodos anteriores, por se entender não ser expectável que a forma de financiamento do serviço público de transporte e as condições económicas venham a alterar-se significativamente de forma que origine matéria coletável suficiente para gerar coleta e conseqüentemente dê lugar a pagamento de impostos sobre o rendimento.

O resultado contabilístico foi ajustado de modo a refletir o IRC estimado a pagar referente a tributação autónoma, derrama estadual e derrama municipal.

## ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

### Ativos Contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no anexo quando é provável um influxo de benefícios económicos.

### Passivos Contingentes

Um passivo contingente surge quando exista:

/ Uma possível obrigação proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou

/ Uma obrigação presente de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque

- i. não é provável que um exfluxo de recursos, que incorporem benefícios económicos, será necessário para liquidar a obrigação; ou
- ii. a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo às respetivas demonstrações, a menos que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos futuros seja remota.

## ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 10 de abril de 2019, data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão, conforme referido na nota 2.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras. Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na nota 45.

## JUÍZOS DE VALOR

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer que os gestores exerçam o seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas.

O juízo de valor que foi efetuado no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que possam ter maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras são os seguintes:

/ Provisões - as provisões constituídas são registadas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço;

/ Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores - as perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores, são baseadas na avaliação da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores considerados relevantes. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados. Estas alterações podem resultar da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados;

/ Reconhecimento do crédito - no reconhecimento do crédito afere-se se se encontram satisfeitas as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transação fiavelmente estimado, que permita aplicar o método de percentagem de acabamento. O método de percentagem de acabamento aplicado à prestação de serviços tem em consideração os custos totais estimados, montante que é apurado pela parte operacional, tendo em consideração o trabalho a desenvolver e a experiência passada em trabalhos similares. Quando as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transação fiavelmente estimado não se encontram satisfeitas, afere-se em que medida serão recuperáveis os gastos reconhecidos. Caso não existam indicadores que evidenciem que será provável que os custos incorridos serão recuperados, o crédito não é reconhecido e os custos incorridos são reconhecidos como um gasto;

/ Perdas por imparidade - inventários - na determinação das perdas por imparidade de inventários, aplicam-se diferentes critérios dependendo do estado, antiguidade e natureza/objetivo dos inventários, considerando que tais critérios refletem a perda de valor dos inventários;

/ Impostos sobre os lucros - existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal



dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período. Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado, durante um período de quatro anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras;

/ O justo valor dos instrumentos financeiros derivados é determinado por entidade externa utilizando o método dos fluxos de caixa descontados. Todos os cálculos foram efetuados tendo como base as curvas de rendimento apresentadas pela Reuters no dia de referência das demonstrações financeiras. As valorizações são feitas tendo em conta os cash flows descontados e a variação dos indexantes proprietários desde o seu início até à data. Nas operações que envolvem opções, aos fluxos é atribuído um delta de 0% ou 100% conforme a barreira em causa seja ou não atingida. A projeção futura das barreiras em causa é determinada usando a curva de rendimentos atual.

## PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade das operações.

O Conselho de Administração entende adequado a preparação das demonstrações financeiras numa base de continuidade considerando os fatores adiante descritos:

/ A situação operacional da CP e das empresas do Grupo apresenta sustentabilidade, o que indicia que existem fatores que asseguram a sua continuidade;

/ A publicação da resolução do conselho de ministros nº 188-A/2018 de 31 dezembro, que delega a competência para aprovar a minuta do contrato de serviço público de transporte ferroviário de passageiros, a celebrar com a CP, e autoriza a realização da despesa relativa à respetiva indemnização compensatória;

/ O Estado tem garantido todo o seu apoio, nomeadamente no que respeita ao suporte necessário ao financiamento da CP, com vista a assegurar o serviço da dívida e necessidades de exploração e investimento;

/ Acresce ainda mencionar a importância do serviço que hoje o Grupo CP presta à economia portuguesa, nomeadamente no que respeita ao transporte de passageiros, como fator de importância vital para o funcionamento da atividade económica, reforçando a necessidade de o Estado assegurar, em eventuais situações adversas, o apoio necessário à continuidade do Grupo CP.

## PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de algumas estimativas contabilísticas importantes.

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As principais fontes de incerteza das estimativas à data de balanço, que têm um risco significativo de provocar um ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte são:

### Vida útil de ativos fixos tangíveis

A vida útil de um ativo é definida em termos da utilidade esperada do ativo para a entidade. A política de gestão de ativos pode envolver a alienação de ativos após um período especificado ou após consumo de uma proporção especificada dos futuros benefícios económicos incorporados no ativo. Por isso, a vida útil de um ativo pode ser mais curta do que a sua vida económica. A estimativa da vida útil do ativo é uma questão de juízo de valor baseado na experiência da entidade com ativos semelhantes.

### Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados é determinado por entidade externa utilizando o método dos fluxos de caixa descontados. Todos os cálculos foram efetuados tendo como base as curvas de rendimento apresentadas pela Reuters no dia de referência das demonstrações financeiras, pelo que o momento em que são realizadas as estimativas é a principal fonte de incerteza.

## Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

## Provisões

As provisões correspondem a passivos de montante ou de ocorrência temporal incerta. As empresas do Grupo CP, tendo em consideração o princípio da prudência, têm constituído provisões sempre que existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), proveniente de um acontecimento passado, em que seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e se possa efetuar uma estimativa fiável da mesma. No que respeita nomeadamente à constituição de provisões para processos judiciais, estas requerem o uso de julgamento, tendo por base as últimas informações conhecidas na data de elaboração das demonstrações financeiras, nomeadamente no que respeita à probabilidade de perda do processo judicial e do valor estimado dessa perda. As alterações destas estimativas podem implicar impactos nos resultados.

## Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes detidos para venda devem ser reconhecidos pelo menor valor entre o seu valor contabilístico líquido e o seu justo valor, deduzido dos custos para vender, de acordo com a IFRS 5. Na determinação do justo valor, nomeadamente no que respeita a material circulante, e tendo em consideração a ausência de mercado ativo, é considerado pelo Grupo CP, como referência, o valor de transações recentes com material semelhante, ajustando esse valor às características técnicas do material e à procura existente. Com base no valor estimado de venda é determinada a existência e montante da imparidade a reconhecer, sendo que o verdadeiro impacto só será conhecido no momento da venda efetiva dos ativos, o que pode implicar variações com algum significado nos resultados.

## **ALTERAÇÕES ÀS NORMAS QUE SE TORNARAM EFETIVAS EM 1 DE JANEIRO DE 2018**

De seguida identificam-se as alterações às normas que se tornaram efetivas em 1 de janeiro de 2018 e que podem ter impacto no Grupo CP:

### **IFRS 9 - Instrumentos financeiros**

A IFRS 9 substitui a IAS 39 – ‘Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração’ e introduz alterações no que se refere:

- (i) à classificação e mensuração dos ativos financeiros, introduzindo uma simplificação na classificação com base no modelo de negócio definido pela gestão;
- (ii) ao reconhecimento da componente de “own credit risk” na mensuração voluntária de passivos ao justo valor;
- (iii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber, com base no modelo de perdas estimadas em substituição do modelo de perdas incorridas;
- (iv) e às regras da contabilidade de cobertura, que se pretende que estejam mais alinhadas com o racional económico da cobertura de riscos definido pela Gestão.

Não se registaram impactos decorrentes da alteração desta IFRS 9 no Grupo CP.

### **IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes**

Esta nova norma aplica-se a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços a clientes, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na “metodologia das 5 etapas”. Esta norma prevê ainda o tratamento específico para transações como: contratos à consignação; acordos de recompra; direito de devolução; concessões de licenças; garantias; agenciamento; etc.

Não se registaram impactos decorrentes da alteração desta IFRS 15 no Grupo CP.

## **IFRS 4 – Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9)**

Esta alteração atribui a opção de reconhecimento em Outro rendimento integral, por oposição ao reconhecimento em resultados do período, da volatilidade que resulte da aplicação da IFRS 9, antes da entrada em vigor da IFRS 17 – “Contratos de seguro” (opção concedida às entidades que negociam contratos de seguro). As entidades cuja atividade predominante seja a de seguradora podem recorrer ainda a uma isenção temporária à aplicação da IFRS 9 até 2021, a qual é opcional e aplicável às demonstrações financeiras consolidadas de um Grupo, quando este inclui uma entidade seguradora, conforme “*carve in*” da União Europeia.

Não se registaram impactos decorrentes da alteração desta IFRS 4 no Grupo CP.

## **IFRS 12 – Divulgações de interesses noutras entidades**

Esta melhoria clarifica que o âmbito da IFRS 12 inclui participações financeiras em subsidiárias, associadas e/ou empreendimentos conjuntos que fazem parte de grupos detidos para alienação (no âmbito da IFRS 5) e que a isenção da IFRS 12 respeita apenas à divulgação de informação financeira resumida destas entidades.

Não se registaram impactos decorrentes da alteração da IFRS 12 no Grupo CP.

## **IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos**

Esta melhoria clarifica que os investimentos em associadas ou empreendimentos conjuntos detidos por uma sociedade de capital de risco podem ser mensurados ao justo valor de acordo com a IFRS 9, de forma individual. A melhoria esclarece ainda que uma entidade que não é uma entidade de investimento, mas que detém investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos que são entidades de investimento, pode manter a mensuração ao justo valor da participação que essas associadas ou empreendimentos conjuntos têm nas suas próprias subsidiárias, na aplicação do método da equivalência patrimonial.

Não se registaram impactos decorrentes da alteração da IAS 28 no Grupo CP.

## NOVAS INTERPRETAÇÕES QUE SE TORNARAM EFETIVAS A 1 DE JANEIRO DE 2018

### IFRIC 22 – Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada

A IFRIC 22 corresponde a uma interpretação à IAS 21 – ‘Os efeitos de alterações em taxas de câmbio’, referindo-se à determinação da ‘data da transação’ quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira, sendo o fator que determina a taxa de câmbio a usar para conversão cambial das transações em moeda estrangeira a ‘data da transação’.

Não se registaram impactos decorrentes da alteração da nova interpretação da IFRIC 22 no Grupo CP.

## FLUXO DE CAIXA (NOTA 4)

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

O Grupo classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A 31 de dezembro de 2018 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

## RUBRICA DE CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

(valores em euros)

Descrição	31-dez-18	31-dez-17
Caixa	445 074	420 868
Depósitos bancários	21 338 369	14 083 402
Sub total	21 783 443	14 504 270
Descobertos bancários (a)	( 248 491)	( 226 659)
<b>Total</b>	<b>21 534 952</b>	<b>14 277 611</b>

(a) o valor dos descobertos bancários encontra-se registado em financiamentos obtidos



## POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS (NOTA 5)

Não existem alterações a reportar de políticas contabilísticas e estimativas ou erros com impactos materiais nas demonstrações financeiras do Grupo.

## COMPOSIÇÃO DO RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO (NOTA 6)

A forma de segmentação de negócios utilizada pelo Grupo CP é a natureza dos serviços prestados. Esta é a forma como o Conselho de Administração analisa e controla os seus negócios, sendo também a forma como a informação é organizada e comunicada.

Atendendo a que a IFRS 8 define patamares quantitativos a partir dos quais os segmentos devem ser tratados como segmentos operacionais a divulgar, foram identificados os seguintes segmentos a divulgar no âmbito desta nota:

- / Transporte de passageiros suburbanos (engloba o transporte de passageiros suburbano na área de Lisboa e Porto);
- / Transporte de passageiros de longo curso (liga entre si as principais cidades portuguesas, tendo os clientes maioritariamente uma motivação de viagem para negócios ou lazer), internacional (transporte de passageiros para a Espanha ou à fronteira de Espanha com França) e regional (serviço de média curta distância para deslocações de carácter sistemático de âmbito regional ou local, distribui os clientes tanto pela motivação casa /trabalho ou escola, como para tratar de assuntos/negócios); e
- / Manutenção, conservação e construção de material circulante.

Na agregação efetuada dos segmentos operacionais procurou-se garantir que os mesmos tinham características económicas semelhantes, de acordo com o explicitado na IFRS 8.

As informações sobre outras atividades de negócio e segmentos operacionais não relatáveis foram combinadas e divulgadas numa categoria com a designação

«todos os outros segmentos». Nela estão incluídos nomeadamente os segmentos de formação, prestação cuidados de saúde e mediação de seguros que ficam muito aquém dos patamares quantitativos da IFRS 8.

A informação financeira dos principais segmentos de negócio do Grupo, relativa aos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2018, é conforme segue:

Resultado operacional por segmento de negócio do Grupo CP 2017		(valores em reais)									
RENDIMENTOS E GASTOS CONSOLIDADOS OPERACIONAIS		Transporte de passageiros nos Subúrbios	Transporte de passageiros no longo curso, Internacional e regional	Transporte de Mercadorias	Manutenção e Conservação de Material Circulante	Restantes áreas	DR Operacional individual do Grupo CP	Anulações e Ajustamentos Intragrupo	DR Operacional Consolidada do Grupo CP		
Vendas e serviços prestados	113.466.610	1.40.081.958	-	-	72.071.002	8.405.178	333.974.748	(47.314.895)	286.659.853		
* Vendas e serviços prestados - anulações intragrupo	-	-	84	-	(45.471.549)	(1.843.430)	-	-	-		
Subsídios à exploração	-	-	-	-	2.073	20.689	22.762	-	22.762		
* Subsídios à exploração - anulações intragrupo	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Ganhos/perdas imputadas a subsidiárias, associadas e emp. conjunto	-	-	-	-	627.865	6.959.833	7.587.698	(6.385.655)	1.202.043		
* Ganhos/perdas imputadas a sub. assoc. e emp. conj. - anulações intragrupo	-	-	-	-	-	(6.385.655)	-	-	-		
Variação nos inventários da produção	-	-	-	-	(32.745)	-	(32.745)	-	(32.745)		
* Variação nos inventários da produção - anulações intragrupo	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Trabalhos para a própria empresa	-	-	-	-	-	-	-	12.520.674	12.520.674		
* Trabalhos para a própria empresa - anulações intragrupo	-	-	-	-	12.520.674	-	-	-	-		
Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	(1.101.098)	(4.608.108)	-	-	(201.388.665)	(538.575)	(26.381.446)	-	(26.381.446)		
* Custo mercad. vendidas e matérias cons. - anulações intragrupo	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Fornecimentos e serviços externos	(58.301.074)	(90.944.569)	-	-	(14.970.494)	(11.822.511)	(176.058.648)	36.979.830	(139.058.818)		
* Fornecimentos e serviços externos - anulações intragrupo	16.643.562	15.198.279	-	-	4.474.330	663.659	-	-	-		
Gastos com o pessoal	(33.278.213)	(39.754.501)	-	-	(27.053.205)	(28.183.554)	(128.270.473)	1.324.171	(126.946.302)		
* Gastos com o pessoal - anulações intragrupo	-	-	-	-	72.364	1.251.807	-	-	-		
Imparidade de inventários (perdas/rever.)	-	-	-	-	(775.990)	(412.345)	(1.188.335)	-	(1.188.335)		
* Imparidade de inventários (perdas/rever.) - anulações intragrupo	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Imparidade dívidas a receber (perdas/reversões)	(29.247)	(458.958)	-	-	(1.019.811)	47.053	(1.460.963)	-	(1.460.963)		
* Imparidade Dívidas a Receber (per. /ver.) - anulações intragrupo	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Provisões (aumentos/reduções)	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
* Provisões (aumentos/reduções) - anulações intragrupo	-	-	-	-	(19.813)	(143.856)	(163.669)	304.659	140.990		
Imparid. de invest. não depr./amort. (perd./ver.) - anulações intragrupo	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
* Imparid. de invest. não depr./amort. (perd./ver.) - anulações intragrupo	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Outros rendimentos e ganhos	971.4768	3.533.708	-	-	2.320.011	11.990.681	27.559.168	(5.162.235)	22.396.933		
* Outros rendimentos e ganhos	(11.837)	(50.218)	-	-	(854.960)	(4.245.220)	-	-	-		
Outros gastos e perdas	(1.337.197)	(1.479.718)	-	-	(1.584.590)	(628.371)	(5.029.876)	862.312	(4.167.564)		
* Outros gastos e perdas - anulações intragrupo	911	28	-	-	821.321	40.062	-	-	-		
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	29.133.549	6.324.812	-	-	9.425.638	(14.288.615)	30.595.364	(6.871.139)	23.724.245		
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos - anulações intragrupo	1.632.636	1.514.8173	-	-	(28.437.820)	(1.021.4.128)	-	-	-		
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	(29.287.182)	(19.256.434)	-	-	(973.800)	(8.406.875)	(57.924.291)	-	(57.924.291)		
* Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	(240.529)	(278.713)	-	-	-	1.093.011	573.769	-	573.769		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	16.238.474	1.937.838	-	-	(19.985.982)	(31.816.607)	(26.755.138)	(6.871.139)	(33.626.277)		

Resultado operacional por segmento de negócio do Grupo CP 2018

RENDIMENTOS E GASTOS CONSOLIDADOS OPERACIONAIS

(valores em euros)

	Transporte de passageiros nos Suburbanos	Transporte de passageiros no longo curso, Internacional e regional	Transporte de Mercadorias	Manutenção e Conservação de Material Circulante	Restantes áreas	DR Operacional individual do Grupo CP	Anulações e Ajustamentos Intragrupo	DR Operacional Consolidada do Grupo CP
Vendas e serviços prestados	120.072.112	1.421.361.45	-	69.269.590	81.006.224	339.578.471	(41.525.311)	298.053.160
* Vendas e serviços prestados - anulações intragrupo	4	89	-	(39.758.806)	(1.766.601)	-	-	-
Subsídios à exploração	-	-	-	7.571	-	7.571	-	7.571
* Subsídios à exploração - anulações intragrupo	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos/perdas imputadas a sub. assoc. e emp. conj. - anulações intragrupo	-	-	-	559.477	7.508.507	8.067.984	(6.765.334)	1.302.650
* Ganhos/perdas imputadas a sub. assoc. e emp. conj. - anulações intragrupo	-	-	-	-	(6.765.334)	-	-	-
Variação nos inventários de produção	-	-	-	(56.931)	-	(56.931)	-	(56.931)
* Variação nos inventários de produção - anulações intragrupo	-	-	-	-	-	-	-	-
Trabalhos para a própria empresa	-	-	-	-	-	-	9.014.150	9.014.150
* Trabalhos para a própria empresa - anulações intragrupo	-	-	-	9.592.040	(577.890)	-	-	-
Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	(861.040)	(4.682.648)	-	(18.853.255)	(327.770)	(24.734.713)	-	(24.734.713)
* Custo mercad. vendidas e matérias cons. - anulações intragrupo	-	-	-	-	-	-	-	-
Fornecimentos e serviços externos	(60.728.885)	(91.781.363)	-	(15.714.518)	(12.666.960)	(180.891.726)	35.748.539	(145.143.187)
* Fornecimentos e serviços externos - anulações intragrupo	12.057.759	6.233.157	-	4.428.613	13.049.010	(135.049.800)	1.374.990	(133.674.810)
Gastos como pessoal	(35.086.085)	(48.688.490)	-	(28.121.351)	(23.153.924)	(128.049.850)	-	-
* Gastos como pessoal - anulações intragrupo	-	-	-	92.788	1.282.202	(651.860)	-	-
Imparidade de inventários (perdas/rever.)	-	-	-	(412.397)	(239.463)	-	-	(651.860)
* Imparidade de inventários (perdas/rever.) - anulações intragrupo	-	-	-	-	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	(781.831)	497.590	-	(66.769)	(16.002)	336.636	-	336.636
* Imparidade dívidas a receber (per./rev.) - anulações intragrupo	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões (aumentos/reduções)	-	-	-	(30.806)	(1.066.786)	(1.097.592)	(3.828)	(1.101.420)
* Provisões (aumentos/reduções) - anulações intragrupo	-	-	-	-	(3.828)	-	-	-
Impaird. de invest. não depr./amort. (perd./rev.)	-	-	-	-	1.609.616	1.609.616	-	1.609.616
* Impaird. de invest. não depr./amort. (per./rev.) - anulações intragrupo	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros rendimentos e ganhos	10.547.186	4.255.211	-	4.590.738	12.193.479	31.586.614	(7.986.040)	23.600.574
* Outros rendimentos e ganhos - anulações intragrupo	(47.747)	(96.389)	-	(1.565.694)	(6.276.210)	-	-	-
Outros gastos e perdas	(1.692.837)	(1.816.560)	-	(1.931.023)	(7.236.280)	(12.676.700)	1.242.113	(11.434.587)
* Outros gastos e perdas - anulações intragrupo	-	-	-	1.081.813	210.300	-	-	-
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	32.172.318	(90.115)	-	9.240.326	(15.294.959)	26.027.570	(8.900.721)	17.126.849
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos - anulações intragrupo	11.990.016	6.136.657	-	(26.179.243)	(848.351)	-	-	-
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	(27.058.749)	(19.016.396)	-	(847.480)	(7.731.122)	(54.653.747)	-	(54.653.747)
* Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões) - anulações intragrupo	-	(63.906)	-	-	785.553	721.647	-	721.647
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	17.105.585	(13.083.560)	-	(17.786.397)	(23.088.879)	(27.904.530)	(8.900.721)	(36.805.251)

Não é apresentado o resultado financeiro por segmento, dado que as decisões operacionais são tomadas com base nos resultados operacionais por segmento de negócio e não é possível repartir/afetar os financiamentos existentes à totalidade dos segmentos.

O ativo e passivo destes segmentos de negócio apresentam os seguintes valores em 31 de dezembro de 2017 e 2018:

Ativos e passivos por segmentos do Grupo CP em 31 dezembro de 2017 (valores em euros)

	Transporte de passageiros nos suburbanos, no longo curso, internacional e regional	Manutenção e conservação mat. circulante	Restantes áreas	Total reportado pelos segmentos	Anulações e ajustam intragrupo	Total dos ativos e passivos consolidados 2017
Ativo não corrente dos segmentos reportados	573 946 029	6 530 446	523 353	580 999 828	( 38 482 795)	542 517 033
Ativo corrente dos segmentos reportados	43 887 589	48 634 797	1 194 343	93 716 729	( 7 047 558)	86 669 171
<b>Ativo total dos segmentos reportados</b>	<b>617 833 618</b>	<b>55 165 243</b>	<b>1 717 696</b>	<b>674 716 557</b>	<b>( 45 530 353)</b>	<b>629 186 204</b>
Passivo não corrente dos segmentos reportados	2 230 270 286	12 979 361	285 480	2 243 535 127	( 15 331 821)	2 228 203 306
Passivo corrente dos segmentos reportados	520 784 791	24 885 058	4 238 582	549 908 431	97 347 812	647 256 243
<b>Passivo total dos segmentos reportados</b>	<b>2 751 055 077</b>	<b>37 864 419</b>	<b>4 524 062</b>	<b>2 793 443 558</b>	<b>82 015 991</b>	<b>2 875 459 549</b>

Ativos e passivos por segmentos do Grupo CP em 31 dezembro de 2018 (valores em euros)

	Transporte de passageiros nos suburbanos, no longo curso, internacional e regional	Manutenção e conservação mat. circulante	Restantes áreas	Total reportado pelos segmentos	Anulações e ajustam intragrupo	Total dos ativos e passivos consolidados 2018
Ativo não corrente dos segmentos reportados	539 353 044	6 534 227	465 137	546 352 408	( 42 727 637)	503 624 771
Ativo corrente dos segmentos reportados	40 991 320	50 395 781	1 366 631	92 753 732	( 6 571 073)	86 182 659
<b>Ativo total dos segmentos reportados</b>	<b>580 344 364</b>	<b>56 930 008</b>	<b>1 831 768</b>	<b>639 106 140</b>	<b>( 49 298 710)</b>	<b>589 807 430</b>
Passivo não corrente dos segmentos reportados	1 321 015 474	11 072 667	264 479	1 332 352 620	( 13 806 992)	1 318 545 628
Passivo corrente dos segmentos reportados	1 424 819 152	22 193 286	4 379 861	1 451 392 299	91 483 978	1 542 876 277
<b>Passivo total dos segmentos reportados</b>	<b>2 745 834 626</b>	<b>33 265 953</b>	<b>4 644 340</b>	<b>2 783 744 919</b>	<b>77 676 986</b>	<b>2 861 421 905</b>

Os ativos e passivos existentes também não são segregados por segmento de negócio, dada a impossibilidade de obter esta informação para todos os segmentos, nomeadamente no que respeita ao transporte de passageiros, em que frequentemente são efetuadas alterações na afetação dos ativos entre os vários segmentos, bem como tendo em consideração o facto de esta informação não ser apresentada de forma detalhada e regular para efeitos de decisão para todos os segmentos. Efetivamente, no que respeita aos ativos e passivos, estes são apenas relatados regularmente por empresa do Grupo, para efeitos de tomada de decisão.

## ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (NOTA 7)

No final do ano 2018 o Grupo CP apresentava um ativo fixo tangível organizado por classes de imobilizado, conforme quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31 / 12 / 2018	31 / 12 / 2017
<b>Valor Bruto:</b>		
Terrenos e recursos naturais	20 617 518	21 571 871
Edifícios e outras construções	94 107 108	95 522 219
Equipamento básico	1 415 589 032	1 408 183 733
Equipamento de transporte	2 977 487	2 976 434
Equipamento administrativo	25 601 764	24 556 982
Outros ativos fixos tangíveis	66 872 952	65 412 912
Investimentos em curso	988 181	581 047
Adiantamentos por conta de investimentos	23 187	22 859
Sub-total	1 626 777 229	1 618 828 057
<b>Depreciação acumulada e imparidade:</b>		
Depreciação do período	54 556 254	57 823 619
Depreciação acumulada de períodos anteriores	1 094 157 439	1 042 610 451
Perdas por imparidade do período	( 721 647)	( 573 768)
Perdas por imparidade de períodos anteriores	5 715 647	6 289 415
Anulações do período	-	( 79 619)
Sub-total	1 153 707 693	1 106 070 098
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>473 069 536</b>	<b>512 757 959</b>

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano 2018 são resumidos no quadro seguinte:



(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Adições	Alienações	Ativos classificados como deitados para venda	Abates	Transferências	Outras regularizações	Saldo final
<b>Valor bruto:</b>								
Terrenos e recursos naturais	21 571 871	-	( 870 322)	( 84 081)	-	-	-	20 617 518
Edifícios e outras construções	95 522 219	9 224	( 2 060 751)	( 1 96 073)	( 1 51 627)	954 116	-	94 1 071 08
Equipamento básico	1 408 183 733	729 157	-	1 333 332	( 4 866 583)	1 41 71 075	( 3 961 682)	1 41 5 589 032
Equipamento de transporte	2 976 434	1 053	-	-	-	-	-	2 977 487
Equipamento administrativo	24 556 982	891 744	( 3 319)	-	( 1 90 574)	346 931	-	25 601 764
Outros ativos fixos tangíveis	65 412 912	785 205	-	-	-	674 835	-	66 872 952
Investimentos em curso	581 047	13 179 687	-	-	-	( 12 772 533)	-	988 181
Aclaramentos por conta de investimentos	22 859	650 105	-	-	-	( 3 374 404)	2 724 627	23 187
	1 61 8 828 057	16 246 175	( 2 904 392)	1 053 228	( 5 208 784)	-	( 1 237 055)	1 62 6 777 229
<b>Depreciação acumulada e imparidade:</b>								
Edifícios e outras construções	45 005 631	2 643 053	( 236 921)	( 1 6 806)	( 1 09 929)	-	-	47 283 028
Equipamento básico	979 81 7 570	48 631 676	-	1 329 71 4	( 4 866 577)	-	( 2 1 02 661)	1 022 809 722
Equipamento de transporte	2 920 951	25 247	-	-	-	-	-	2 946 198
Equipamento administrativo	22 742 029	91 8 499	( 3 319)	-	( 1 90 514)	-	-	23 466 695
Outros ativos fixos tangíveis	49 870 271	2 337 780	-	-	-	-	-	52 208 051
Ativ. Fix. Tang. - Perdas Impar. Acum. - Equipam. Básico	5 71 5 646	( 721 647)	-	-	-	-	-	4 993 999
	1 106 070 098	53 834 608	( 240 240)	1 312 908	( 5 167 020)	-	( 2 1 02 661)	1 153 707 693
<b>Total</b>	<b>512 757 959</b>							<b>473 069 536</b>

Os ativos fixos tangíveis do Grupo CP são mensurados ao custo, sendo depreciados linearmente, de acordo com vidas úteis especificadas na nota 3.

Os investimentos mais significativos, realizados no exercício de 2018, respeitam essencialmente a reparações periódicas do tipo R1 e R2.

No que respeita aos abates, a rubrica mais significativa é relativa a equipamento básico (material circulante), em resultado do abate de equipamento, com valor contabilístico praticamente nulo.

Comparativamente ao ano anterior, de referir a variação da rubrica de terrenos e recursos naturais e edifícios e outras construções, em resultado da alienação do imóvel da Rua Castilho.

As depreciações acumuladas referidas na coluna adições respeitam à depreciação dos ativos, de acordo com a sua vida útil, destacando-se pelo seu contributo, as depreciações do material circulante.

A 31 de dezembro de 2018 os seguintes ativos fixos tangíveis estavam dados como garantia de empréstimos obtidos pela CP junto da Eurofima:

(valores em euros)

Descrição	V.contabilístico
Automotoras	1 86 464 503
<b>Total</b>	<b>1 86 464 503</b>

## ATIVOS INTANGÍVEIS (NOTA 8)

Os ativos intangíveis do Grupo CP respeitam essencialmente à implementação de sistemas informáticos não havendo nenhuma situação em que o ativo tenha sido desenvolvido internamente, conforme quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
<b>Valor Bruto:</b>		
Despesas de investigação e desenvolvimento	42 672	41 876
Programas de computador	1 464 911	1 426 577
Ativos intangíveis em curso	-	12 270
<b>Sub-total</b>	<b>1 507 583</b>	<b>1 480 723</b>
<b>Amortização acumulada e imparidade:</b>		
Amortização do período	97 492	1 00 671
Amortização acumulada de períodos anteriores	1 287 444	1 186 773
<b>Sub-total</b>	<b>1 384 936</b>	<b>1 287 444</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>122 647</b>	<b>193 279</b>

Para efeitos de amortização é considerada, por norma, uma vida útil de 3 anos para estes ativos. Esta estimativa é, no entanto, revista anualmente em função da utilização esperada do ativo. Os ativos intangíveis são mensurados ao custo e amortizados pelo método das quotas constantes num regime de duodécimos a partir da data de entrada em produção do ativo.

A variação da rubrica de ativos intangíveis durante o ano 2018 é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Adições	Reval / Imparidades	Alienações	Ativos detidos para venda	Abates	Transferências	Saldo final
<b>Valor bruto:</b>								
Despesas de investigação e desenvolvimento	41 876	796	-	-	-	-	-	42 672
Programas de computador	1 426 577	10 000	-	-	-	-	28 334	1 464 911
Ativos intangíveis em curso	12 270	16 064	-	-	-	-	( 28 334)	-
<b>Sub-total</b>	<b>1 480 723</b>	<b>26 860</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 507 583</b>
<b>Amortização acumulada e imparidade:</b>								
Amortização do período	-	97 492	-	-	-	-	-	97 492
Amortização acumulada de períodos anteriores	1 287 444	-	-	-	-	-	-	1 287 444
<b>Sub-total</b>	<b>1 287 444</b>	<b>97 492</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 384 936</b>
<b>Total</b>	<b>193 279</b>							<b>122 647</b>

As adições verificadas no período resultam da aquisição de *software* informático.

## PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL (NOTA 9)

O detalhe das participações financeiras em que se aplica o método da equivalência patrimonial é apresentado no quadro seguinte:

Descrição	Tipo	31/12/2018			31/12/2017		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
SIMEF A.C.E.	Investimento	400 326	-	400 326	455 238	-	455 238
NOMAD TECH, LDA	Investimento	493 170	-	493 170	334 019	-	334 019
OTLIS, ACE	Investimento	344 767	-	344 767	242 222	-	242 222
TIP, ACE	Investimento	1 115 478	-	1 115 478	510 011	-	510 011
<b>Total</b>		<b>2 353 741</b>	<b>-</b>	<b>2 353 741</b>	<b>1 541 490</b>	<b>-</b>	<b>1 541 490</b>

Em 2018 foram realizados os seguintes movimentos nestas participações financeiras, conforme quadro seguinte:

(valores em euros)

	Saldo inicial	Adições	Alienações	MEP	Outras alterações	Saldo final
<b>Valor bruto</b>						
SIMEF A.C.E.	455 238	-	-	400 326	( 455 238)	400 326
NOMAD TECH, LDA	334 019	-	-	159 151	-	493 170
OTLIS A.C.E.	242 222	-	-	137 706	( 35 161)	344 767
TIP, ACE	510 011	-	-	605 467	-	1 115 478
<b>Total</b>	<b>1 541 490</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 302 650</b>	<b>( 490 399)</b>	<b>2 353 741</b>

Durante o ano de 2018 de salientar o aumento do valor da participação financeira da TIP, que em 2018 continua a registar uma variação positiva nos seus resultados.

A informação financeira resumida referente às empresas associadas (valores a aguardar aprovação em assembleia e que poderão não corresponder aos valores finais) apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Nome da associada	% de participação	Data de referência	Ativos	Passivos	Capital Próprio	Rendimentos	Resultado líquido
SIMEF A.C.E.	51	43 465	7 447 087	6 662 133	784 954	-	784 954
Nomad Tech Lda	35	43 465	3 508 511	2 099 456	1 409 056	-	( 205 111)
TIP, ACE	33	43 465	18 727 137	15 346 900	3 380 237	7 673 926	2 224 632
OTLIS, ACE	14	43 465	5 358 279	2 944 906	2 413 373	6 111 521	987 418

\* Este montante refere-se ao Resultado Líquido do período compreendido entre 01/07/2018 e 31/12/2018. Conforme já referido anteriormente, a Nomad Tech encerra o seu exercício a 30 de junho de cada ano.

## OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS (NOTA 10)

O Grupo CP detém pequenas participações em diferentes empresas que se encontram reconhecidas ao custo menos perdas de imparidade, dado o valor destas participações não ser publicamente negociado e não ser possível obter de forma fiável o seu justo valor.

À data de cada período de relato financeiro, é avaliada a possibilidade de existência de imparidade destes ativos financeiros, reconhecendo-se uma perda por imparidade na demonstração dos resultados se existir uma evidência objetiva dessa imparidade.

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	Método	31 / 12 / 2018			31 / 12 / 2017		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
CP Carga, SA	Custo de aquisição	80 000	( 80 000)	-	80 000	( 80 000)	-
M.M. SA	Custo de aquisição	12 721	( 12 721)	-	12 721	( 12 721)	-
METRO DO PORTO, SA	Custo de aquisição	249 399	( 249 399)	-	249 399	( 249 399)	-
METRO-MONDEGO, SA	Custo de aquisição	3 595	-	3 595	3 595	-	3 595
ICF	Custo de aquisição	382 269	( 382 269)	-	382 269	( 382 269)	-
EUROFIMA	Custo de aquisição	27 760 679	-	27 760 679	27 760 679	-	27 760 679
BCC	Custo de aquisição	1 460	-	1 460	1 460	-	1 460
APOR	Custo de aquisição	-	-	-	5 000	-	5 000
FUNDAÇÃO MUSEU NAC. FERROVIÁRIO	Custo de aquisição	31 944	( 31 944)	-	31 944	( 31 944)	-
INEGI	Custo de aquisição	2 500	( 2 500)	-	2 500	( 2 500)	-
TRANSCOM S.A	Custo de aquisição	388 280	( 124 319)	263 961	388 280	( 161 224)	227 056
Obrigações CONSOLIDADO 1942	Custo de aquisição	-	-	-	662	-	662
Fundo Comp. Trabalho		49 152	-	49 152	25 853	-	25 853
		<b>28 961 999</b>	<b>( 883 152)</b>	<b>28 078 847</b>	<b>28 944 362</b>	<b>( 920 057)</b>	<b>28 024 305</b>

O movimento destas participações financeiras em 2018 é analisado no quadro seguinte:

(valores em euros)

	Saldo inicial	Adições	Alienações	Justo valor	Outras alterações	Saldo final
<b>Valor bruto</b>						
CP Carga, SA	80 000	-	-	-	-	80 000
MLM, SA	12 721	-	-	-	-	12 721
METRO DO PORTO, SA	249 399	-	-	-	-	249 399
METRO-MONDEGO, SA	3 595	-	-	-	-	3 595
ICF	382 269	-	-	-	-	382 269
EUROFIMA	27 760 679	-	-	-	-	27 760 679
BCC	1 460	-	-	-	-	1 460
APOR	5 000	-	-	-	( 5 000)	-
FUNDAÇÃO MUSEU NAC. FERROVIÁRIO	31 944	-	-	-	-	31 944
INEGI	2 500	-	-	-	-	2 500
TRANSCOM, S.A	388 280	-	-	-	-	388 280
Obrigações CONSOLIDADO 1942	662	-	( 662)	-	-	-
Fundo Comp. Trabalho	25 853	23 299	-	-	-	49 152
	<b>28 944 362</b>	<b>23 299</b>	<b>( 662)</b>	<b>-</b>	<b>( 5 000)</b>	<b>28 961 999</b>
<b>Imparidade</b>						
CP Carga, SA	( 80 000)	-	-	-	-	( 80 000)
MLM, SA	( 12 721)	-	-	-	-	( 12 721)
METRO DO PORTO, SA	( 249 399)	-	-	-	-	( 249 399)
ICF	( 382 269)	-	-	-	-	( 382 269)
FUNDAÇÃO MUSEU NAC. FERROVIÁRIO	( 31 944)	-	-	-	-	( 31 944)
INEGI	( 2 500)	-	-	-	-	( 2 500)
TRANSCOM, S.A	( 1 61 224)	-	-	-	36 905	( 1 24 31 9)
	<b>( 920 057)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>36 905</b>	<b>( 883 152)</b>
<b>Total</b>	<b>28 024 305</b>	<b>23 299</b>	<b>( 662)</b>	<b>-</b>	<b>31 905</b>	<b>28 078 847</b>

## IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (NOTA 11)

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas, tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, previsto no artigo 69º do Código do IRC, que integra, para além da própria CP, as filiais EMEF - empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, SA, a SAROS-Sociedade de Mediação de Seguros, Lda. e, desde o exercício de 2014, a Fernave - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A. e a Ecosaúde - Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.

O Grupo CP não contabiliza ativos por impostos diferidos relacionados com o reporte de prejuízos fiscais e imparidades e provisões temporárias não aceites fiscalmente, por considerar que não existem expectativas de que o referido grupo de sociedades, abrangido pelo regime especial de tributação, venha a obter lucros



tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados da CP. No final de 2018, o total dos prejuízos fiscais dedutíveis do Grupo CP ascendem aproximadamente a 286 milhões de euros, os quais podem ser utilizados entre 2018 e 2028.

Da mesma forma, não foram contabilizados passivos por impostos diferidos relacionados com ativos fixos tangíveis reavaliados (material circulante) em períodos anteriores, por se entender não ser expectável que a forma de financiamento do serviço público de transporte e as condições económicas venham a alterar-se significativamente gerando matéria coletável suficiente que origine coleta e conseqüentemente o pagamento de impostos sobre o rendimento. O resultado contabilístico foi ajustado de modo a refletir o IRC estimado a pagar referente a tributação autónoma, derrama estadual e derrama municipal, conforme detalhe apresentado no quadro abaixo:

(valores em euros)

<b>Empresa</b>	<b>31 / 2 / 2018</b>	<b>31 / 2 / 2017</b>
CP	( 861 007)	( 324 359)
Fernave	( 3 152)	( 5 141)
Ecosaúde	( 7 360)	( 5 494)
Emef	( 273 583)	( 456 953)
Saros	( 6 139)	( 6 041)
<b>Total</b>	<b>(1 151 241)</b>	<b>( 797 988)</b>

## INVENTÁRIOS (NOTA 12)

Em 31 de dezembro de 2018 o Grupo CP apresenta os seguintes valores de inventários, detalhados por classificação:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2018	31-12-2017
<b>Valor Bruto:</b>		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	41 456 489	42 045 662
Produtos acabados e intermédios	851 778	908 708
Adiantamentos por conta de compras	57 497	230 647
	42 365 764	43 185 017
<b>Imparidades acumuladas</b>		
Imparidades do período	( 651 860)	( 1 188 334)
Imparidades de períodos anteriores	( 14 911 949)	( 13 723 615)
	( 15 563 809)	( 14 911 949)
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>26 801 955</b>	<b>28 273 068</b>

A rubrica de matérias-primas, subsidiárias e de consumo sofreu um decréscimo face ao ano anterior. Esta diminuição está diretamente relacionada com um maior consumo face às aquisições efetuadas. Também os adiantamentos por conta de compras tiveram uma redução face ao período homólogo por respeitarem a projetos em curso que, entretanto, terminaram ou se aproximaram do fim, com a regularização dos respetivos adiantamentos.

Realça-se o facto de no âmbito do contrato de manutenção dos veículos da frota da Metro do Porto, esta empresa ter colocado à disposição da EMEF/PROMETRO/Via Porto, peças de reserva de sua propriedade, de forma a permitir a prestação de serviços sem quebra de qualidade e continuidade, peças estas, que no final do contrato serão integralmente entregues ao cliente.

Sucedem, porém, que não sendo as referidas peças inventário do Grupo CP, sempre que se recorre a este lote não é registado o valor do consumo (gasto), ocorrendo esse registo no momento da respetiva reposição.

O reconhecimento de imparidades de inventários registou as seguintes variações:

Descrição	(valores em euros)				
	Saldo inicial	Utilizações	Perdas	Reversão	Saldo final
<b>Imparidades de inventários</b>					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	( 14 424 646)	-	( 635 598)		( 15 060 244)
Produtos acabados e intermédios	( 487 303)	-	( 16 786)	524	( 503 565)
<b>Total</b>	<b>(14 911 949)</b>	<b>-</b>	<b>( 652 384)</b>	<b>524</b>	<b>(15 563 809)</b>

As perdas por imparidades de inventários relativos a matérias-primas, subsidiárias e de consumo e as relativas a produtos acabados e intermédios têm origem essencialmente no segmento de transporte de passageiros e no segmento de manutenção e reparação de material circulante.

Para o cálculo da imparidade dos inventários afetos ao segmento de transporte de passageiros, verifica-se semestralmente se o valor realizável dos inventários é ou não inferior ao valor pelo qual estes se encontram reconhecidos nas contas. Se o valor pelo qual os inventários se encontram reconhecidos for superior ao valor realizável líquido, reconhece-se uma perda por imparidade pela diferença entre aquelas duas grandezas.

Até 2011, o critério base para a avaliar a imparidade destes materiais foi a não rotatividade há mais de 5 anos, aplicado a todos os inventários em armazém. Durante o período de 2012, e atendendo à durabilidade da maior parte das peças utilizadas em reparações de material circulante, foi entendido avaliar com maior rigor a imparidade deste universo de bens. Para isso, foi calculada a imparidade das peças de armazém de material circulante de acordo com a vida útil estimada das séries de material a que estavam associadas, o que permitiu a identificação dos materiais efetivamente obsoletos e sem aplicação. Para os restantes materiais diversos manteve-se o critério da não rotatividade há mais de 5 anos.

O total das imparidades de inventários reconhecidas em 2018 resulta ainda do contributo do segmento de manutenção e reparação.

Para cálculo da imparidade no segmento de manutenção e reparação, foram utilizados os seguintes critérios:

O cálculo das perdas por imparidades de inventários no segmento de manutenção e reparação está indexada à duração de cada contrato de prestação de serviços celebrado com cada cliente, e os cálculos são apurados tendo em conta o número de anos que faltam para terminar os contratos e as perspetivas de consumo/rotação dos materiais. Os critérios utilizados são os seguintes:

/ Inventários pertencentes a séries ou equipamentos ativos com consumo nos últimos 9 anos

Considera-se como corrente, e, portanto, não sujeito a qualquer imparidade, todo material que esteja afeto a séries ou equipamentos ativos e também com classificação de estratégicos, com exceção do excedente apurado tendo por base o consumo médio esperado até o término do contrato respetivo. Sobre este excedente é considerada uma imparidade de 75%.

/ Inventários pertencentes a séries ou equipamentos ativos sem consumo registado nos últimos 9 anos

Os materiais que, embora pertencendo a séries ativas, tenham sido adquiridos há mais de 2 anos e não tenham registado consumo nos últimos 9 anos serão sujeitos a uma imparidade de 80% sobre o seu valor.

/ Inventários pertencentes a séries ou equipamentos inativos com e sem consumo nos últimos 9 anos

Os materiais classificados como pertencendo a séries de material e equipamentos inativos são sujeitos a uma imparidade de 95% sobre o seu valor.

/ Inventários classificados como Monos e Cativos sem consumo nos últimos 9 anos

Os inventários classificados como Monos ou Cativos pela Direção de Logística, que não registaram consumo nos últimos 9 anos serão sujeitos a uma perda por imparidade de 95% sobre o seu valor.

/ Inventários classificados como Monos e Cativos com consumo nos últimos 9 anos

Os inventários classificados como Monos ou Cativos pela Direção de Logística, que tenham sido adquiridos há mais de 2 anos e tenham registado consumo nos últimos 9 anos, mas cujas perspectivas de consumo, face à informação disponível, são residuais serão sujeitos a uma perda por imparidade de 80% sobre o seu valor.

/ Inventários classificados como Obsoletos

Os inventários classificados como Obsoletos pela Direção de Logística, serão sujeitos a uma perda por imparidade de 95% sobre o seu valor.

/ Inventários classificados como Estratégicos e sem consumo nos últimos 9 anos

Os inventários classificados como Estratégicos pela Direção de Logística e que não tenham consumo registado nos últimos 9 anos, serão sujeitos à constituição de uma perda por imparidade a uma taxa constante, calculada sobre 75% do seu valor em função do número de anos que decorre até ao término do contrato. No último ano os bens terão um valor realizável líquido de 25%.

/ Inventários sem identificação

Os inventários que na sua maioria são materiais destinados a conservação (produtos de pintura, limpeza industrial, materiais elétricos e eletrónicos, rolamentos, elementos de fixação/união ...), alguns deles com possível aplicação em equipamentos de outros clientes, por não estarem relacionados com nenhum

contrato específico e atendendo à sua natureza, serão reconhecidas perdas por imparidade tendo por base o consumo médio e a estimativa de necessidades para um horizonte de 3 anos. A manter-se o consumo médio, caso o inventário não se esgote em 3 anos, aplica-se uma imparidade de 95% ao excedente. Caso tenha sido adquirido há mais de 2 anos e não tenha registo de consumo aplica-se uma imparidade de 95%.

Em relação à variação dos Inventários da Produção, o Grupo CP apresenta os seguintes valores em 2018 e 2017:

(valores em euros)

Descrição	31 / 12 / 2018	31 / 12 / 2017
<b>Variação inventários da Produção</b>		
Produtos acabados e intermédios	( 56 931 )	( 32 745 )
<b>Total</b>	<b>( 56 931 )</b>	<b>( 32 745 )</b>

## CLIENTES (NOTA 13)

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de clientes apresenta os seguintes valores:

(valores em euros)

Descrição	31 / 12 / 2018	31 / 12 / 2017
<b>Valor Bruto:</b>		
Cientes c/c		
Gerais	13 519 498	13 493 249
Cientes - cobrança duvidosa	2 490 983	2 656 890
<b>Sub-total</b>	<b>16 010 481</b>	<b>16 150 139</b>
<b>Imparidade acumulada</b>		
Perdas por imparidade do período	350 601	( 491 424 )
Perdas por imparidade de períodos anteriores	( 2 655 687 )	( 2 164 263 )
<b>Sub-total</b>	<b>( 2 305 086 )</b>	<b>( 2 655 687 )</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>13 705 395</b>	<b>13 494 452</b>

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Utilizações	Reversões	Saldo final
<b>Perdas por imparidade</b>					
Cientes gerais	( 2 655 687 )	( 81 260 )	171	431 690	( 2 305 086 )
<b>Total</b>	<b>( 2 655 687 )</b>	<b>( 81 260 )</b>	<b>171</b>	<b>431 690</b>	<b>( 2 305 086 )</b>

## ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (NOTA 14)

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31 / 12 / 2018	31 / 12 / 2017
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o rendimento	909 350	1 291 158
IVA	6 971 651	13 931 834
IVA a recuperar	6 192 008	13 547 268
IVA reembolsos pedidos	779 643	384 566
Contribuições Seg Social CNP	454	34 240
<b>Total</b>	<b>7 881 455</b>	<b>15 257 232</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o rendimento	1 113 245	659 394
Retenções de imposto sobre o rendimento	285 215	296 404
IVA a pagar	1 881 312	2 141 560
Contribuição para a Segurança Social	560 292	545 058
Outras tributações	1 123	904
<b>Total</b>	<b>3 841 187</b>	<b>3 643 320</b>

A principal variação resulta essencialmente da diminuição da rubrica IVA a recuperar, em resultado (i) da aceitação, no final do ano de 2017 da faturação da IP relativa a taxa de utilização da infraestrutura, assim como (ii) da restituição por parte da Autoridade Tributária, do valor do IVA cativado em 2005 e 2006, uma vez que o processo que havia levado a esta cativação foi concluído de forma favorável para a empresa.

No que diz respeito ao passivo, de registar também a variação da rubrica de Imposto sobre o rendimento, que resulta do cálculo da estimativa de imposto (tributações autónomas), decorrente do aumento das ajudas de custo sujeitas a tributação.



## OUTROS CRÉDITOS A RECEBER (NOTA 15)

A rubrica de outros créditos a receber é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
<b>Valor Bruto:</b>		
Adiantamentos a fornecedores:		
SISCOG-Sistemas Cognitivos, LDA	1 28 391	1 28 391
IP - Infraestruturas de Portugal, S.A	-	2 120
Outros	1 05 834	1 82 070
Outros Devedores - pessoal	1 33 305	1 01 111
D.Diversos - c/c	9 235 152	8 868 520
Devedores por acréscimos de receitas	3 247 656	2 742 611
Sub-total	12 850 338	12 024 823
<b>Imparidade acumulada</b>		
Imparidade do período - Outras dívidas terceiros	( 1 0 872)	( 969 540)
Imparidade de períodos anteriores-O. Dív. terceiros	( 4 156 746)	( 3 187 206)
Sub-total	( 4 167 618)	( 4 156 746)
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>8 682 720</b>	<b>7 868 077</b>

O aumento relativamente a 2017 regista-se fundamentalmente:

- / na rubrica de devedores diversos, onde se destaca o aumento da dívida da Medway;
- / na rubrica de devedores por acréscimos de receitas, que apresenta um aumento na ordem dos 505.045 euros quando comparada com o exercício anterior. Este facto deve-se sobretudo ao registo das participações ainda não recebidas relativas a passes sociais, que se espera sejam recebidas em 2019.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Utilização	Reversões	Saldo final
<b>Perdas por imparidade</b>					
Outras dívidas de terceiros	( 4 156 746)	( 13 794)	2 922	-	( 4 167 618)
<b>Total</b>	<b>(4 156 746)</b>	<b>( 13 794)</b>	<b>2 922</b>	<b>-</b>	<b>(4 167 618)</b>

## DIFERIMENTOS (NOTA 16)

A rubrica de diferimentos apresenta os valores registados no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	31 / 12 / 2018	31 / 12 / 2017
<b>Ativo</b>		
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Diferim - gast reconh - outros - diversos	1 254 394	921 891
Diferim - gast reconh - seguros	480 419	429 509
Diferim - gast reconh - rendas	9 444	12 275
<b>Total</b>	<b>1 744 257</b>	<b>1 363 675</b>
<b>Passivo</b>		
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
Difer. - rend. a reconh. - subsídios ao investimento	1 06 456 194	114 006 126
Difer. - rend. a reconh. - fact p/conta - trab.a real.	-	236 647
Diferim - rend. reconh. - outros dif - rendim reconh.	28 778	113 604
<b>Total</b>	<b>1 06 484 972</b>	<b>114 356 377</b>

A diminuição registada na rubrica de diferimentos do passivo resulta essencialmente do reconhecimento, como rendimento do exercício, numa base sistemática e racional durante a vida útil do ativo, numa parte dos subsídios ao investimento recebidos, na mesma proporção em que são reconhecidas as depreciações.

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe da rubrica de subsídios:

## RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS DO GRUPO CP 2018

(valores em euros)

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
59300004 Reservas Subsídios - Material Circulante	( 384 295 )	( 433 343 )
59300100 FEDER-Sub Proj 12UOE	( 3 217 792 )	( 4 091 726 )
59300700 PIDDAC-Sub Proj 12+4UOE	( 3 474 986 )	( 3 822 482 )
59300800 FEDER-Sub Proj 12+4UOE	( 9 497 606 )	( 10 447 351 )
59301001 PIDDAC-Sub Proj 34UOE/UTE	( 2 222 677 )	( 2 540 202 )
59301002 PIDDAC-Sub Proj 19UDD	( 331 757 )	( 382 625 )
59301003 PIDDAC-Sub Proj 21ALLAN	( 620 963 )	( 661 934 )
59301004 PIDDAC-Sub Proj 42UOE	( 303 000 )	( 342 904 )
59301005 PIDDAC-Sub Proj 34UME	( 15 666 540 )	( 16 753 970 )
59301006 PIDDAC-Sub Proj 57UTE Silício	( 13 198 673 )	( 14 038 418 )
59301009 PIDDAC-Sub Proj 57CORRAIL	( 404 925 )	( 468 786 )
59301010 PIDDAC-Sub Proj 12Locomotivas	( 390 009 )	( 390 009 )
59301013 PIDDAC-Sub Proj Bilhetes/contacto	( 134 792 )	( 172 860 )
59301014 PIDDAC-Benef Interface Ramal Lousã	( 23 039 )	( 162 680 )
59301015 PIDDAC-Sub Proj. Ag. 10Locs 4700	( 347 009 )	-
59301024 PIDDAC-Sub Proj Alter Veloc. Máx 45 Carruq Moderniz	( 890 313 )	( 50 383 )
59301025 PIDDAC-Subs. Caixas Transmissão Rodados UDD's450	( 267 222 )	( 384 919 )
59301027 PIDDAC-Modernização de 4 automotoras 3500	( 262 654 )	( 995 313 )
59301028 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 453	( 201 951 )	-
59301029 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2334	( 10 887 )	( 294 630 )
59301030 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2340	( 49 021 )	( 290 062 )
59301031 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2326	( 165 044 )	( 222 146 )
59301032 PIDDAC-Grande Reparação R3 - 9635	( 380 429 )	( 32 662 )
59301033 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 464	( 3 747 )	-
59301034 PIDDAC-Grande Repar R2 - 2197010	( 268 026 )	( 67 997 )
59301035 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2403	-	( 181 412 )
59301036 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2404	( 1 01 328 )	( 417 244 )
59301037 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 360	( 8 379 )	( 26 227 )
59301039 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2405	( 20 949 )	( 292 578 )
59301040 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 468	( 15 712 )	( 8 296 )
59301041 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2197025	( 78 569 )	( 117 540 )
59301042 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 463	( 1 01 705 )	( 33 518 )
59301043 PIDDAC-Grande Reparação -Gr R-R2 461	( 61 717 )	( 83 794 )
59301044 PIDDAC-Grande Reparação R2 469	( 1 01 705 )	( 53 419 )
59301045 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197012	( 40 857 )	( 89 283 )
59301046 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197034	( 61 285 )	( 115 574 )
59301047 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197011	( 139 190 )	( 70 038 )
59301048 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197020	( 1 02 861 )	( 115 574 )
59301049 PIDDAC-Grande Reparação R2 8597004	( 50 919 )	( 46 892 )
59301050 PIDDAC-Grande Reparação R2 8597007	( 119 042 )	( 69 642 )
59301051 PIDDAC-Grande Reparação R2 1415	( 56 561 )	( 150 953 )
59301052 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197028	( 119 042 )	( 116 730 )
59301053 PIDDAC-Grande Reparação R2 1997008	( 117 446 )	( 57 785 )
59301054 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197019	( 306 432 )	( 132 911 )
59301055 PIDDAC-Grande Reparação R2 0451	( 76 974 )	( 94 268 )
59301056 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197027	( 119 042 )	( 132 911 )
59301057 PIDDAC-Grande Reparação R2 1997002	( 243 217 )	( 139 203 )
59301058 PIDDAC-Grande Reparação R2 3154	( 153 086 )	( 330 624 )
59301059 PIDDAC-Grande Reparação R2 9634	( 52 617 )	( 98 966 )
59301060 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197007	( 78 579 )	( 132 911 )
59301061 PIDDAC-Grande Reparação R2 3266	( 50 312 )	( 262 047 )
59301062 PIDDAC-Grande Reparação R2 0458	( 79 016 )	( 205 208 )
59301063 PIDDAC-Grande Reparação R2 0457	( 53 763 )	( 77 874 )
59301064 PIDDAC-Grande Reparação R2 1997004	( 80 121 )	( 89 471 )
59301065 PIDDAC-Grande Reparação R2 1997009	( 1 03 903 )	( 58 166 )
59301066 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197015	( 52 538 )	( 87 559 )
59301067 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197016	( 1 546 888 )	( 59 423 )
59301068 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197001	( 135 753 )	( 88 482 )
59301069 PIDDAC-Grande Reparação R2 1413	( 237 164 )	( 111 745 )
59301070 PIDDAC-Grande Reparação R2 3260	( 233 500 )	( 56 502 )
59301071 PIDDAC-R1 CPA's 4000	( 132 596 )	( 596 471 )
59301101 FEDER-Sub Proj 19UDD	( 685 774 )	( 790 925 )
59301102 FEDER-Sub Proj 21ALLAN	( 1 213 066 )	( 1 293 103 )
59301103 FEDER-Sub Proj 34UME	( 27 910 856 )	( 29 845 204 )
59301104 FEDER-Sub Proj 57UTE Silício	( 16 888 050 )	( 18 000 718 )
59301107 FEDER-Sub Proj 57CORRAIL	( 811 937 )	( 939 987 )
59301108 FEDER-Sub Proj 12Locomotivas	( 903 370 )	( 903 370 )
59301700 FEDER-Benef Interfaces Ramal Lousã	( 293 016 )	( 348 588 )
59301800 FEDER-Bilhética sem contacto-CPLX	-	( 35 588 )
<b>Total</b>	<b>( 1 06 456 194 )</b>	<b>( 114 006 126 )</b>

## ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA (NOTA 17)

Um dos objetivos do Grupo é proceder à alienação de bens não necessários à sua atividade. Esses bens respeitam essencialmente a edifícios e material circulante. Nesse sentido, a gestão de topo encontra-se comprometida no desenvolvimento de ações que possibilitem a concretização dessas alienações, através da prospeção de eventuais interessados quer no mercado interno quer no mercado externo.

Apesar de alguns destes ativos se encontrarem classificados como ativos fixos detidos para venda há mais de um ano, entende-se que os mesmos se devem manter classificados nesta rubrica do ativo, por o seu valor vir a ser recuperado não pelo uso, mas sim pela venda, e, a gestão de topo estar fortemente comprometida no desenvolvimento de esforços nesse sentido.

Os ativos classificados como detidos para venda estão valorizados pelo menor entre o valor contabilístico e o valor esperado de venda.

Semestralmente é avaliada a existência de imparidades nestes ativos e, sempre que necessário, procede a ajustamentos dos valores já reconhecidos.

Após a constituição destas imparidades, o universo do material circulante classificado na classe de ativos não correntes detidos para venda ficou com o valor nas contas da empresa ajustado a zero, se se considerar o valor dos subsídios a reconhecer e o valor de sucata, conforme detalhe abaixo com reporte a 31 de Dezembro de 2018:

(valores em euros)

Descrição	Valor contabilístico (1)	Subsídios a reconhecer (2)	Valor sucata (3)	Imparidade (4)	(1) - (2) - (3) - (4)
Várias séries	12 214 719	(3 035 233)	(1 970 245)	(7 209 241)	-

O quadro seguinte resume, por classe de imobilizado, os ativos não correntes detidos para venda:

(valores em euros)

Descrição	31 / 12 / 2018	31 / 12 / 2017
<b>Ativos</b>		
Terrenos e recursos naturais	1 68 826	84 796
Edifícios e outras construções	409 130	1 39 204
Equipamento básico	5 005 478	5 684 397
<b>Total</b>	<b>5 583 434</b>	<b>5 908 397</b>

Em 2018, o Grupo CP na rubrica de Terrenos e Edifícios e outras construções procedeu à reclassificação para ativo não corrente detido para venda do imóvel da Rua Faria de Guimarães, no Porto.

A variação da rubrica de equipamento básico resulta de abate de material circulante não afeto à atividade de transporte realizado no decorrer de 2018.

## CAPITAL SUBSCRITO (NOTA 18)

De acordo com o artigo 3º do decreto-lei n.º 59/2012, de 14 de março, alterado pelo decreto-lei n.º 124-A/2018 de 31 dezembro, que define os Estatutos da CP, o capital subscrito da empresa é detido integralmente pelo Estado português e destina-se a responder às necessidades permanentes da empresa.

Em 2015, 2016 e 2017 foi determinado por despachos conjuntos das Tutelas financeira e setorial aumentar em 683,483 milhões de euros (em 2015), 654,913 milhões de euros (em 2016) e 516,4 milhões de euros (em 2017) o capital subscrito da CP, EPE, tendo o mesmo sido realizado ao longo dos respetivos anos.

Em 2018, e de acordo com a legislação em vigor, foi determinado igualmente por despachos conjuntos das Tutelas financeira e setorial, aumentar em 80,9 milhões de euros o capital subscrito da CP, EPE, a realizar pelo Estado da seguinte forma:

/ No mês de fevereiro, foi determinado por despacho conjunto das Tutelas financeira e setorial, aumentar o capital subscrito da CP, a subscrever e a realizar em numerário pelo Estado, no valor de 22,9 milhões de euros, valor que deu entrada nas contas da empresa no final do mês de fevereiro, destinando-se a cobrir as necessidades de financiamento da empresa até abril.

/ No mês de junho, também por despacho conjunto das Tutelas financeira e setorial, foi decidido pelo Estado aumentar o capital subscrito da CP E.P.E., em 32 milhões de euros em numerário, tendo sido realizado, em junho, o montante de 14 milhões de euros e, em agosto, o montante de 18 milhões de euros.

/ Posteriormente, no mês de outubro, também por despacho conjunto das Tutelas financeira e setorial, foi decidido pelo Estado aumentar o capital subscrito da CP E.P.E., em 23 milhões de euros em numerário, tendo sido realizado, em outubro, o montante de 13 milhões de euros e, em novembro, o montante de 10 milhões de euros.

/ No mês de dezembro, também por despacho conjunto das Tutelas financeira e setorial, foi decidido pelo Estado aumentar o capital subscrito da CP E.P.E., em 3 milhões de euros em numerário, tendo este valor sido integralmente realizado no final do ano.

Estes valores destinaram-se a suprir as necessidades decorrentes do serviço da dívida (amortizações, juros e outros encargos), investimento e despesas com pessoal, relacionadas com o acordo histórico de variáveis.

Assim, no final do ano 2018 a empresa apresenta um capital subscrito de 3.931.000.000 euros, que se encontra integralmente realizado Estado Português.

## RESERVAS LEGAIS (NOTA 19)

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com o artigo 30º do decreto-lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, alterado pelo do decreto-lei n.º 59/2012, de 14 de março, que define os Estatutos da CP, a empresa deve constituir reservas e fundos julgados necessários, sendo obrigatória a constituição de reserva legal no valor de 5% dos lucros de cada exercício. A reserva legal pode ser utilizada na cobertura de prejuízos de exercício.

Durante o período, não houve reforço das reservas legais nem se verificou a sua utilização para cobertura de prejuízos.

## OUTRAS RESERVAS (NOTA 20)

Nesta rubrica, está contabilizada a reserva estatutária que corresponde ao valor do Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante existente em 31 de dezembro de 1974.



O Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante destinava-se à renovação do material circulante, conforme previsto no artigo 16º do Contrato de Concessão de 1951 entre o Estado e a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, e respeitava ao excedente das receitas do Fundo sobre os investimentos por ele financiados.

## RESULTADOS TRANSITADOS (NOTA 21)

A variação dos resultados transitados diz respeito essencialmente à incorporação do resultado líquido do período anterior. Contribuem, no entanto, também para esta variação os movimentos detalhados no quadro seguinte:

(valores em euros)

Reconciliação do resultado transitado consolidado	
Resultados transitados de 2018	(61 891 86 647)
Resultados transitados de 2017	(6 078 119 710)
+ Resultado líquido do período de 2017	(111 066 936) (61 891 86 647)
Movimentos de 2018 directamente em Res. transitados:	-

## AJUSTAMENTOS/OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO (NOTA 22)

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

(valores em euros)

Descrição	31 / 12 / 2018	31 / 12 / 2017
Saneamento financeiro	91 357 368	91 357 368
Ajustamentos de transição	132 640	132 640
<b>Total</b>	<b>91 490 008</b>	<b>91 490 008</b>

A rubrica saneamento financeiro reflete o passivo assumido pelo Estado nos termos do Protocolo de 24 de agosto de 1993, respeitante a dívidas à Administração Fiscal, à Direção Geral do Tesouro e à Banca de 97.975.959 euros e à utilização na regularização do restante valor em dívida pelo Estado de 6.618.591 euros, resultante do saneamento financeiro realizado no âmbito do decreto-lei n.º 361/85.

## PROVISÕES (NOTA 23)

O movimento na rubrica de provisões é analisado como segue:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Adições	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Processos judiciais em curso	1 300 625	190 408	-	263 557	1 227 476
Acidentes ferroviários	1 723 237	1 114 172	-	-	2 837 409
Acid. trabalho e doenças profissionais, e outras provisões	1 093 598	60 397	773 882	-	1 022 113
<b>Total</b>	<b>13 959 460</b>	<b>1 364 977</b>	<b>773 882</b>	<b>263 557</b>	<b>14 286 998</b>

A variação da rubrica de provisões deve-se essencialmente ao reforço da provisão para acidentes ferroviários no montante de cerca de 1.114.172 euros, em face da avaliação efetuada aos processos em curso.

No que respeita às responsabilidades para acidentes de trabalho e doenças profissionais, foram calculadas com base na avaliação atuarial das responsabilidades da empresa, em 31 de dezembro de 2018, com pensões de acidentes de trabalho ocorridos até 31 de dezembro de 1999. Este cálculo foi realizado por entidade externa à CP (CGD PENSÕES).

Os acréscimos ou diminuições das responsabilidades provenientes de alterações dos benefícios atribuídos são reconhecidos como perdas ou ganhos no exercício em que ocorrem.

A metodologia e os pressupostos financeiros e atuariais da avaliação das responsabilidades são os seguintes:

**Método de cálculo:** Para o apuramento das responsabilidades relativas a reformados com pensões de acidentes de trabalho, procedeu-se ao cálculo do valor atual de rendas vitalícias imediatas.

**Taxa de desconto:** 2,00%.

**Taxa de Crescimento das Pensões:** 1,0%.

**Tábuas de Mortalidade:** utilizou-se a tábua francesa TV 88/90.

**Prazo de pagamento das pensões de acidente de trabalho:** pensões vitalícias.

**Data de efeito dos cálculos:** 31 de dezembro de 2018.

## FINANCIAMENTOS OBTIDOS (NOTA 24)

No final do período de 2018 a rubrica de financiamentos obtidos apresentava o detalhe constante do quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	31 / 12 / 2018	31 / 12 / 2017
<b>Não corrente</b>		
<b>Instituições de crédito e sociedades financeiras</b>		
Empréstimos bancários	94 026 667	115 149 167
Empréstimos por obrigações	200 000 000	700 000 000
Aplicação taxa Efetiva Emp. Obrigacionistas	( 5 796 037)	( 6 453 876)
Outros financiadores	1 01 6 028 000	1 397 542 000
<b>Total</b>	<b>1 304 258 630</b>	<b>2 206 237 291</b>
<b>Corrente</b>		
<b>Instituições de crédito e sociedades financeiras</b>		
Empréstimos bancários	21 122 500	28 942 209
Empréstimos por obrigações	500 000 000	-
Aplicação taxa Efetiva Emp. Obrigacionistas	( 1 80 080)	-
Descobertos bancários	248 490	226 659
Outros financiadores	762 028 000	380 514 000
<b>Total</b>	<b>1 283 218 910</b>	<b>409 682 868</b>

Conforme referido na nota 18, os aumentos de capital realizados permitiram ao Grupo fazer face aos pagamentos resultantes da dívida histórica (amortizações e encargos financeiros), o que se traduz numa diminuição da rubrica de financiamentos obtidos.

A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, é a seguinte:

(valores em euros)

Descrição	31 / 12 / 2018	31 / 12 / 2017
<b>Instituições de crédito e sociedades financeiras</b>		
<b>Empréstimos bancários</b>		
Até 1 ano	21 122 500	28 942 209
De 1 a 5 anos	86 426 667	1 06 282 500
A mais de 5 anos	7 600 000	8 866 667
<b>Descobertos bancários</b>		
Até 1 ano	248 490	226 659
<b>Empréstimos por obrigações</b>		
De 1 a 5 anos	500 000 000	500 000 000
Aplicação taxa Efetiva Emp. Obrigacionistas	( 1 80 080)	( 31 3 588)
A mais de 5 anos	200 000 000	200 000 000
Aplicação taxa Efetiva Emp. Obrigacionistas	( 5 796 037)	( 61 40 288)
<b>Outros financiadores</b>		
Até 1 ano	762 028 000	380 514 000
De 1 a 5 anos	1 01 5 028 000	1 345 542 000
A mais de 5 anos	1 000 000	52 000 000
<b>Total</b>	<b>2 587 477 540</b>	<b>2 61 5 920 159</b>

De acordo com a IAS 7 apresenta-se a reconciliação das alterações em passivos de atividades de financiamento, incluindo tanto as alterações decorrentes de fluxos de caixa como as alterações sem contrapartida de caixa:

(Valores em euros)

Financiamentos	Empréstimo Bancário	Empréstimo por obrigações	Outros financiadores	Descobertos bancários	Total
Saldo em 31 Dezembro de 2017	144 091 376	693 546 124	1 778 056 000	226 659	2 61 5 920 159
<b>Fluxos de caixa:</b>					
Amortizações em numerário 2018	( 28 942 209)				( 28 942 209)
Novos financiamentos 2018					-
Amortizações em espécie 2018					-
Aplicação taxa efetiva		477 759			477 759
Outras variações				21 831	21 831
Saldo em 31 Dezembro de 2018	115 149 167	694 023 883	1 778 056 000	248 490	2 587 477 540

## OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR (NOTA 25)

A rubrica de outras contas a pagar é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31 / 12 / 2018	31 / 12 / 2017
<b>Não corrente</b>		
Credores por acréscimo de gastos	-	8 006 555
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>8 006 555</b>
<b>Corrente</b>		
Fornecedores de investimentos	958 246	91 2 839
Credores por subscrições não liberadas	36 843 299	35 477 347
Outros devedores e credores	7 766 110	7 972 495
Credores por acréscimo de gastos	90 401 403	61 460 329
<b>Total</b>	<b>135 969 058</b>	<b>105 823 010</b>

No passivo não corrente, em 2017, ainda se mantinha o reconhecimento da responsabilidade de liquidação da dívida histórica resultante da integração dos abonos variáveis no cálculo do subsídio de férias e férias, em resultado do acordo formalizado com as Organizações Representativas dos Trabalhadores. Pelo facto do acordo prever que estes montantes sejam pagos até ao exercício de 2019, a 31 de dezembro de 2018, todos os valores relacionados com esta responsabilidade se encontram registados como passivo corrente.

No que respeita ao passivo corrente, o aumento registado é fruto fundamentalmente do incremento dos valores especializados de juros a liquidar.

## FORNECEDORES (NOTA 26)

A rubrica de fornecedores apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

Descrição	31 / 12 / 2018	31 / 12 / 2017
<b>Fornecedores c/c</b>		
Gerais	12 530 210	12 528 536
Facturas em receção e conferência	457 940	848 132
	<b>12 988 150</b>	<b>13 376 668</b>

Em 31 de dezembro de 2018 e comparativamente ao período homólogo do ano anterior constata-se, uma ligeira diminuição do saldo global da rubrica de fornecedores, sendo de realçar a diminuição do saldo das faturas em receção e conferência.

## ADIANTAMENTOS DE CLIENTES (NOTA 27)

A rubrica apresenta os seguintes valores:

(valores em euros)

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
<b>Adiantamentos de clientes</b>		
Clientes Fernave	374 000	374 000
	<b>374 000</b>	<b>374 000</b>

Mantem-se ativo o contrato, celebrado em 2014, de promessa compra e venda do DUAT do prédio denominado “Talhão nº 262” que a Fernave detém em Moçambique e para o qual foi recebido um sinal no montante de 374.000€.

## VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS (NOTA 28)

As vendas e serviços prestados apresentam o seguinte detalhe:

(valores em euros)

Descrição	2018	2017
<b>Prestações de serviços</b>		
Passageiros	262 208 350	253 498 652
Outros	35 844 810	33 161 201
<b>Total</b>	<b>298 053 160</b>	<b>286 659 853</b>

A rubrica de vendas e serviços prestados aumentou em cerca de 11,4 milhões de euros, em resultado do crescimento dos serviços de passageiros, nomeadamente no que respeita à venda de bilhetes, que apresenta um crescimento acumulado, face a igual período do ano anterior, de 6,6 milhões de euros.

Na rubrica de outras prestações de serviço, de referir nomeadamente o aumento dos serviços de manutenção e reparação dos veículos integrantes da frota de material circulante do Metro do Porto, que apresentou um crescimento relevante comparativamente ao ano anterior.

## SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO (NOTA 29)

No quadro seguinte identificam-se os subsídios à exploração reconhecidos como rendimentos nos exercícios de 2018 e 2017:



(valores em euros)

Descrição	2018	2017
<b>Subsídios à exploração:</b>		
Fundo Eficiência Energética	-	10 000
Projeto Shift2Rail-IMPACT	-	3 578
Projeto Shift2Rail-IMPACT2	7 571	2 073
Projeto Shift2Rail-PIVOT	-	7 111
<b>Total</b>	<b>7 571</b>	<b>22 762</b>

De referir que não foi atribuído qualquer valor pelo Estado ao Grupo CP em 2018 nem qualquer compensação adicional pela prestação do seu serviço público.

Os subsídios à exploração registados no período de 2018 decorrem do reconhecimento de subsídios europeus recebidos no âmbito do Projeto IMPACT-2, para apoio à investigação e inovação, o qual teve início em 2017. Este projeto insere-se no âmbito das iniciativas Shift2Rail (S2R), participando o grupo CP como *Linked Third Partie* da CP, no consórcio coordenado pela Trafikverket.

## GANHOS/PERDAS IMPUTADOS A SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS (NOTA 30)

Os ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos apresentam o seguinte detalhe:

(valores em euros)

Descrição	2018	2017
<b>Perdas</b>		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	( 71 789)	-
<b>Ganhos</b>		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	1 374 439	1 202 043
<b>Total</b>	<b>1 302 650</b>	<b>1 202 043</b>

O aumento dos ganhos imputados a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, resulta da melhoria dos resultados das empresas do Grupo, nomeadamente da TIP, Otlis, Simef e Nomad Tech.

## VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO (NOTA 31)

(valores em euros)

	2018	2017
<b>Inventários finais</b>		
Produtos acabados e intermédios	851 778	908 708
<b>Inventários iniciais</b>		
Produtos acabados e intermédios	908 708	941 453
	<b>( 56 931 )</b>	<b>( 32 745 )</b>

As principais variações ocorridas nos inventários da produção estão explicadas na Nota 12 - Inventários.

## TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE (NOTA 32)

A rubrica de trabalhos para a própria entidade regista os trabalhos realizados pela componente de manutenção no material circulante e é analisada como se segue:

(valores em euros)

Descrição	2018	2017
<b>Transporte de passageiros</b>		
Ativos fixos tangíveis	9 014 150	12 520 674
<b>Total</b>	<b>9 014 150</b>	<b>12 520 674</b>

Os trabalhos realizados para a própria entidade respeitam a manutenção e reparação de material circulante, nomeadamente as reparações periódicas do tipo R1 e R2.

## CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS (NOTA 33)

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Descrição	2018	2017
<b>Mercadorias</b>		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	24 734 713	26 381 446
	<b>24 734 713</b>	<b>26 381 446</b>

O decréscimo verificado nesta rubrica está relacionado com o abrandamento da atividade de reparação de material circulante.

O gasto com consumo de combustível, como matéria-prima para a prestação do serviço de transporte ferroviário de passageiros, representa cerca de 84% do total da rubrica de matérias-primas, subsidiárias e de consumo.

Por outro lado, o consumo de outros artigos, nomeadamente de fardamentos, sofreu uma diminuição em 2018, quando comparado com o ano de 2017.

## FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS (NOTA 34)

A rubrica de fornecimentos e serviços externos apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)			
Conta	Designação	2018	2017
621	Subcontratos	30 128 751	26 456 314
622/626	Trabalhos especializados e outros	84 707 477	83 938 427
	(Nos quais está incluída a taxa uso infraestrutura)	55 229 187	56 175 213
623	Materiais	562 883	643 019
624	Energia e fluidos	25 822 986	24 057 437
625	Deslocações, estadas e transportes	3 921 090	3 963 621
		<b>145 143 187</b>	<b>139 058 818</b>

Em 2018 e apesar do esforço de contenção de gastos, verificou-se um agravamento na rubrica de fornecimentos e serviços externos, no valor de 6,08 milhões de euros.

Para este agravamento contribuíram, fundamentalmente, o acréscimo dos subcontratos dos serviços adicionais e auxiliares, relativos à utilização de estações e apeadeiros, em consequência de as Infraestruturas de Portugal terem reintroduzido a faturação deste serviço no Diretório de Rede de 2018, e ainda, o aumento dos subcontratos relacionados com subcontratações de serviços acessórios à manutenção de *bogies*, motores *diesel* e AVAC. Verificou-se ainda o aumento dos gastos com eletricidade para tração.

## GASTOS COM PESSOAL (NOTA 35)

A rubrica de gastos com pessoal apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2018	2017
Remunerações dos órgãos sociais	398 956	41 6 529
Remunerações do pessoal	1 04 369 526	98 872 81 3
Indemnizações	1 637 619	1 754 018
Encargos sobre remunerações	23 271 637	21 989 773
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais e saúde	3 205 329	3 041 474
Gastos de ação social	309 908	384 008
Outros gastos com o pessoal	481 835	487 687
	<b>1 33 674 81 0</b>	<b>1 26 946 302</b>

Apesar da diminuição do efetivo de trabalhadores do grupo CP, verifica-se um acréscimo de gastos nesta rubrica comparativamente a 2017, que resulta da reposição das progressões na carreira (50% em julho de 2017 (art.º 21º da Lei do Orçamento de Estado para 2017) e 50% em janeiro de 2018 (art.º 23º da Lei do Orçamento de Estado para 2018)), bem como da implementação dos acordos assinados em dezembro de 2017 e fevereiro 2018 com as organizações representativas dos trabalhadores, e ainda do acréscimo de trabalho extraordinário e outros abonos.

## IMPARIDADES DE INVESTIMENTO NÃO DEPRECIÁVEIS/AMORTIZÁVEIS (NOTA 36)

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	2018	2017
<b>Perdas</b>		
Em investimentos financeiros	-	( 3)
Ativos não correntes detidos para venda	( 49 170)	-
<b>Reversões</b>		
De investimentos financeiros	36 905	17 166
Ativos não correntes detidos para venda	1 621 881	-
	<b>1 609 61 6</b>	<b>17 163</b>

Em 2018 regista-se uma acentuada diminuição das imparidades relacionadas com ativos não correntes detidos para venda, face a 2017, resultante essencialmente da reversão da imparidade na rubrica de equipamento básico decorrente de abate de material circulante não afeto à atividade de transporte.

## OUTROS RENDIMENTOS (NOTA 37)

A rubrica de outros rendimentos apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

Descrição	2018	2017
Rendimentos suplementares	6 289 922	6 278 674
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 963	1 647
Ganhos em inventários	1 02 604	69 307
Restantes ativos financeiros	1 984 069	3 461 517
Investimentos não financeiros	2 461 079	781 205
Outros	1 2 760 937	11 804 583
	<b>23 600 574</b>	<b>22 396 933</b>

Para o aumento da rubrica de outros rendimentos, em 2018, contribuíram fundamentalmente os seguintes factos:

- / Alienação do imóvel da Rua Castilho;
- / Formalização de acordo com a IP para a repartição de gastos de energia em espaços partilhados, o que implicou correção de rendimentos e gastos de exercícios anteriores de materialidade semelhante (com impacto líquido nos resultados de apenas 26.384 euros), bem como o aumento do valor refaturado de energia de tração à IP devido ao aumento das tarifas de energia, o que afetou os gastos suportados pela CP e conseqüentemente os valores refaturados à IP.

A contribuir negativamente, de referir a redução na rubrica dos restantes ativos financeiros, em resultado da variação cambial do capital subscrito e não realizado da Eurofima.

## OUTROS GASTOS (NOTA 38)

A rubrica de outros gastos e perdas apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

Descrição	2018	2017
Impostos	204 182	1 83 469
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	1 070	-
Perdas em inventários	141 339	41 945
Investimentos não financeiros	2 199 118	19
Outros	8 888 878	3 942 131
	<b>11 434 587</b>	<b>4 167 564</b>

Para o aumento da rubrica de outros gastos, em 2018, contribuíram fundamentalmente os seguintes factos:

/ Aumento das perdas em investimentos não financeiros, em resultado de abate de material circulante que se encontrava classificado como ativo não corrente detido para venda, com imparidade reconhecida, a qual foi revertida no mesmo momento.

/ Formalização de acordo com a Infraestruturas de Portugal para a repartição de gastos de energia em espaços partilhados, o que implicou correção de gastos e rendimentos de exercícios anteriores de materialidade semelhante (com impacto líquido nos resultados de apenas 26.384 euros);

/ Gastos decorrentes de insuficiência de estimativa de impostos (tributação autónoma), relacionada com as deslocações e estadas de trabalhadores;

/ Gastos com ofertas de títulos de transporte, nomeadamente os relacionados com a iniciativa Comboio do Conhecimento;

/ Aumento dos gastos em resultado da variação cambial do capital subscrito e não realizado da Eurofima.



## GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO (NOTA 39)

A rubrica de gastos/reversões de depreciação apresenta os seguintes valores:

(valores em euros)

Descrição	2018	2017
<b>Gastos</b>		
Ativos fixos tangíveis	54 567 596	57 964 873
Ativos intangíveis	97 492	1 00 671
<b>Reversões</b>		
Ativos fixos tangíveis	11 341	1 41 253
	<b>54 653 747</b>	<b>57 924 291</b>

Os gastos registados resultam da depreciação/amortização dos bens de acordo com as suas vidas úteis definidas e detalhe apresentado na nota 3. Anualmente as vidas úteis esperadas dos bens são revistas, de forma a verificar que se encontram ajustadas à realidade.

Esta rubrica regista uma diminuição de gastos na ordem em 3,2 milhões de euros, em resultado do fim da vida útil de alguns ativos, facto que não foi compensado pelo investimento realizado.

## IMPARIDADE DE INVESTIMENTOS DEPRECIÁVEIS E AMORTIZÁVEIS (NOTA 40)

A rubrica de imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis apresenta os seguintes valores:

(valores em euros)

Descrição	2018	2017
<b>Perdas</b>		
Ativos fixos tangíveis	-	( 455 819)
<b>Reversões</b>		
Ativos fixos tangíveis	721 647	1 029 588
<b>Total</b>	<b>721 647</b>	<b>573 769</b>

O montante que se observa em 2018 resulta fundamentalmente do registo da reversão de imparidades das locomotivas 2620.

## JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS (NOTA 41)

A rubrica de juros e rendimentos similares obtidos é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2018	2017
Juros obtidos	39 341	7 612
	<b>39 341</b>	<b>7 612</b>

Nesta rubrica são registados essencialmente os juros relacionados com o contrato com o Metro Ligeiro de Mirandela e os juros indemnizatórios relativos ao reembolso de IRC do exercício de 2013.

## JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS (NOTA 42)

A rubrica de juros e gastos similares suportados apresenta os seguintes valores:

(valores em euros)

Descrição	2018	2017
Juros suportados	65 080 338	73 047 555
Outros gastos e perdas	3 251 700	3 602 728
	<b>68 332 038</b>	<b>76 650 283</b>

No exercício de 2018, a rubrica de juros e gastos similares suportados regista uma diminuição de cerca de 8,3 milhões de euros que decorre fundamentalmente da redução do passivo remunerado do Grupo CP.

## GARANTIAS E AVALES (NOTA 43)

(valores em euros)

<b>Garantias e fianças prestadas ao Grupo CP:</b>	
- Pelo Estado	61 471 667
- Por entidades bancárias a favor de terceiros	1 542 106 *
Garantias e fianças bancárias prestadas pelo Grupo CP a favor de terceiros	4 001 632

\* inclui conta caução no IGCP no valor de 150.000 euros

## REMUNERAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS (NOTA 44)

A Sociedade Oliveira, Reis & Associados - SROC, Lda., apresenta honorários anuais, no âmbito da revisão e certificação legal das contas individuais e consolidadas da CP, na quantia de 21.500 euros, acrescidos de IVA à taxa legal.

A Sociedade Ribeiro, Rigueira, Marques, Roseiro & Associados, SROC, Lda., apresenta honorários anuais, no âmbito da auditoria às contas individuais e consolidadas da CP, na quantia de 11.700 euros, acrescidos de IVA à taxa legal.

## ACONTECIMENTOS RELEVANTES APÓS A DATA DE BALANÇO (NOTA 45)

Como acontecimentos relevantes após a data de balanço, ressalvam-se um diferendo relacionado com a propriedade do conjunto urbanístico da sede da CP, entre a CP e o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS, I.P.), e o facto de a CP, por motivos externos, não ter ainda concluído a recomendação constante do Acórdão do Tribunal de Contas n°5/2018, de conclusão da implementação do novo modelo empresarial da EMEF, S.A.

Encontra-se em curso um processo de ajustamento no modelo empresarial da EMEF, S.A., que visa o aumento do volume percentual da sua atividade para a CP, recorrendo para o efeito à criação de uma unidade empresarial autónoma integrada no mesmo Grupo societário, dedicada à manutenção e reparação dos veículos integrantes da frota de material circulante do Metro do Porto.

Por outro lado, correspondendo a uma decisão da Medway de internalizar a atividade de manutenção e reparação de vagões (sem o ACE), a EMEF assegurará esta transição de forma progressiva e controlada, precavendo a existência de eventuais disrupções ou questões de conflitualidade neste processo.

Importa referir que este ajustamento do modelo empresarial tem subjacente a imprescindível salvaguarda da sustentabilidade económica e financeira da EMEF e da nova entidade empresarial.



---

# ANEXOS



# RELATÓRIO DA AUDITORIA



RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO  
& ASSOCIADOS, SROC, LDA.

## RELATÓRIO DE AUDITORIA EMITIDO NOS TERMOS REQUERIDOS PELO ARTIGO 245º, nº1, al. b) DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. e suas subsidiárias (o Grupo), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 589.807.430 euros e um total de capital próprio negativo de 2.271.614.475 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 106.249.189 euros), a demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das Entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfases

O Grupo tem vindo a acumular resultados líquidos negativos consecutivos de montante significativo (nomeadamente o resultado líquido dos anos findos em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017, cujos Relatórios e Contas não foram ainda aprovados pela Tutela Sectorial e Financeira), apresentando, em 31 de dezembro de 2018, um total de capital próprio negativo de 2.271.614.475 euros.

RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO & ASSOCIADOS, SROC, LDA

Imprensa da O.R.O.C. com o n.º 197 • Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 20161495 • Capital social de 10 000 Euros • NIPC/VAT: 507 327 314 • O.R.C. Lisboa  
Sede: Rua Julieta Ferreira, 12 - Sala 903 - Torre A - 1600 - 131 LISBOA - PORTUGAL • Tel: +351 217 910 703 • Fax: +351 217 910 695  
Escritório: Avenida da República, Edifício Estrela Office - 4.º - Escrição 27 - 2649 - 517 ALCÁBIDECHE - PORTUGAL • Tel: +351 219 242 943 • Fax: +351 219 242 844  
www/rmr-sroc.pt

Adicionalmente, salientamos que no ano em análise se verificou uma diminuição significativa dos financiamentos, no valor de 28.442.619 euros. No entanto, o Grupo continua a possuir um elevado grau de endividamento, sendo o ativo líquido financiado, em grande parte, pela Tutela Sectorial e Financeira.

Tratando-se de um Grupo que presta um serviço público, o financiamento da sua actividade continua a depender do suporte financeiro do Estado Português.

Conforme mencionado na nota 45 das notas anexas, em 31 de dezembro de 2018, por motivos externos, a CP – Comboios de Portugal, E.P.E. ainda não conseguiu concluir a recomendação constante do Acórdão do Tribunal de Contas nº5/2018, de conclusão da implementação do novo modelo empresarial da EMEF, S.A..

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

#### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
--	---

#### Reconhecimento do Rédito

O rédito dos serviços prestados pelo Grupo, que incluem essencialmente o transporte de passageiros e a manutenção e reparação de material circulante, em 31 de dezembro de 2018, ascendeu a 298.053.160 euros, conforme divulgado na nota 28,

O risco do reconhecimento do rédito está relacionado, por um lado, com o elevado número de registos do sistema da bilhética e com a respetiva integração destes na contabilidade, e por outro, com o nível de julgamento da Administração na determinação do grau de acabamento dos serviços em curso à data do balanço, pelo que o consideramos uma matéria relevante de auditoria.

Entre outros, efetuámos os seguintes procedimentos de auditoria:

- levantamento e análise dos controlos relevantes identificados no ciclo da receita;
- teste à operacionalidade dos controlos relacionados com a integração da receita na contabilidade;
- análise dos pressupostos considerados no reconhecimento das obras em curso;
- análise dos ajustamentos efectuados ao rédito no final do ano; e
- identificação e análise das principais variações na rubrica da receita.

*JF*



RIBEIRO, REGUEIRA, MARQUES, ROSÁRIO  
& ASSOCIADOS, SROC, LDA



### Imparidade dos ativos fixos tangíveis

Em 31 de dezembro de 2018, a imparidade dos ativos fixos tangíveis ascende a 4.993.999 euros, conforme divulgado na nota 7.

O apuramento da imparidade realizado pelo Grupo assenta em validações efetuadas pelos responsáveis operacionais, para o material circulante, as quais estão associadas ao nível de rotação do material circulante e à expectativa de alienação daquele que se encontra obsoleto, e por peritos independentes, para os imóveis, o que nos leva a considerar este tema como uma matéria relevante de auditoria.

Entre outros, efetuámos os seguintes procedimentos de auditoria:

- a) análise dos critérios definidos pelo Grupo para identificação do material circulante com rotação reduzida ou em estado obsoleto;
- b) análise do suporte ao cálculo das imparidades registadas, incluindo os respectivos critérios adotados e as avaliações independentes dos imóveis;
- c) análise dos principais movimentos das imparidades registadas no ano;
- d) indagação junto da gestão do Grupo; e
- e) verificação da adequabilidade das divulgações das imparidades nas notas anexas.

### Provisões

As provisões apresentam um saldo de 14.286.998 euros, em 31 de dezembro de 2018, conforme divulgado na nota 23.

Esta rubrica inclui, essencialmente, provisões para processos judiciais em curso, acidentes de trabalho e doenças profissionais e acidentes ferroviários.

A responsabilidade relacionada com acidentes de trabalho e doenças profissionais encontra-se suportada por um estudo actuarial preparado por um perito independente.

Os movimentos registados nestas provisões são suportados nos pareceres dos assessores jurídicos do Grupo.

Consideramos as provisões uma matéria relevante de auditoria pelo complexo grau de julgamento e de incerteza associado.

Entre outros, efetuámos os seguintes procedimentos de auditoria:

- a) decomposição do saldo apresentado na rubrica de provisões e análise dos principais movimentos do ano;
- b) obtenção da listagem dos processos judiciais em curso através de procedimentos de confirmação externa junto dos advogados e análise das respostas obtidas;
- c) indagação junto da gestão;
- d) obtenção e apreciação dos pressupostos incluídos no estudo actuarial que suporta o valor presente das responsabilidades com acidentes de trabalho e doenças profissionais; e
- e) verificação da adequabilidade das divulgações das provisões nas notas anexas.

*JB*



RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO  
& ASSOCIADOS, SROC, LDA.



**Imparidade dos inventários**

Os inventários, que em 31 de dezembro de 2018 ascendem a 26.801.955 euros, são registados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

Associado às responsabilidades assumidas perante os seus clientes, o Grupo detém inventários por longos períodos. Assim, face ao montante dos inventários e ao elevado nível de julgamento por parte da Administração na estimativa das perdas por imparidade (conforme referido na nota 12), consideramos ser uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Entre outros, efetuámos os seguintes procedimentos de auditoria:

- a) análise das políticas contabilísticas associadas a esta matéria;
- b) assistência às contagens físicas de inventários efetuadas pelo Grupo;
- c) teste aos pressupostos subjacentes ao cálculo da estimativa das perdas de imparidade em inventários;
- d) análise dos principais movimentos ocorridos no ano;
- e) aferição da consistência dos critérios com os utilizados no ano anterior; e
- f) verificação da adequabilidade das divulgações da imparidade nas notas anexas.

**Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório do governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.




RIBEIRO, FIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO  
& ASSOCIADOS, S.R.O.C. LDA.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional na auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das Entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;




RUIREIRO, RIGUEIRA, MARQUES ROSEIRO  
& ASSOCIADOS, S.R.O.C. Lda



- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

### Sobre a informação não financeira consolidada prevista no artigo 508º- G do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451º, n.º 6 do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo referiu no seu relatório de gestão que irá preparar um relatório separado do relatório de gestão que incluirá a informação não financeira consolidada, conforme previsto no artigo 508º- G do Código das Sociedades Comerciais, o qual deverá ser publicado no seu sítio na Internet no prazo legal.

### Sobre o relatório do governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário, apresentado na prestação de contas individuais, inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.



RIBEIRO, RAGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO  
& ASSOCIADOS, SROC, LDA.

**Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados/eleitos auditores do Grupo pela primeira vez na reunião do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. realizada em 10 de julho de 2014 para um mandato compreendido entre 2014 e 2016. Fomos nomeados/eleitos na reunião do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, E.P.E, realizada em 31 de maio de 2017 para um segundo mandato compreendido entre 2017 e 2019.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, não prestámos outros serviços ao Grupo.

Lisboa, 30 de abril de 2019

RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.  
Representada por:



Joaquim Eduardo Pinto Ribeiro, ROC nº 1015  
Registado na CMVM com o nº 20160630



# CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



FERNANDO MARQUES OLIVEIRA  
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS  
CARLOS MANUEL GRENHA  
JOÃO CARLOS CRUZEIRO  
PEDRO MIGUEL MANSO  
MÁRIA BALBINA CORREIA  
OCTÁVIO CARVALHO VILACA

OLIVEIRA, REIS  
& ASSOCIADOS,  
SROC, LDA.

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

#### OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de **CP - COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.**, (o Grupo), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 589.807.430 euros e um total de capital próprio negativo de 2.271.614.475 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 106.249.189 euros), a demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

#### BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

1 de 8

Inscrita no OROK nº8-011-23  
Inscrita na OROK sub nº 20263383  
Capital Social € 10000  
N.º de Matrícula/NIPC 501266259  
Conservatória do Registo Comercial de Lisboa  
NIB: 0010-0000 5544 8140 0015 1  
BAN: 0010-0010 0000 5544 8140 0015 1  
SWIFT: BOPRPTPL

SEDE - HEAD OFFICE  
Avenida Colúmbiana, Avenida Penafiel, nº 75,  
8.º piso, Fração 8.02  
1070-063 Lisboa, Portugal  
T: +351 217 273 197 - F: +351 217 273 129  
www.orok.pt - E-mail: geral@orok.pt

DELEGACÃO CENTRO - CENTER BRANCH  
Avenida 22 de Maio, n.º 24, Escladário 2  
2410-096 Loures, Portugal  
T: +351 244 802 175 - F: +351 244 802 178

DELEGACÃO NORTE - NORTH BRANCH  
Centro Empresarial Capadão  
Av. de França, 234, 6.º, Sala 6.4  
4050-274 Porto, Portugal  
T: +351 228 324 147



#### ÊNFASE

Chamamos a atenção para o facto dos Relatórios e Contas do Grupo, referentes aos exercícios de 2015, 2016 e 2017 ainda não se encontrarem formalmente aprovados pela Tutela. Salientamos ainda que o Grupo tem vindo a acumular resultados líquidos negativos consecutivos, de montante significativo, apresentando, em 31 de dezembro de 2018, um total de capital próprio negativo de 2.271.614.475 euros. Apesar de os financiamentos obtidos terem diminuído em 28.442.619 euros, o seu grau de endividamento mantém-se elevado. Tratando-se de um Grupo com relevantes obrigações inerentes ao serviço público que presta, o financiamento da atividade encontra-se maioritariamente suportado por capitais do Estado Português.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

#### MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matérias relevantes de auditoria	Resposta do Auditor
<p><b>Imparidade de ativos fixos tangíveis</b></p> <p>Em 31 de dezembro de 2018, o valor contabilístico de ativos fixos tangíveis ascendia a 473.069.536 euros. Conforme divulgado na nota 3 o Grupo reconhece perdas por imparidade quando o valor recuperável de um determinado ativo se revela inferior ao seu valor contabilístico.</p> <p>Os testes de imparidade realizados pelo Grupo assentam, para o material circulante, em validações preparadas pelos responsáveis operacionais, que têm por base diversos pressupostos e critérios definidos pela Grupo, nomeadamente a rotação do material e expectativa de vida útil remanescente associada à operação e, para os imóveis, em avaliações por peritos independentes, o que nos leva a considerar este tema uma matéria relevante na nossa auditoria.</p> <p>Decorrente do seu processo de análise, o Grupo apresenta, nas suas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018, perdas por imparidade acumuladas de 4.993.999 euros em relação aos ativos fixos tangíveis (Nota 7).</p>	<p>Os nossos procedimentos relativos a esta matéria incluem, entre outros:</p> <p>i) análise dos critérios definidos pelo Grupo para identificação de material circulante com rotação reduzida ou obsoleto, bem como os critérios de ajustamento definidos para reduzir o valor dos ativos ao seu valor de realização;</p> <p>ii) obtenção do suporte ao cálculo da imparidade efetuado pela gestão, avaliando se o seu valor recuperável se mostra superior ao seu valor contabilístico;</p> <p>iii) revisão dos movimentos ocorridos no ano na rubrica de perdas por imparidade de ativos fixos tangíveis;</p> <p>iv) indagação junto da gestão; e,</p> <p>v) verificação da adequabilidade das divulgações apresentadas nas notas anexas.</p>





Matérias relevantes de auditoria	Resposta do Auditor
<p><b>Reconhecimento do Rêdito</b></p> <p>O rêdito resultante dos serviços prestados pelo Grupo é proveniente, essencialmente, da venda dos bilhetes de passageiros e, em 31 de dezembro de 2018, ascendia a 298.053.160 euros. As divulgações relacionadas com esta matéria são apresentadas na nota 28 das notas anexas.</p> <p>A materialidade do valor e o elevado número de registos do sistema da bilhética e a sua integração na contabilidade, levam-nos a considerar este tema uma matéria relevante na nossa auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos relativos a esta matéria incluem, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) levantamento e análise do desenho e implementação do processo e controlos relevantes no ciclo da receita;</li> <li>ii) realização de diversos procedimentos analíticos, incluindo a análise de evoluções mensais por tipologia de serviços e a comparação com os valores de exercícios anteriores; e,</li> <li>iii) execução de procedimentos específicos de validação do correto corte de operações, nomeadamente através da análise às contas correntes onde é efetuada a passagem das receitas faturadas e cobradas.</li> </ul>
<p><b>Valorização das provisões</b></p> <p>Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica de provisões apresenta um saldo de 14.286.998 euros, correspondendo 4.064.885 euros a processos judiciais em curso e acidentes ferroviários, e 10.222.113 euros a acidentes de trabalho, doenças profissionais e outras. As divulgações relacionadas com esta matéria são apresentadas na nota 23 das notas anexas.</p> <p>A responsabilidade relacionada com acidentes de trabalho e doenças profissionais é suportada por um estudo atuarial preparado por peritos atuariais independentes contratados pelo Grupo.</p> <p>A materialidade do valor e a complexidade de julgamento quanto aos pressupostos utilizados na avaliação do montante das responsabilidades e do desfecho provável dos processos judiciais em curso, assim como, na determinação das responsabilidades relacionadas com acidentes de trabalho e doenças profissionais (estudo atuarial preparado por peritos independentes), levam-nos a considerar este tema uma matéria relevante na nossa auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos relativos a esta matéria incluem, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) decomposição do saldo apresentado na rubrica de provisões;</li> <li>ii) obtenção e análise das listagens de processos judiciais em curso em que o Grupo se encontra envolvido através de procedimentos de confirmação externa junto dos advogados que prestam serviços ao Grupo;</li> <li>iii) indagação junto da área jurídica do Grupo quanto à adequabilidade dos julgamentos efetuados sobre processos judiciais em curso;</li> <li>iv) indagação junto da gestão;</li> <li>v) obtenção e leitura do estudo preparado pelos peritos independentes para mensurar o valor presente das responsabilidades com acidentes de trabalho e doenças profissionais;</li> <li>vi) avaliação da razoabilidade dos pressupostos atuariais utilizados para mensurar o valor presente das responsabilidades com acidentes de trabalho; e,</li> <li>vii) verificação da adequabilidade das divulgações apresentadas nas notas anexas.</li> </ul>



Matérias relevantes de auditoria	Resposta do Auditor
<b>Imparidade de Inventários</b>	
<p>Os inventários, que em 31 de dezembro de 2018 ascendem a 26.801.955 euros, são registados nas demonstrações financeiras consolidadas pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido (nota 3 das notas anexas).</p> <p>No âmbito da atividade desenvolvida, o Grupo está obrigado a deter inventários por longos períodos, com o propósito de suprir necessidades que emergem das responsabilidades.</p> <p>Assim, face ao montante dos inventários e ao elevado nível de julgamento por parte da Administração na estimativa das perdas por imparidade (conforme referido na nota 12), consideramos ser uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos relativos a esta matéria incluem, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) Análise das políticas contabilísticas associadas a esta matéria;</li> <li>ii) Assistência às contagens físicas de inventários efetuadas pelo Grupo;</li> <li>iii) Teste aos pressupostos subjacentes à estimativa das perdas por imparidade em inventários, indexada à perspetiva de consumo/rotação dos materiais;</li> <li>iv) Análise dos principais movimentos ocorridos no ano;</li> <li>v) Aferição da consistência dos critérios com os utilizados no ano anterior; e,</li> <li>vi) Verificação da adequabilidade das divulgações da imparidade nas notas anexas.</li> </ul>

**RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.



#### RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

5 de 8



- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

#### **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

##### **SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO**

Dando cumprimento aos artigos 451.º, n.º 3, al. e) e 508.º- D, n.º 3, ambos do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

6 de 8



**SOBRE A INFORMAÇÃO NÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA PREVISTA NO ARTIGO 508.º-G DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E., referiu no seu relatório de gestão que irá preparar um relatório separado do relatório de gestão que incluirá a informação não financeira consolidada, conforme previsto no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais, o qual deverá ser publicado no seu sítio na internet no prazo legal.

**SOBRE O RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório do governo societário, apresentado quando do processo de prestação de contas individuais, inclui os elementos exigíveis à CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E. nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

**SOBRE OS ELEMENTOS ADICIONAIS PREVISTOS NO ARTIGO 10º DO REGULAMENTO (UE) N.º 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E. pela primeira vez por despacho a 16/05/2014 para completar o mandato compreendido entre 2013 e 2015, mantendo-nos em funções para os exercícios de 2016, 2017 e 2018, na ausência da ocorrência de nova designação.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras consolidadas. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.

7 de 8





- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 9 de maio de 2019;
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, não prestámos outros serviços ao Grupo.

Lisboa, 9 de maio de 2019

**OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, Lda.**

Representada por

Joaquim Oliveira de Jesus, ROC n.º 1056



# RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

### CONTAS CONSOLIDADAS 2018 DA CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.

#### 1. INTRODUÇÃO

No âmbito das disposições legais e estatutárias, designadamente, a alínea d) do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos<sup>1</sup> da empresa e os artigos 420.º, 452.º do Código das Sociedades Comerciais<sup>2</sup> (CSC), cabe ao Conselho Fiscal (CF) apresentar o relatório da sua ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o relatório de gestão, as demonstrações financeiras consolidadas da CP – Comboios de Portugal, E.P.E., doravante designada abreviadamente como CP ou Grupo CP, documentos referentes à prestação de contas do exercício terminado em 31 de dezembro de 2018.

O presente Relatório e Parecer têm em consideração a certificação legal emitida pelo Revisor Oficial de Contas (ROC) e as informações constantes no Relatório Adicional de Auditoria<sup>3</sup>, e, ainda, as conclusões contidas no Relatório de Auditoria dos Auditores Externos, sobre as demonstrações financeiras consolidadas da CP do exercício de 2018, as quais são consistentes com as conclusões da revisão legal efetuada às contas do Grupo CP.

A título enquadrador e informativo, é de assinalar que:

- À CP, enquanto empresa pública, e às suas participadas, é aplicável o disposto no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, diploma que aprovou o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, doravante designado abreviadamente como RJSPE;
- A CP, na qualidade de empresa-mãe, detinha, em 31 de dezembro de 2018, valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado, pelo que as suas contas consolidadas devem ser apresentadas de acordo com as normas internacionais de relato financeiro nos termos da legislação em vigor;
- Assim, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CP, aprovadas pelo Conselho de Administração da empresa<sup>4</sup>, foram preparadas a partir de registos contabilísticos das empresas incluídas no perímetro de consolidação de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), conforme adotadas pela União Europeia e em vigor em 31 de dezembro de 2018;

<sup>1</sup> Aprovados pelo Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, alterados e republicados pelo Decreto-Lei n.º 59/2012, de 14 de março.

<sup>2</sup> De acordo com o n.º 2 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, os órgãos de administração e fiscalização têm as competências genéricas previstas na lei comercial, sem prejuízo do previsto em especial no referido regime jurídico.

<sup>3</sup> Apresentado ao CF nos termos previstos do artigo 11.º do Regulamento (EU) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e do artigo 24.º, n.º 1 e n.º 2, do Regime Jurídico de Supervisão de Auditoria, aprovado pela Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro.

<sup>4</sup> Em reunião de 10 de abril de 2019, tendo o Conselho de Administração deliberado submetê-las à aprovação da tutela financeira e setorial.

1



COMBOIOS DE PORTUGAL

CONSELHO FISCAL

- Nos termos dos Regulamentos da União Europeia, no âmbito da segunda<sup>5</sup> notificação de 2014 relativa ao Procedimento dos Défices Excessivos e da revisão do Sistema Europeu de Contas e Regionais<sup>6</sup> foram introduzidas alterações de relevo nos critérios sujeitos a verificação aquando da classificação de unidades institucionais públicas.

Em consequência, várias unidades institucionais, anteriormente classificadas fora deste universo, passaram a estar incluídas no sector das Administrações Públicas para efeitos de Contas Nacionais. Tal sucedeu com a CP, a empresa-mãe do Grupo CP, cuja inclusão no perímetro das Administrações Públicas resultou da alteração<sup>7</sup> no designado rácio dos 50%, ou "rácio de mercantilidade";

- O diferendo existente entre a CP e o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, relacionado com a propriedade do edifício sede da CP;
- Encontra-se ainda por cumprir a recomendação do Tribunal de Contas relativa à implementação do novo modelo empresarial da EMEF;
- Cabe ainda referir que os Relatórios e Contas do Grupo CP referentes aos anos de 2015, 2016 e 2017, ainda não foram aprovados até à presente data, situação esta que foi evidenciada como uma ênfase tanto na certificação legal das contas como no relatório de auditoria externa;

É neste contexto que são apresentadas as demonstrações financeiras consolidadas e o desempenho do grupo, como se uma única entidade se tratasse.

## 2. SÍNTESE DA AÇÃO DESENVOLVIDA

O CF durante o exercício objeto de análise, efetuou reuniões e acompanhou os aspetos que considerou mais relevantes no âmbito das suas funções, tendo, designadamente, procedido a:

- Reuniões com membros do Conselho de Administração de forma a seguir o desempenho da empresa;
- Realização de reunião com o Revisor Oficial de Contas;
- Realização de reunião com os Auditores Externos;
- Reuniões com diversos departamentos da CP, sendo mais frequentes com as direções financeira e de planeamento e controlo da atividade da empresa;
- Emissão de parecer relativo à reestruturação e recapitalização da FERNAVE;

<sup>5</sup> Emitida em setembro de 2014.

<sup>6</sup> SEC 2010.

<sup>7</sup> O rácio passou a incluir no denominador, correspondente aos custos operacionais, os encargos líquidos com o pagamento de juros.



COMBOIOS DE PORTUGAL

CONSELHO FISCAL

- vi) Elaboração de relatórios que incidiram sobre os relatórios de atividades e execução orçamental trimestrais da empresa-mãe do Grupo CP, apresentados pelo Conselho de Administração nos termos previstos do RUSPE;
- vii) Elaboração do parecer sobre Relatório & Contas Intercalar Consolidado referente ao 1.º semestre de 2018;
- viii) Emissão de pareceres sobre os Planos de Atividades e Orçamento (PAO) para 2018 e para 2019 da CP, a empresa-mãe do Grupo CP.

### 3. ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELO GRUPO CP

A CP é uma entidade pública empresarial, pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, estando sujeita, conforme os respetivos estatutos, ao RUSPE, à tutela setorial e financeira, a cargo respetivamente do Ministério das Infraestruturas e da Habitação e do Ministério das Finanças, bem como ao controlo financeiro do Tribunal de Contas e da Inspeção-Geral de Finanças.

A empresa está sujeita a obrigações de serviço público e tem por finalidade principal a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros em linhas férreas, troços de linha e ramais que integram, ou venham a integrar, a rede ferroviária nacional, bem como o transporte internacional de passageiros.

Considerando que através da celebração de contrato devem ser definidas as obrigações de serviço público e as correspondentes compensações financeiras, a CP celebrou com o Estado, em 24 de março de 2011, o contrato denominado por «Regime Transitório de Financiamento do Serviço Público», com prazo de vigência até 31 de dezembro de 2019.

No entanto, tendo em consideração o Plano Estratégico dos Transportes (PET)<sup>8</sup>, que abarca o horizonte temporal 2011-2015, a CP e o Estado, ao considerarem o contrato em vigor inadequado, acordaram a sua revogação.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 124-A/2018, de 31 de dezembro, que alterou o regime jurídico aplicável ao contrato de transporte ferroviário de passageiros e o regime jurídico aplicável à CP, foram criadas as condições para a celebração do contrato de serviço público, o qual deverá ser concretizado no decorrer de 2019, atento ao ponto de situação dos trabalhos em curso.

A CP gere um portefólio de empresas nas áreas da manutenção de equipamentos ferroviários, seguros, saúde e formação técnica, procurando, desta forma, sinergias e a maximização da eficiência integrada de todo o Grupo CP.

A atividade das empresas do grupo é centrada nas orientações estratégicas da CP, as quais são definidas com as orientações das tutelas financeiras e setorial e com as do PET em vigor para o período 2014 -2020.

<sup>8</sup> Aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2011, de 10 de novembro.





COMBOIOS DE PORTUGAL

## CONSELHO FISCAL

Neste contexto a CP, enquanto empresa-mãe do Grupo CP, detinha, em 31 de dezembro de 2018, direta e maioritariamente empresas designadas pela CP de "subsidiárias", cujas participações encontram-se reconhecidas pelo método da consolidação integral e que são as seguintes:

- A EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A. (EMEF), detida pela CP em 100%, com o capital social de 8 100 000 euros e que tem como atividade o fabrico, bem como a reabilitação, grande reparação e manutenção de equipamentos, veículos ferroviários, navios e autocarros; engenharia de reabilitação, reparação e manutenção de veículos de transporte; estudo de instalações oficiais para manutenção. Destaca-se que esta empresa detém uma participação de 51% no ACE<sup>9</sup> SIMEF - Serviços Integrados de Manutenção e Engenharia Ferroviária e 35% na sociedade Nomad Tech, Lda, as quais foram incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial;
- A SAROS – Sociedade de Mediação de Seguros, Lda. (SAROS), detida 100% pela CP, com o capital social de 5 000 euros e cujo objeto social consiste na atividade de mediação de seguros;
- A FERNAVE – Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A. (FERNAVE), igualmente detida pela CP em 100%, com o capital social - 50 000 euros e que tem por objeto social a formação e o desenvolvimento técnico-profissional do pessoal da empresa acionista, bem como do pessoal de outras empresas do sector de transportes, comunicações, portuário e das que se situem na sua envolvente tecnológica. Note-se que a FERNAVE detém uma participação de 19,1% na Transcom, SARL, sediada em Moçambique, e cuja participação está reconhecida ao custo de aquisição menos perdas de imparidade<sup>10</sup>;
- A ECOSAÚDE – Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A. (ECOSAÚDE), capital social de 50 000 euros, integralmente detido pela CP, dedica-se à prestação de cuidados de saúde, a criação e gestão de unidades de cuidados de saúde e condições de trabalho; o ensino, a formação e o desenvolvimento técnico/profissional de nível superior e médio, designadamente nas áreas das condições de trabalho, saúde e ambiente;

A CP detém, direta ou indiretamente através das suas empresas subsidiárias conforme supra referido, outras participações financeiras em empresas ou outras entidades, decorrente do interesse estratégico para as operações da empresa<sup>11</sup>, as quais se encontram reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial (MEP) e que são as seguintes:

- TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE (33,33%)
- SIMEF - Serviços Integrados de Manutenção e Engenharia Ferroviária ACE (51%);
- NOMAD TECH, Lda (35%);
- OTLIS - Operadores de Transportes da Região de Lisboa, ACE (14,28%).

<sup>9</sup> Agrupamento complementar de empresas.

<sup>10</sup> Na rubrica Outros Investimentos Financeiros.

<sup>11</sup> Como é o caso da OTLIS, ACE, e do TIP, ACE, que são entidades que desenvolvem atividade no domínio da bilhética.

4



COMBOIOS DE PORTUGAL

CONSELHO FISCAL

Por último, refira-se que existem ainda incluídas no perímetro de consolidação outras pequenas participações financeiras em empresas por terem atividades relacionadas com as desenvolvidas pelas restantes empresas do Grupo CP, como é o caso da Transcom, SARL anteriormente mencionada, e que estão reconhecidas em Outros Investimentos Financeiros nos termos referidos na Nota 10 do Anexo.

#### ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

O Grupo CP encerrou o ano de 2018 com um resultado líquido negativo de 106,3 milhões de euros, evidenciando, assim, uma ligeira melhoria de 4,5 milhões de euros (4%) face ao registado em 2017 (-111,1 milhões de euros).

Esta melhoria resulta, fundamentalmente, tal como já verificado em 2017, do efeito conjugado entre o crescimento das Vendas e Serviços Prestados, em cerca de 11,4 milhões de euros, e a diminuição dos Juros e Gastos Similares, em mais de 8 milhões de euros<sup>12</sup>. Neste último caso, destaca-se o contributo da recapitalização que tem sido levada a cabo pelo Estado, enquanto acionista, o que permitiu à CP a redução do seu endividamento e, conseqüentemente, menores encargos financeiros suportados. Em contrapartida, os referidos efeitos positivos foram atenuados, notadamente, pelo aumento nos Gastos com Pessoal (+6,8 milhões de euros) e nos Fornecimentos e Serviços Externos (+6,1 milhões de euros).

No que se refere ao EBITDA recorrente (ou ajustado)<sup>13</sup> do Grupo CP, verificou-se um agravamento face a 2017, em cerca de 4 milhões de euros (-18%), passando dos 21,8 milhões de euros positivos em 2017 para os 17,8 milhões de euros em 2018, essencialmente devido ao:

- Aumento das Vendas e Serviços Prestados em 11,4 milhões de euros, referido anteriormente, o qual foi conseguido sobretudo através do crescimento dos réditos relativos ao transporte de passageiros e à prestação de serviços de manutenção e reparação de material circulante ao Metro do Porto pela EMEF;
- Diminuição dos Trabalhos Para a Própria Entidade em cerca de 3,5 milhões de euros, devido, essencialmente, à redução do número de intervenções ao nível das manutenções e reparações de material circulante da CP;
- Aumento, conforme atrás referido, dos Gastos com Fornecimentos e Serviços Externos em mais de 6,1 milhões de euros, destacando-se, em especial, o contributo do acréscimo de gastos relativos à partilha com a IP de gastos com estações e apeadeiros e aos gastos com energia para tração;
- Aumento dos Gastos com Pessoal (excluindo as indemnizações por rescisão) em cerca de 6,8 milhões de euros, em resultado, em particular, da reposição integral das progressões a partir de janeiro de 2018<sup>14</sup>, da implementação dos acordos coletivos revistos em

<sup>12</sup> Considerando o ajustamento efetuado às diferenças de câmbio relativas ao ano de 2017, conforme se atordará mais adiante. Já de acordo com a Demonstração Consolidada dos Resultados e de outro rendimento Integral do Grupo CP para o exercício de 2018, esta variação ascende ao montante de 8,5 milhões de euros.

<sup>13</sup> Corresponde aos resultados operacionais da atividade Core do Grupo CP, conforme definido pela CP.

<sup>14</sup> Conforme determinado pelo artigo 23º da LCE 2018.



COMBOIOS DE PORTUGAL

CONSELHO FISCAL

dezembro de 2017 e fevereiro de 2018 e, ainda, dos gastos com trabalho extraordinário e outros abonos;

Neste ponto, importa referir que, na sequência dos esclarecimentos prestados ao CF, a CP entendeu que, no âmbito da preparação das contas de 2018, as diferenças de câmbio decorrentes da participação não realizada na Eurofima, resultam fundamentalmente de atividades de Investimento, não estando, por isso, associadas especificamente a contratos de financiamento da atividade core da empresa, pelo que as mesmas foram refletidas apenas no Resultado Operacional, e não no EBITDA recorrente. Note-se que este entendimento, segundo a CP, foi secundado pelos auditores e seguido para efeito de apresentação das contas de 2018.

Nesse contexto, para efeitos exclusivamente de comparação dos indicadores (EBITDA recorrente, Resultado Operacional e Resultado Financeiro) da atividade de exploração do Grupo CP relativa aos exercícios 2017 e 2018, foram efetuadas reclassificações aos valores de 2017 constantes da Demonstração Consolidada de Resultados da atividade de exploração<sup>15</sup>, os quais resultaram, na prática, em ajustamentos nas rúbricas Outros Rendimentos e de Juros e Gastos similares suportados.

Destaca-se, ainda, que a empresa não procedeu à reexpressão formal das contas consolidadas de 2017 por considerar que o impacto líquido no Resultado Financeiro resultante dos referidos ajustamentos (cerca de 278 milhares de euros) não é materialmente relevante, procedendo apenas à sua menção numa nota à demonstração de resultados da atividade de exploração.

Apesar da reduzida materialidade, acresce referir que, decorrente da análise efetuada, consideramos que teria sido adequado juntar naquele ponto do relatório informação mais detalhada sobre os referidos ajustamentos efetuados em cada rúbrica e respetivas implicações em termos de resultados.

Em consonância com atrás referido, o Resultado Operacional do Grupo CP apresentou um agravamento de 2,9 milhões de euros (+9%)<sup>16</sup> comparativamente ao ano de 2017, fixando-se no valor de 36,8 milhões de euros negativos. Esta variação negativa é explicada, para além dos factos atrás apresentados, pelo seguinte:

- Diminuição das Depreciações em cerca de 3,3 milhões de euros, pelo facto de mais ativos terem atingido o fim da sua vida útil e terem sido apenas compensados parcialmente por novos investimentos;
- Aumento das Provisões em cerca de 1,2 milhões de euros, devido, essencialmente ao reforço da provisão constituída para acidentes ferroviários, em mais de 1,1 milhões de euros, decorrente da avaliação efetuada pela empresa aos processos em curso para o efeito;

<sup>15</sup> Os montantes referentes ao ano de 2017 constantes da demonstração consolidada de resultados e de outro rendimento integral da Grupo CP em análise, não sofreu qualquer alteração face ao apresentado relativamente àquele exercício.

<sup>16</sup> Considerando os ajustamentos efetuados às contas de 2017. Excluído este efeito, o agravamento seria de 3,2 milhões de euros (+9,5%) conforme se retira da demonstração consolidada de resultados e de outro rendimento integral da Grupo CP.





COMBOIOS DE PORTUGAL

## CONSELHO FISCAL

- Aumento das diferenças de câmbio negativas, em 4,5 milhões de euros, relativas, na sua maioria, à desvalorização cambial registada referente à participação subscrita e não realizada na Eurofima;
- Aumento de Outros Gastos relativos ao abate de material circulante não afeto à atividade de transporte, no montante de 2,2 milhões de euros.

Relativamente ao Resultado Financeiro do Grupo CP, o mesmo apresenta-se melhor em cerca de 8,1 milhões de euros (-11%) face ao registado em 2017<sup>17</sup>, contudo, mantém-se ainda fortemente negativo (- 68,3 milhões de euros) fruto do seu ainda elevado endividamento. A melhoria verificada deve-se, quase exclusivamente e conforme referido anteriormente, à redução dos Juros e Gastos similares suportados no exercício em análise (- 8 milhões de euros) graças à redução da dívida remunerada conseguida através dos meios financeiros obtidos relativos aos aumentos de capital realizados em numerário pelo acionista da empresa-mãe CP.

Já quanto ao ativo do Grupo CP, verifica-se uma diminuição de 39,4 milhões de euros face a 2017, evidenciando, assim, um total de 589,8 milhões de euros no final do exercício em análise. As variações mais significativas que contribuíram para a referida variação são as seguintes:

- Diminuição dos ativos fixos tangíveis em 39,7 milhões de euros, resultante, fundamentalmente das depreciações não terem sido compensadas pela realização de novos investimentos;
- Aumento das Participações Financeiras em mais de 0,8 milhões de euros, decorrente da aplicação do MEP às contas das empresas participadas do Grupo CP<sup>18</sup>, destacando-se o contributo da variação positiva dos resultados da TIP, ACE (+ 0,6 milhões de euros);
- Diminuição do saldo de Inventários, em cerca de 1,5 milhões de euros, devido, essencialmente, por se ter verificado consumos superiores a novas aquisições de matérias primas, subsidiárias e de consumo;
- Diminuição do saldo de Estado e Outros Entes Públicos, no valor de 7,4 milhões de euros, em virtude de ter existido, no final de 2017, um crédito relevante de IVA a recuperar decorrente da receção no final daquele ano da faturação relativa à utilização da infraestrutura ferroviária o que não sucedeu em 2018;
- Aumento do saldo de Caixa e Depósitos Bancários, em 7,3 milhões de euros;

No exercício de 2018 foram efetuados quatro aumentos de capital na empresa mãe do grupo CP, no valor total de 80,9 milhões de euros, todos através de entradas em numerário repartidas ao longo do ano. Neste contexto o Capital Social do Grupo CP, ascendeu, no final de 2018, ao montante de 3.931 milhões de euros, sendo que o Capital Próprio sofreu um agravamento de

<sup>17</sup> Considerando o ajustamento efetuado às contas de 2017. Excluído este efeito, o aumento seria de 8,3 milhões de euros, conforme apresentado na demonstração consolidada de resultados e de outro rendimento integral da Grupo CP.

<sup>18</sup> Conforme consta no Anexo, a informação financeira considerada referente às empresas associadas para o efeito de MEP, aguarda aprovação em assembleia geral, podendo, nalguns casos, não corresponder aos valores finais.



## CONSELHO FISCAL

25,3 milhões de euros, fruto dos sucessivos resultados negativos, situando-se, no final do exercício em análise, nos 2.271,6 milhões de euros negativos fruto dos sucessivos resultados líquidos negativos. Esta evidência foi objeto de ênfase tanto na certificação legal de contas como no relatório de auditoria externa.

Por fim, o passivo do Grupo CP registou uma diminuição de 14 milhões de euros, passando dos 2.875,5 milhões de euros registados em 2017 para os 2.861,4 milhões de euros em 2018, devido, essencialmente, à redução da dívida remunerada (- 28,4 milhões de euros), ao aumento das Outras Dívidas a Pagar (+ 22,1 milhões de euros) resultante, em particular, da especialização dos gastos com juros e taxa de utilização e, ainda, devido à diminuição dos Diferimentos, em cerca de 7,9 milhões de euros, em resultado do reconhecimento como rendimento do exercício de parte dos subsídios já recebidos para investimento.

## 4.1 Empresas do Grupo

No que se refere às outras empresas do Grupo CP<sup>15</sup>, destaca-se o seguinte:

## • EMEF

O resultado líquido da EMEF foi positivo em 6,4 milhões de euros, superior em 0,4 milhões de euros ao registado em 2017, apresentando um EBITDA positivo de 9,2 milhões de euros.

O resultado operacional apresentou-se positivo em 8,4 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 0,7% face ao registado em 2017, justificado pela diminuição das vendas e serviços prestados em 2,8 milhões de euros (-3,95%).

É de salientar que a CP, a Medway e a Metro do Porto, continuam a ser os clientes mais importantes da empresa, representando 92% do total das vendas e prestação de serviços.

No final de 2018 a EMEF contava com 1031 trabalhadores, representando uma redução de 0,5% face a 2017 (1036).

Importa ainda assinalar os seguintes factos ocorridos em 2018:

- Alteração dos estatutos e da composição do Conselho de Administração, por forma a que aquelas funções sejam exercidas, em acumulação pelos membros do Conselho de Administração da CP;
- Autorização governamental para 102 admissões;
- Desde abril de 2018, a manutenção da frota do Metro do Porto passou a ser prestada ao cliente Via Porto, subconcessionária para a manutenção do material circulante da Metro do Porto, até 2022,
- Foi celebrado um novo contrato de manutenção das automotoras diesel da RENFE, a operar em Portugal.

<sup>15</sup> Relativamente às empresas subsidiárias da CP.



COMBOIOS DE PORTUGAL

CONSELHO FISCAL

- **FERNAVE**

A FERNAVE apresentou um resultado líquido positivo de 64 milhares de euros, quando em 2017 tinha um resultado líquido negativo de 287,3 milhares de euros.

Neste contexto, o resultado operacional da FERNAVE foi de 164,5 milhares de euros, e o EBITDA de 168,8 milhares de euros.

A empresa terminou o ano de 2018 com 9 trabalhadores (18 em 2017), dos quais, 2 estão em regime de cedência pela CP. Assim os gastos com pessoal tiveram uma redução de 17%, apesar das indemnizações pelas rescisões efetuadas (124,9 milhares de euros).

Em 2018 foi efetuado um processo de reestruturação da FERNAVE, bem como a mudança de instalações, passando a sede para o edifício da CP.

- **ECOSAÚDE**

No ano de 2018 a empresa registou uma recuperação do volume de negócios de 3% (+ 54 milhares de euros) em relação ao ano anterior.

O EBITDA foi positivo em 5,8 milhares de euros, o resultado operacional negativo em 57 milhares de euros e o resultado líquido negativo de 77 milhares de euros.

Apesar do aumento da prestação de serviços em 2,6% (+54 milhares de euros), verificou-se um acréscimo nos gastos com pessoal (10,6%) e em Fornecimentos e Serviços Externos (3,1%), em virtude das reposições salariais e progressões e do elevado custo das especialidades médicas.

Em termos de recursos humanos, a empresa contava no final de 2018 com 27 trabalhadores do quadro, (4 a contrato de trabalho a termo certo e 2 a termo incerto), bem como com 60 prestadores de serviços qualificados.

- **SAROS**

Em linha com desempenhos obtidos em exercícios anteriores, a SAROS registou um resultado líquido positivo de 402 milhares de euros, superior em 1,7% ao ano anterior (395 milhares de euros).

Registou em 2018 um acréscimo de Vendas e Serviços Prestados de 1%, situando-se nos 482 milhares de euros, e um EBITDA positivo de 495 milhares de euros, superior a 2017 (486 milhares de euros).

A nível de recursos humanos, a empresa desenvolveu a sua atividade com os dois gerentes que possui, sendo um legalmente habilitado como mediador de seguros.

#### 4. PARECER

O CF tomou conhecimento da Certificação Legal das Contas decorrente do exame realizado pela Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda., e do Relatório dos Auditores Externos, Ribeiro, Rigueira, Marques, Roseiro e Associados, SROC, Lda., com os quais concordamos e que foram considerados para efeito de preparação do presente Relatório e Parecer.



COMBOIOS DE PORTUGAL

## CONSELHO FISCAL

O CF analisou as demonstrações financeiras consolidadas, preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tendo concluído que tais elementos transmitem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Grupo CP, à data de 31 de dezembro de 2018 e o modo como se formaram os resultados no exercício findo naquela data, tendo em consideração as ênfases mencionadas tanto na Certificação Legal das Contas como no Relatório dos auditores externos.

No âmbito das suas funções, o CF verificou que o conjunto das demonstrações financeiras consolidadas permite uma adequada compreensão da situação financeira do Grupo CP.

Em conclusão, o Conselho fiscal é de parecer que sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo CP, relativas ao exercício de 2018, com as ênfases mencionadas na Certificação Legal das Contas e no Relatório dos auditores externos.

Lisboa, 29 de maio de 2019.

O Conselho Fiscal,

O Presidente,

Antónia Forínha Simão

Os Vogaís,

M.ª de Lurdes Correia de Castro

Nelson Costa Santos

# RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS DO GRUPO CP 2018

---



COMBOIOS DE PORTUGAL